ATA DA REUNIÃO DE 13.07.2018

ATA N.º 14/2018

Aos treze dias do mês de julho do ano dois mil e dezoito, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Rogério Monteiro da Costa, Hugo Manuel Moreira Luís, José Manuel Antunes Graça, em substituição de Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Esteve ausente a Vereadora Aldevina Maria Machado Rodrigues, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Creche de Mafra - Proposta de criação de quatro postos de trabalho com vista à abertura de procedimento de concurso para recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego por tempo indeterminado na carreira de Técnico Superior (Educadores de Infância), bem como dotação do orçamento Municipal com as verbas necessárias; **1.3.** Construção do Parque Intermodal da Ericeira – Ratificação do Despacho de Abertura; **1.4.** Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira – Ratificação da Pronúncia sobre Erros e Omissões; **1.5.** Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra – Ratificação do Despacho de Adjudicação; **1.6.** Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro – Ratificação do Despacho de Adjudicação; **1.7.** Funcionamento dos

Estabelecimentos de Restauração e Bebidas na Ericeira, Foz do Lizandro, Ribeira D'Ilhas e São Lourenço, de 6 de julho a 16 de setembro de 2018 – Ratificação de despacho; **1.8.** Ocupação de espaço público – Ratificação de despacho; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Comparticipações Familiares da Componente de Apoio à Família – definição dos valores para o ano letivo de 2018/2019; **2.2.** Atelier de Artes Plástica – ano letivo 2018/2019; **2.3.** Plano de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira; **2.4.** Protocolo de colaboração entre o Município de Mafra e o GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; **3. DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL: 3.1.** Comparticipação financeira para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para os Bombeiros. **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** ----------

--- ABERTURA DA REUNIÃO: ----------

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. ----------

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: ----------

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: ----------

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexos I e II). ----------

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------

--- INTERVENÇÕES: ----------

--- DO VEREADOR ANTÓNIO FELGUEIRAS: ----------

--- O Vereador António Felgueiras referiu-se aos eventos realizados no Concelho de Mafra: de 23 de junho até 1 de julho, a participação do Município de Mafra na FIA – Feira Internacional de Artesanato, com apresentação do "Guia Turístico Mafra/ Ericeira"; no dia 29 de junho, no Centro Municipal de Proteção Civil, em Mafra, a apresentação do Dispositivo Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; nos dias 30 de junho e 1 de julho: a partir das 10h00, no Parque Urbano de São Sebastião, na Ericeira, A.TI.TUDO – O teu Mercado Aqui e, ainda, a etapa do Circuito Billabong Ericeira by Goola Açai, na Praia de Ribeira d'Ilhas, na Ericeira; de 1 de julho a 31 de agosto, a interrupção de obras e/ ou ocupação da via pública na orla costeira, na faixa

de 1 km, contando da linha de costa para nascente; a partir de 1 de julho, a abertura de inscrições na época desportiva 2018/ 2019, nas Instalações Desportivas Municipais; de 2 a 7 de julho, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, o 4.º Campo de Férias de Basquetebol da Associação de Basquetebol de Lisboa; no dia 4 de julho, nos Paços do Concelho, a apresentação de trabalhos integrados no curso de Pós-Graduação em Smart Cities, ministrado pela NOVA Information Management School, da Universidade Nova de Lisboa; abertas as candidaturas, até 18 de julho, para a atribuição ou renovação de bolsas de estudo no domínio da música; de 6 a 15 de julho, o Festival do Pão, no Jardim do Cerco, em Mafra; nos dia 6 e 7 de julho, no Ericeira Camping, o Sumol Summer Fest; no dia 7 de julho, animação de verão na Ericeira com teatro de robertos: às 14h30 na Praia dos Pescadores e às 16h00 na Praia da Baleia ou Sul; no dia 7 de julho, o Fórum do Pão, integrado no Festival do Pão, com a comunicação "O pão à mesa do Rei. O consumo do pão nas Cozinhas Reais", bem como a apresentação do livro "Mesa Real" e sessão de autógrafos pela Ana Marques Pereira; no dia 8 de julho, a divulgação de Pão alemão (Leimen), com demonstração "ao vivo" de confeção e degustação; de 9 a 11 de julho, no Edifício Municipal de Serviços, na Loja do Cidadão de Mafra, o Curso Geral de Cibersegurança para empresários e dirigentes municipais; no dia 12 de julho, pelas 17h30, sessão de divulgação sobre as oportunidades de financiamento para pequenos projetos que decorram nas zonas rurais do Concelho de Mafra, promovida pela A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, no Fórum do Pão, no Jardim do Cerco, em Mafra; nos dias 12 e 13 de julho, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, o 28.º Seminário Coastwatch "Deixa a tua praia respirar"; de 13 a 17 de julho, a partir das 10h00, no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra, Camp Gridiron 2018 – Futebol Americano 13 a 17 de julho, a partir das 10h00. ----------

--- Seguidamente, deu nota dos eventos a realizar no Concelho de Mafra: animação de verão na Ericeira com teatro de robertos: no dia 14 de julho: pelas 14h30, na Praia de Ribeira d'Ilhas e, pelas 16h00, na Praia de S. Lourenço; no dia 21 de julho: pelas 14h30, na Praia da Foz do Lizandro e, pelas 16h00, na Praia dos Pescadores; no dia 28

de julho, pelas 14h30, na Praia de Ribeira d'Ilhas e, pelas 16h00, na Praia da Baleia ou Sul; no dia 14 de julho, pelas 15h30, o Fórum do Pão, integrado no Festival do Pão, com comunicação "Licores artesanais e outros que tais" pela Ana Marques Pereira com venda de livros e sessão de autógrafos com a autora e degustação de licores artesanais com Mário Bonifácio; no dia 15 de julho, pelas 15h30, a comunicação "Pastelaria conventual de Mafra" com Manuel J. Gandra e demonstração "ao vivo" da confeção de pastéis de feijão e degustação por Clara e João Pedro Batalha, da Pastelaria Batalha, detentora do pastel de feijão premiado; no dia 14 de julho, no âmbito da animação de verão, na Ericeira: pelas 21h00, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, o Teatro "Uma escola problemática" e "As três Marias"; pelas 22h00, na Praça da República – Jogo da Bola, cinema ao ar livre; no dia 15 de julho: a partir das 9h00, no Parque Intermodal, a Feira Mensal de Mafra, bem como a Feira Tradicional dos Alhos; pelas 18h00, no âmbito da animação de verão, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, o teatro "A Floresta é nossa"; no dia 17 de julho, pelas 21h15, o concerto a 3 órgãos, integrado no 29th International Carbohydrate Symposium, na Basílica do Palácio Nacional de Mafra; no dia 20 de julho, pelas 17h00, no Jardim do Pão, na Encarnação, visita ao Jardim do Pão e a uma padaria no âmbito da iniciativa "Trilho do Pão de Mafra"; de 20 a 29 de julho, na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, o Portuguese Surf Film Festival; nos dias 21 e 22 de julho, a partir das 10h00, no Terreiro D. João V, a Feira de Artesanato e Produtos Regionais; nos dias 28 e 29 de julho, a partir das 10h00, A.TI.TUDO – O teu Mercado Aqui, no Parque Urbano de São Sebastião, na Ericeira; no dia 29 de julho, a partir das 9h00, a Feira Mensal de Mafra, no Parque Intermodal de Mafra; no dia 28 de julho, o Ericeira Paddle Trophy 2018, na Praia dos Pescadores e São Lourenço e, pelas 15h30, na Biblioteca Municipal da Ericeira, Hora do Conto – *Histórias que a minha avó me contava*. ----------

--- <u>DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL</u>: ----------

--- O Presidente apresentou, em nome de todo o Executivo Municipal, um voto de pesar pelo falecimento do pai do Vereador Sérgio Alberto Marques dos Santos, endereçado ao Vereador e à respetiva família, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. --------

--- <u>DO VEREADOR JOSÉ GRAÇA</u>: ----------

--- O Vereador José Graça mencionou que, em determinados municípios, a exemplo de Lisboa, os Vereadores têm todos o mesmo tratamento, quer tenham ou não pelouros, dispondo de gabinete no respetivo edifício e de assessores, os quais são pagos pelo Município, para acompanhamento dos assuntos e preparação dos trabalhos para melhor

ATA DA REUNIÃO DE 13.07.2018

capacidade de intervenção, assim como de veículo automóvel. Citou o caso do CDS, que possui quatro Vereadores, com quatro carros, tendo cada carro dois motoristas, já para não se referir que, na Assembleia Municipal, a assessoria deste grupo municipal foi ampliada. Disse reconhecer que cada Município tem a sua gestão própria, mas que também lhe cabe observar o procedimento adotado para o caso do grupo eleito do Partido Socialista no Município de Mafra, que está na oposição nesta Vereação. Atendendo a que hoje é o dia do debate sobre o Estado da Nação na Assembleia da República, registou dois dados que, no entendimento do PS, devem ser sublinhados: a boa gestão nacional ao longo destes três anos e o bom exercício autárquico, aditando que as contas portuguesas estão em dia, com mais exportações e uma redução consolidada do desemprego, o que também é comum a Mafra, decorrente de um novo gosto por aquilo que é *Made in Portugal*; e a falta de crescimento da taxa de natalidade, a nível nacional, em contraposição com a tendência verificada em Mafra. Por último, e estando próxima de ser votada, na Assembleia da República, a nova Lei Quadro da Descentralização, questionou qual a posição que o Município de Mafra tem assumido neste particular, podendo contar com a colaboração dos Vereadores do Partido Socialista em termos reivindicativos. ----------

--- <u>DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL</u>: ----------

--- O Presidente salientou que, por excesso, Lisboa não é um bom exemplo não só na Câmara, como na Assembleia Municipal. Lembrou que, no Município de Mafra, nenhum dos Vereadores com pelouros tem motoristas ou assessores, aditando que não se revê neste tipo de gestão. Atendendo a que o Vereador José Graça transpôs as suas observações da escala local para a nacional, declarou que, embora reconheça mérito no Governo em algumas áreas, noutras não há qualquer sucesso, nomeadamente na saúde ou na educação. Reconheceu que as pessoas voltaram a acreditar que podem existir dias melhores, mas que tal decorre da eficácia do ponto de vista comunicacional, porque este Governo tem a particularidade de comunicar bem, e não da realidade, como se conclui pelas cativações. Sobre a Lei Quadro da Descentralização, informou que o Município de Mafra tem estado sempre do lado da solução, mas que o envelope

financeiro é insuficiente para satisfazer as necessidades mínimas. Deu o exemplo da atribuição de uma comparticipação de € 20.000,00 para manutenção de uma escola, a exemplo da Escola Secundária José Saramago (Mafra) ou da Escola Básica da Venda do Pinheiro, que é nitidamente insuficiente para que o estabelecimento seja mantido durante o ano. Disse entender que as Câmaras não ganham com a descentralização, mas sim as próprias pessoas, na proximidade na resolução das suas questões do dia a dia. Acrescentou que uma das áreas que lhe suscita mais reservas é a social. ----------

--- DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:----------

--- O Vereador Rogério Costa referiu-se à obra iniciada de restauro dos Carrilhões, questionando qual o tempo previsível da mesma.----------

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:----------

--- O Presidente informou que estava previsto o arranjo, durante o prazo de 540 dias, perspetivando-se a sua conclusão em finais de 2019.----------

--- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------

--- ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento do ofício da Assembleia Municipal, com referência AM_Saída/2018/55, relativamente aos assuntos analisados na sessão realizada no dia 28 de junho de 2018 (anexo III). ----------

--- II – ORDEM DO DIA: ----------

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: ----------

--- 1.1. ATA: ----------

--- Presente a ata n.º 11/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 01 de junho de 2018. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 11/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 01 de junho de 2018. O Vereador José Manuel Antunes Graça não tomou parte da deliberação porque não esteve presente na aludida reunião. ----------

--- 1.2. CRECHE DE MAFRA - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE QUATRO POSTOS DE TRABALHO COM VISTA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES COM VÍNCULO DE EMPREGO POR

ATA DA REUNIÃO DE 13.07.2018

TEMPO INDETERMINADO NA CARREIRA DE TÉCNICO SUPERIOR (EDUCADORES DE INFÂNCIA), BEM COMO DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL COM AS VERBAS NECESSÁRIAS: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação RecHumanos/2018/8310, datada de 24 de maio, elaborada pela Divisão de Recursos Humanos, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, visando a criação de 4 postos de trabalho no Mapa de Pessoal de 2018 e a dotação do Orçamento Municipal com as verbas necessárias, com vista à abertura de procedimento concursal, para recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado na carreira de técnico superior (Educador de Infância) (anexo III). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, de acordo com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, submeter, à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com artigo 29.º da LGTFP e alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do DL 209/2009, de 3 de setembro, a alteração ao mapa de pessoal por forma a criar quatro postos de trabalho de Técnico Superior na área de Educador de Infância, de maneira a assegurar o serviço da Creche, bem como submeter à apreciação do órgão deliberativo a dotação das verbas necessárias em orçamento municipal. ----------

--- 1.3. CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL DA ERICEIRA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE ABERTURA: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/10089, e respetivos anexos, elaborada pela Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 2 de julho de 2018, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, igualmente de 2 de julho e despacho de abertura do Exmo. Sr. Presidente, da mesma data (anexo IV). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35 do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Exmo. Sr. Presidente da Camara Municipal, exarado em 2 de julho de 2018, que determinou, a título excecional, a abertura de procedimento por concurso público para a formação de contrato de empreitada de obras públicas para a execução da "Construção do Parque Intermodal da Ericeira", nos termos da alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação; a aprovação dos projetos, anúncio de procedimento, programa de concurso e caderno de encargos; o preço base do procedimento de € 1.898.863,11 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e três euros e onze cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor; o prazo de execução da obra em 300 (trezentos) dias; a proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade da melhor relação qualidade-preço como critério de adjudicação; o fornecimento gratuito das peças procedimentais e a composição do júri para a condução do procedimento proposta na referida informação, bem como a designação, para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, o Gestor do Contrato. ----------

--- 1.4. AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA ANTÓNIO BENTO FRANCO - ERICEIRA - RATIFICAÇÃO DA PRONÚNCIA SOBRE ERROS E OMISSÕES: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/10279, e respetivos anexos, elaborada pela Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados de 4 de julho de 2018, e despacho de aprovação da pronúncia sobre lista de erros e omissões por parte do Exmo. Sr. Presidente, da mesma data (anexo V). ----------

--- O Presidente acrescentou que esta obra decorre do "Acordo de Colaboração para a Realização de Obras de Requalificação e Modernização das Instalações na Escola Básica António Bento Franco, Ericeira", firmado com a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação. Como se registou um pedido de pronúncia de erros e omissões, e dada a urgência da intervenção, informou ter proferido despacho, propondo-se a ratificação do

ATA DA REUNIÃO DE 13.07.2018

mesmo. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35 do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Presidente da Camara Municipal, exarado em 4 de julho de 2018, que determinou, a título excecional, a aprovação da pronúncia sobre as listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados no âmbito do procedimento em apreço, de acordo com análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 4 de julho de 2017, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação. --------

--- 1.5. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/9600, e respetivos anexos, elaborada pela Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, exarados a 4 de julho, o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datado de 5 de julho, e o despacho de adjudicação do procedimento, do Exmo. Sr. Presidente, igualmente datado de 5 de julho de 2018 (anexo VI). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à ratificação do despacho do Sr. Presidente, de 5 de julho do presente ano, pelo qual se procede à adjudicação do objeto contratual concernente ao procedimento por Consulta Prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei

n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação para o "Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra" pelo prazo de um ano renovável até ao limite de dois, à empresa EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A., NIPC 503 504 564, pelo valor anual de € 965.968,46 (novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), acrescido de IVA a taxa legal em vigor, a que corresponde um preço contratual de € 1.931.936,92 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e seis euros e noventa e dois cêntimos) e aprovação da minuta do contrato referente à adjudicação supra elencada. ----------

--- 1.6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PINHEIRO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO: ----------

--- Presente, em anexo, Despacho de adjudicação, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, exarado a 10 de julho de 2018, bem como Relatório Final do Júri do procedimento, de 26 de junho de 2018, acompanhado dos demais documentos que compõem o processo de concurso (anexo VII) ----------

--- O Presidente aditou que, dos 24 lotes lançados a concurso, ficaram por adjudicar quatro deles, atendendo a que algumas das propostas foram apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação. Verificou-se ainda uma outra situação, em que o valor da proposta era superior ao preço base anual. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na sequência do despacho de adjudicação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, exarado a 10 de julho, que traduz, nos termos do n.º 4 do art.º 148.º do Código dos Contratos Públicos, a aprovação das propostas contidas no relatório final do júri do procedimento, datado de 26 de junho, proceder, nos termos n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à ratificação da adjudicação da "Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro", nos seguintes termos: Adjudicação dos Lotes 1 e 7 ao concorrente SABUGOTUR - SOCIEDADE TÁXIS - TURISMO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC: 505 522 136, pelo valor total anual de € 9.379,35 (nove mil trezentos e setenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço

contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de € 28.138,05 (vinte e oito mil cento e trinta e oito euros e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Adjudicação dos Lotes 2, 10, 18, 22, 23 e 24 ao concorrente BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., NIPC 500 151 997, pelo valor total anual de € 90.373,50 (noventa mil, trezentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de € 271.120,50 (duzentos e setenta e um mil cento e vinte euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Adjudicação dos Lotes 4, 6, 20 e 21 ao concorrente SAFEBUS - TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583, pelo valor total anual de € 48.899,16 (quarenta e oito mil oitocentos e noventa e nove euros e dezasseis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de € 146.697,48 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e noventa e sete euros e quarenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Adjudicação dos Lotes 9, 13, 14 e 15 ao concorrente ISIDORO DUARTE, S.A., NIPC 500 142 467, pelo valor total anual de € 71.551,53 (setenta e um mil quinhentos e cinquenta e um euros e cinquenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de € 214.654,59 (duzentos e catorze mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Adjudicação dos Lotes 11 e 12 ao concorrente UTS - VIAGENS E SERVIÇOS, S.A., NIPC 504 133 799 pelo valor total anual de € 42.955,20 (quarenta e dois mil novecentos e cinquenta e cinco euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de € 128.865,60 (cento e vinte e oito mil oitocentos e sessenta e cinco euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Adjudicação dos Lote 16 e 17 ao concorrente AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC 501 393 862, pelo valor total anual de € 31.635,00 (trinta e um mil seiscentos e trinta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do

contrato, de € 94.905,00 (noventa e quatro mil novecentos e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Adjudicações estas que correspondem ao valor total anual para o ano letivo 2018/2019 de € 294.793,74 (duzentos e noventa e quatro mil setecentos e noventa e três euros e setenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e ao total de preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato de € 884.381,22 (oitocentos e oitenta e quatro mil trezentos e oitenta e um euros e vinte e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; da aprovação das minutas dos contratos referentes às adjudicações supra elencadas, bem como à ratificação da não adjudicação nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 79.º do CCP, na sua redação atual, e a revogação da decisão de contratar, conforme estipulado no art.º 80.º do mesmo diploma legal dos lotes 5, 3, 8 e 19. ----------

--- 1.7. FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NA ERICEIRA, FOZ DO LIZANDRO, RIBEIRA D'ILHAS E SÃO LOURENÇO, DE 6 DE JULHO A 16 DE SETEMBRO DE 2018 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- Presente, em anexo, Despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 5 de julho de 2018, sobre o assunto em epígrafe (anexo VIII). ----------

--- O Presidente relembrou que, em anos anteriores, foi alargado o horário de funcionamento dos bares para as 3 horas, durante a época estival. No entanto, face às queixas por parte dos residentes e decorrente da reunião efetuada com os proprietários dos bares da zona da Ericeira e da orla costeira, entendeu-se que, este ano, tal alargamento não deveria ser concedido. Não obstante, coloca-se também a questão das esplanadas, uma vez que, com base no Regulamento, estas devem encerrar uma hora mais cedo do que os estabelecimentos. Assim, explicou que o presente despacho decorre da experiência de anos anteriores, tendo obtido parecer favorável da GNR. Terminando, disse que se pretende testar este novo modelo, encerrando as esplanadas ao mesmo tempo do que os estabelecimentos, o que implica a corresponsabilização dos proprietários. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atenta a competência prevista no n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o Despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 5 de julho de 2018, que se dá por integralmente reproduzido,

para todos os efeitos legais, através do qual foi determinado que os estabelecimentos de restauração e bebidas sitos na Ericeira, na Foz do Lizandro, em Ribeira D'Ilhas e em S. Lourenço possam funcionar, desde o dia 6 de julho e até ao dia 16 de setembro do corrente ano, todos os dias, até às 02:00 horas; que as esplanadas associadas aos estabelecimentos possam permanecer abertas até ao fecho dos referidos estabelecimentos e que os exploradores dos mesmos estabelecimentos cumpram as medidas no mesmo elencadas. ----------

--- 1.8. OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -------

--- Presente, em anexo, Despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 6 de julho de 2018, sobre o assunto em epígrafe (anexo IX). ----------

--- O Presidente deu informação que a Câmara Municipal, através da Polícia Municipal, e a Junta de Freguesia de Freguesia, realizaram uma ação de verificação da ocupação do espaço público, em particular na Vila da Ericeira, tendo sido retirados cartazes e outros mobiliários urbanos, que provocavam "poluição visual". Nesta operação foi revista, igualmente, a questão da ocupação do espaço público por esplanadas, de modo a garantir que estas não condicionam a circulação dos peões, tendo sido feitas marcações no chão. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atenta a competência prevista no n.º 5 do artigo 88.º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 6 de julho de 2018, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, através do qual foi determinado que, verificando-se a ocupação ilícita do espaço público ou em desrespeito com as condições, critérios e restrições previstas para a ocupação, nos termos do referido Regulamento, designadamente quando esteja em causa a segurança de pessoas e bens e ou a normal circulação de veículos e pessoas, incluindo a circulação de veículos de emergência e ou a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, os serviços competentes procedam à remoção imediata dos respetivos bens,

nomeadamente do mobiliário urbano ou equipamento que exceda os limites permitidos para a ocupação do espaço público, ficando os encargos com a remoção a cargo da entidade responsável pela ocupação ilícita, à luz do Art.º 87.º, n.º 3 do mesmo Regulamento, e procedendo-se nos termos dos números seguintes caso as quantias devidas não sejam pagas voluntariamente, e que determinou, ao abrigo do Art.º 88.º, n.º 6, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º do RJAL, que os proprietários dos bens removidos, querendo, procedam à reclamação e ao levantamento dos referidos bens, no prazo de 10 dias, sob pena de os mesmos se considerarem perdidos a favor do Município. ----------

--- 2. <u>DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO</u>: ----------

--- 2.1. COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES DA COMPONENTE DE APOIO À FAMILIA - DEFINIÇÃO DOS VALORES PARA O ANO LETIVO DE 2018/2019: ----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2018/10391, elaborada em 6 de julho de 2018, sobre a qual recaíram pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como despacho de concordância do Vereador António Felgueiras, todos datados de 9 de julho do corrente ano (anexo X). ----------

--- Considerando a fundamentação constante na informação em apreço, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a atualização do valor das comparticipações familiares dos serviços da Componente de Apoio à Família, nos Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1.º ciclo (prolongamentos de horário da manhã e da tarde e atividades nas interrupções letivas), bem como do valor pelo atraso na recolha da criança por cada 15 minutos decorridos para além do limite do horário definido na Componente de Apoio à Família, para o ano letivo de 2018/2019, em conformidade com os montantes fixados na referida Informação. ----------

--- 2.2. ATELIER DE ARTES PLÁSTICAS - ANO LETIVO DE 2018/2019: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno 2018/10235, elaborada, em 4 de julho de 2018, na Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Turismo, Cultura e Desporto e da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho

de concordância do Vereador António Felgueiras, todos datados de 9 de julho de 2018 (anexo XI). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, fixar os preços de inscrições/ frequência do Atelier de Artes Plásticas - Ano Letivo de 2018/2019, nos valores que constam da referida informação. ----------

--- 2.3. PLANO DE GESTÃO DA RESERVA MUNDIAL DE SURF DA ERICEIRA: -----

--- Presente, em anexo, Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, referente ao Plano de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira (anexo XII). ----------

--- A Vereadora Célia Batalha Fernandes informou que este Plano foi elaborado pelo Conselho Restrito da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, que integra esta Câmara, a Associação SOS "Salvem o Surf", a Associação Amigos da Baía dos Coxos e o Ericeira Surf Clube. Declarou que o documento pretende sistematizar e reforçar a dinâmica já em curso, definindo objetivos para uma gestão sustentável da Reserva, sendo que, para cada objetivo, foram identificadas as ameaças à sua concretização e as consequentes estratégias para mitigação, as quais integram, por sua vez, medidas que se materializam em ações, as quais serão desenvolvidas e suportadas financeiramente pelos vários parceiros, de acordo com os respetivos orçamentos anuais. ----------

--- O Vereador José Graça solicitou esclarecimentos, nomeadamente sobre a constituição do Conselho Alargado da Reserva, que não integra um representante da Assembleia Municipal. Disse considerar que, pela relevância do assunto, este Plano deveria merecer o parecer do órgão deliberativo. Referindo-se à análise *"swot"* realizada neste Plano, declarou que uma das ameaças verificadas é a ausência de modelos de gestão local, mas que também não pode ser ignorado que, desde a conquista deste galardão pela Ericeira até aos dias de hoje, várias situações têm vindo a acontecer no País no que ao surf diz respeito, nomeadamente a projeção do

Município de Peniche que conseguiu angariar importantes eventos que, com maior pertinência, deveriam realizar-se na Ericeira pelo galardão que ostenta. Assim, acrescentou que o Partido Socialista apresenta, como contributo, que os instrumentos locais possam ser reforçados, de forma a que se afirme a Ericeira como destino de eleição. Referiu, ainda, ser oportuna uma maior ligação ao sector de ensino, assim como um reforço da informação, de modo a que o conhecimento da Reserva seja transmitido, especialmente aos jovens. ----------

--- O Presidente salientou dois importantes objetivos: a consolidação da projeção nacional e internacional da Ericeira como Reserva Mundial de Surf e como destino turístico; a preservação ambiental, quer dentro quer fora de água, permitindo que as gerações futuras possam continuar a fruir deste património. Quanto a este último objetivo, fez notar que, ainda hoje, está a decorrer, na Vila da Ericeira, um seminário nacional do GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente que tem como lema "Deixa a tua praia respirar", conceito que considerou muito interessante e que se enquadra no espírito da Reserva. No que concerne ao desenvolvimento do surf noutros Municípios, declarou que Mafra tem vantagem em não competir, porque as ondas da Ericeira se distinguem pelas suas condições naturais, não sendo replicáveis noutros locais, conceito este que é mais-valia na atratividade do território. Sublinhando esta atratividade, lembrou que, atualmente, a Ericeira tem turismo de surf durante todo o ano, o que é independente de qualquer prova ou competição pontual. Informou que, numa próxima reunião de Câmara, fará presente uma proposta de lançamento de uma taxa turística, assunto este que já havia sido abordado noutros mandatos, mas que agora, atingido que está um patamar de estabilidade e consolidação no desenvolvimento turístico, faz sentido ponderar. Aditou que o objetivo é que o valor, apurado através desta taxa, seja colocado ao serviço, a título de exemplo, da preservação, promoção e divulgação da Reserva Mundial de Surf, financiando ainda a aposta no turismo *outdoor*, de modo a que a dinâmica de atratividade se estenda do litoral ao interior do Concelho. No que concerne ao Conselho Alargado da Reserva, explicou que este é um fórum de discussão e um órgão de consulta, independente do órgão executivo que é a Câmara e do órgão deliberativo que é a Assembleia, à qual compete tomar decisões de fundo. ----------

--- O Vereador José Graça disse que, sobre a taxa turística, o Partido Socialista já se tinha pronunciado em tempos, afirmando que a matéria, ao ser apreciada, teria com toda a probabilidade o voto de apoio do Partido Socialista. Acrescentou que, sobre esta

ATA DA REUNIÃO DE 13.07.2018

taxa, introduzida no Município de Lisboa e posteriormente noutros Municípios, os valores não são o aspeto essencial na sua discussão, mas sim o seu conceito e, nomeadamente, a sua integração na estratégia de captação e atratividade que cada Concelho deve possuir. Sobre a Reserva Mundial de Surf da Ericeira, e embora considere relevante o que foi dito pelo Presidente da Câmara, apelou à possibilidade de ser estudada uma melhor articulação com o ensino no Concelho. ----------

--- O Presidente da Câmara informou que estava em estudo um projeto de ensino do surf no ensino básico, englobado no desporto escolar. Mais informou que estava em fase final de elaboração um livro didático sobre a Reserva, destinado às crianças, e que, no âmbito da literacia do mar, em conjunto com a Fundação Oceano Azul, está em curso um projeto-piloto do Concelho de Mafra. ----------

--- O Vereador José Graça disse que, nesta matéria, é necessário reforçar o conceito "Reserva", evitando a descaracterização do território. Acrescentou que só é possível preservar aquilo que a natureza dispõe através da educação e de uma melhor articulação com o ensino. Concluindo, afirmou que, nesta matéria, Mafra poderá aproveitar para estar na linha da frente, porque tem esta riqueza única. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea a) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma legal, o Plano de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, em anexo. ----------

--- 2.4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MAFRA E O GEOTA - GRUPO DE ESTUDOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE: ----------

--- Presente, em anexo, Despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 10 de julho de 2018, sobre o assunto em epígrafe, devidamente instruído com a minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Mafra e o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (anexo XIII). -------

--- O Presidente aditou que, através da celebração deste protocolo com o GEOTA –

Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, se pretende desenvolver dois projetos, o *Coastwatch* e o *Sustenturis,* que se enquadram nos princípios da Reserva Mundial de Surf e do turismo sustentável. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atentas as atribuições previstas nos artigos 2.º e 23.º, n.º 2, al. e), f), g), k), m) e n), ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com o artigo 35.º, n.º 3, do mesmo diploma legal, ratificar o Despacho proferido pelo Presidente da Câmara Municipal, em 10 de julho de 2018, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, através do qual foi determinada, com os fundamentos invocados, a celebração do Protocolo de Colaboração com o GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, NIPC 501716610, de acordo com a minuta de Protocolo em anexo ao referido Despacho, através do qual são estabelecidos o âmbito e os objetivos da colaboração a concretizar, entre as partes, em vários domínios, nomeadamente, entre outras ações de mútuo interesse: nos projetos *Coastwatch* e *Sustenturis*; no desenvolvimento ativo de procura de financiamentos de projetos conjuntos e na colaboração nas candidaturas a esses financiamentos, de modo a que os mesmos sirvam a prossecução da sustentabilidade do turismo no concelho de Mafra; na prossecução de objetivos e atividades de gestão sustentável das paisagens enquanto reflexos da identidade e diversidade nacional e enquanto património vivo natural e cultural; na gestão sustentável de bacias hidrográficas, com vista à sua gestão e proteção; em matérias de manutenção e proteção da biodiversidade dos ecossistemas; na mitigação e adaptação às alterações climáticas; na promoção do turismo sustentável na área do Concelho de Mafra; e no combate ao lixo marinho e costeiro. ----------

--- 3. DIVISÃO: DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL:----------

--- 3.1. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA OS BOMBEIROS: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2018/10272, exarada pelo Chefe de Divisão de Segurança e Proteção Civil, Rui Rodrigues, bem como Despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Hélder Sousa Silva, datado de 05/07/2018. Presente, igualmente, a Proposta de Cabimento com o número 2018/2152 (anexo XIV).----------

--- O Presidente salientou que, do levantamento efetuado pelos serviços municipais, se concluiu que as três Corporações de Bombeiros do Concelho têm necessidade de

aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), que são fundamentais para garantir a segurança dos Bombeiros. Neste sentido, propõe-se a atribuição de um valor de € 10.000,00, a conceder a cada uma das associações. ----------

--- Considerando os fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do previsto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de uma subvenção no valor de € 30.000,00 (trinta mil euros) ao Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra, para distribuição igualitária pelas Associações Humanitárias, particularmente Mafra, Ericeira e Malveira, com o objetivo de apoio para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Bombeiros. ---

--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: ---------

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. ----------

--- ENCERRAMENTO: ----------

--- Quando eram dez horas e cinquenta e três minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 21 de junho a 4 de julho de 2018.

Mafra, 5 de julho de 2018.

Presidente da Câmara,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

anexo I

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO			REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA		RESULTADO/RESUMO		
OP	129/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/12	2018/06/26	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ABILIO ALVES BARATA	ALTERAÇÕES DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E LEGALIZAÇÃO DE ANEXO, TELHEIRO E CHURRASQUEIRA RUA DO LAMARÃO, N.º 15-MALVEIRA
OP	48/2008	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/06/08	2018/07/03	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	AECI-ARQUITECTURA, CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.	LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO BIFAMILIAR E MUROS RUA ABRUNHAL N.º 13-SOBREIRA
OP	332/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/16	2018/06/25	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	AEXA EDEA, LDA	CONSTRUÇÃO DE CAVALARIÇA, ANEXOS DE APOIO AGRÍCOLA, TELHEIRO PARA ARRUMOS E MUROS LIMITES DO GRADIL
OP	57/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/07	2018/06/26	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ALEXANDRE & ROLO-CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS RUA DA VINHA-LOTE 10-PAZ
OP	59/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/07	2018/06/28	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ALEXANDRE & ROLO-CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS RUA DA VINHA, LOTE 12-PAZ
OP	60/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/07	2018/06/26	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ALEXANDRE & ROLO-CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS RUA DA VINHA, LOTE 13-PAZ
OP	58/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/07	2018/06/22	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ALEXANDRE & ROLO-CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS RUA DA VINHA, LOTE 11 - PAZ
OP	817/1995	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/07	2018/06/22	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ALVARO MANUEL DE OLIVEIRA GORJÃO	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO RUA 20 DE OUTUBRO, N.º 9 - SANTO ISIDORO
OP	349/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/29	2018/06/21	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	AMILCAR JOSÉ PINA LEITÃO	LEGALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ARRUMOS, GARRAFEIRA E GARAGEM LOTE 43 - RUA COMANDANTE FILIPE PEREIRA
OP	402/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/30	2018/06/21	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANA CATARINA DIAS MOREIRA DO CABO FERREIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO RUA JUNTA DE FREGUESIA, LOTE 5-REBANQUE
OP	234/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/01	2018/07/03	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANDRE RAFAEL PEREIRA PITA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PISCINA E MUROS DE VEDAÇÃO PRACETA CASAL PEDROSO-LOTE 4-CASAL PEDROSO
OP	111/2014	ALTERAÇÕES	2018/05/07	2018/06/21	D	DEFERIDO O PROJECTO DE ARQUITECTURA	CARL PETER HANSSEN	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM CAMINHO MUNICIPAL 1189, N.º 191 - URZAL
OP	256/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/03	2018/06/22	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CLICABETÃO, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS DE VEDAÇÃO - COM DESTAQUE CASAIS DA SERRA
OP	20/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/07	2018/06/27	D	DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CONSTRUCÕES LADEL LDA	CONSTRUÇÃO DE EDIFICIO MULTIFAMILIAR E GARAGENS CASAL DO QUERIDO - LOTE 4 - ERICEIRA

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	7/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/04/26	2018/06/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	DAVID ALEXANDRE NEVES DA SILVA JORGE	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, PISCINA E MUROS PRACETA AFONSO ESTEVES MEDEIROS - LOTE 4
OP	204/2016	ALTERAÇÕES	2018/05/18	2018/07/04	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	EDGAR MANUEL CARVALHO DUARTE	LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES E ADAPTAÇÃO DE GARAGEM A HABITAÇÃO RUA MOINHO DO CUCO N.º 4 - PAZ
OP	68/2014	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/06/04	2018/06/26	D DEFERIDO	FLÁVIO MIGUEL SOARES FERREIRA OURO	DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ARRUMOS E MUROS RUA 25 DE ABRIL, Nº 17 - VENDA DAS PULGAS
OP	436/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/19	2018/06/29	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	HELDER JOSÉ DA SILVA VICENTE	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS DE VEDAÇÃO RUA DO CABEÇO-MURTAL-IGREJA NOVA
OP	171/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/02/08	2018/07/02	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOAQUIM MANUEL DA SILVA FERREIRA	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO COMERCIAL - OFICINA RUA DAS FLORES - BARRIL
OP	313/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/30	2018/06/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOSE CARLOS FERREIRA CID	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PISCINA, ANEXO PARA ARRECADAÇÃO E MUROS RUA DAS DIONISIAS LOTE 3-MALVEIRA
OP	140/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/05/25	2018/06/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA LOPES	ALTERAÇÃO DE FACHADA E CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL LARGO DA FEIRA, N.ºs 6,6-A,6-B,6-C,6-D / RUA MOVIMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS, N.ºs 24,24-A,24-B,24-C - MALVEIRA
OP	72/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/22	2018/06/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JÚLIO MIGUEL BERNARDES GALRÃO DE OLIVEIRA	AMPLIAÇÃO DE ARMAZEM AGRICOLA ESTRADA ALTO DO MOSQUEIRO, 3 - LIVRAMENTO
OP	107/2016	ALTERAÇÕES	2018/04/12	2018/06/25	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	LASO - TRANSPORTES, SA	CONSTRUÇÃO DE EDIFICIO PARA ESCRITÓRIOS E LEGALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS DESTINADOS A OFICINA, ARMAZÉM, ESCRITÓRIOS E PORTARIA AVENIDA DOS CAEIROS - CASAIS DA SERRA
OP	430/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/11	2018/07/04	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MANUEL BATALHA FILIPE	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM ACHADA
OP	42/2017	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/05/30	2018/06/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MANZ-CONSULTORES, LDA	CONSTRUÇÃO DE ADEGA RUA DA BORRIJA, N.º 3 - CHELEIROS
OP	258/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/11/22	2018/06/29	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA ARLETE FERREIRA MACHADO	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ANEXOS, GARAGEM E MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DA FONTE, N.º 6 - BALEIA
RD	326/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/02/12	2018/06/22	D DEFERIDO	MARIA TERESA DO CARMO SIMÕES PEREIRA RAMOS	PEDIDO DE REMODELAÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA QUINTA DOS LEITÕES - ERICEIRA
OP	53/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/01	2018/06/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	NZAMBA - CONSULTADORIA DE GESTÃO, S.A.	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXO E MUROS DE VEDAÇÃO MURTINHEIRA-LOTE 41-FONTE BOA DA BRINCOSA

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	363/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/08	2018/06/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	PAULO JORGE FERNANDES DE SOUSA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, PISCINA E MUROS DE VEDAÇÃO CARRASQUEIRA DE CIMA
OP	344/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/22	2018/07/02	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	PNEUS GAMA - COMÉRCIO DE PNEUS, LDA	LEGALIZAÇÃO A ALTERAÇÃO/AMPLIAÇÃO E MUDANÇA DE UTILIZAÇÃO DE ARMAZÉM PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS RUA VALE DA FONTE, N.º 4 - CASAL DO PEDREGULHO
OP	346/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/05/18	2018/06/27	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	RJRI - THE ERICEIRA REAL ESTATE, UNIPESSOAL, LDA	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS RUA DR.EDUARDO BURNAY, N.º 71-ERICEIRA
OP	387/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/08	2018/07/02	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	RUBEN MIGUEL BATALHA FRANCO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PISCINA E MUROS RUA PRINCIPAL - CAEIROS
OP	184/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/14	2018/06/21	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	RUI & JOAO DUARTE, LDA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR COSTA DA FRANCA-LOTE 8 - ERICEIRA
OP	331/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/05/03	2018/07/03	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	SILVA & COSME, LDA	LEGALIZAÇÃO DE PISO INTERMÉDIO EM ARMAZÉM AVENIDA DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, N.º 12, 12-A, 12-B E 12-C-CASAL DO OUTEIRO
OP	201/2016	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/06/08	2018/06/29	D DEFERIDO	URBIHOGAR-CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, MUROS VEDAÇÃO COM DEMOLIÇÃO DO EXISTENTE RUA CIRCUITO DO OUTEIRO, N.º 52 - CASAL DO BORRALHO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Assuntos Jurídicos
Unidade de Licenciamentos Diversos
Secção de Licenciamentos Diversos

Tomei conhecimento.
À Reunião
O Presidente da Câmara,

10/07/2018

INFORMAÇÃO

Ao abrigo do despacho n.º 49/2017 de 24/10/2017, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 20, 26, 27 e 29 de junho 2, 3, 4, 5 e 6 de julho de 2018 ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença especial de ruído	16
Licença de recinto improvisado	12
Licença para Divertimento Público	7
Licença para Prova Desportiva	1

Mafra, 6 de julho de 2018

O Vereador,

(Hugo Moreira Luís)

Anexo II

RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA

SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS

29/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	RANCHO FOLCLÓRICO CANTARINHAS DE BARRO	99,39 €	DEFERIDO
29/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	RANCHO FOLCLÓRICO CANTARINHAS DE BARRO	ISENTO	DEFERIDO
20/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GRUPO CULTURAL DE DANÇAS E CANTARES DE SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA	ISENTO	DEFERIDO
20/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GRUPO CULTURAL DE DANÇAS E CANTARES DE SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
29/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO	ISENTO	DEFERIDO
29/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO	ISENTO	DEFERIDO
19/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	AGRUPAMENTO 997 - AZUEIRA CORPO NACIONAL DE ESCUTAS	ISENTO	DEFERIDO
22/06/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	AGRUPAMENTO 997 - AZUEIRA CORPO NACIONAL DE ESCUTAS	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	AGRUPAMENTO 997 - AZUEIRA CORPO NACIONAL DE ESCUTAS	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO CULTURAL OS UNIDOS DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO CULTURAL OS UNIDOS DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO SILVESTRE DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
27/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO SILVESTRE DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	PEOPLE FAMILY CLUB	141,06 €	DEFERIDO
22/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA VILA DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
03/07/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA VILA DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA VILA DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
22/06/2018	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA	SOCIEDADE RECREATIVA CHELEIRENSE	ISENTO	DEFERIDO
29/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SOCIEDADE RECREATIVA CHELEIRENSE	ISENTO	DEFERIDO
29/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FILIPE AUGUSTO GAMEIRO DE PORTUGAL MELLO	141,06 €	DEFERIDO
02/07/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	PROMO AZENHAS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA DESPORTIVA AZENHAS TANOEIROS	ISENTO	DEFERIDO
03/07/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	PROMO AZENHAS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA DESPORTIVA AZENHAS TANOEIROS	ISENTO	DEFERIDO
04/07/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	PROMO AZENHAS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA DESPORTIVA AZENHAS TANOEIROS	ISENTO	DEFERIDO
04/07/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	ALCAINÇA ATLÉTICO CLUBE	ISENTO	DEFERIDO
03/07/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	ALCAINÇA ATLÉTICO CLUBE	ISENTO	DEFERIDO
04/07/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ALCAINÇA ATLÉTICO CLUBE	ISENTO	DEFERIDO
04/07/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GALA - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO LIVRAMENTO E AZUEIRA	ISENTO	DEFERIDO
04/07/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	GALA - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO LIVRAMENTO E AZUEIRA	ISENTO	DEFERIDO
29/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GALA - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO LIVRAMENTO E AZUEIRA	ISENTO	DEFERIDO
05/07/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	DOGTOWN, UNIPESSOAL, LIMITADA	15,48 €	DEFERIDO
05/07/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	DOGTOWN, UNIPESSOAL, LIMITADA	42,32 €	DEFERIDO
06/07/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	MÚSICA NO CORAÇÃO, SOCIEDADE PORTUGUESA DE ENTRETENIMENTO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LIMITADA	ISENTO	DEFERIDO
26/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	MÚSICA NO CORAÇÃO, SOCIEDADE PORTUGUESA DE ENTRETENIMENTO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LIMITADA	ISENTO	DEFERIDO

76 P1

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

à reunião

2018-07-06

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2644-001 MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
05 JUL. 2018
ENTRADA/ 28178

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		AM_Saida/2018/55 1.1.2/2018/2	03-07-2018

Assunto: **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA - SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2018 - MINUTAS DAS DELIBERAÇÕES**

Para os devidos efeitos, junto se enviam fotocópias das minutas das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada no dia 28 de junho findo, sobre os seguintes assuntos:

- Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira.
- Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Mafra.
- Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra
- Contrato Programa entre o Município de Mafra e a Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., mandato 2018-2021
- Consolidação de Contas – Ano de 2017.
- 7.ª Modificação aos Documentos Previsionais - 3.ª Revisão.
- Autorização para realização de investimentos que ultrapassam 10% das despesas de investimento previstas no orçamento, através do recurso a empréstimos de longo prazo.
- Contração de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento das obras de remodelação do antigo edifício das finanças em Mafra.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

anexo III

- Contração de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da obra de Requalificação do Largo da Feira e Casa Canas na Malveira.

Remete-se, ainda, fotocópias das Moções/Repúdio apresentadas pelos Partidos, PAN-Pessoas–Animais-Natureza, BE – Bloco de Esquerda e PSD, aprovadas na referida sessão.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Bizarro)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *28/06/2018* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

1. – ASSUNTO: ***INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e situação financeira, bem como sobre os Relatórios e Contas de 2017 das entidades AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás; AMEGA- Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água; AMTRES - Associação de Município de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos; AML- Área Metropolitana de Lisboa; ATL- Associação Turismo de Lisboa - Visitors and Convention Bureau; Municípia, E.M. S.A.; RHLT- Rota Histórica das Linhas de Torres.*----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. ----------

Votos a Favor: .....

Votos Contra: .....

Abstenções: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *28/06/2018* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

2. – ASSUNTO: ***REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2018/8456, datada de 28 de maio de 2018, aprovar o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Mafra, o qual foi publicitado na página da Internet da Câmara Municipal, em 18 de janeiro de 2018, através do Edital n.º 05/2018, de 15 de janeiro de 2018.* ----------

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

Votos a Favor: 25 PPD/PSD; 8 PS; 1 BE; 1 PCP

Votos Contra: —

Abstenções: 2 CDU

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *28/06/2018* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

3. – ASSUNTO: ***REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MAFRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

_____

_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2018/9107, datada de 11 de junho de 2018, aprovar o Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra, o qual foi publicitado na página da Internet da Câmara Municipal, em 22 de maio de 2018, através do Edital n.º 57/2018, de 18 de maio de 2018.* ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/~~Maioria~~. ----------

Votos a Favor: 25 PPD/PSD; 8 PS; 2 CDU; 1 BE; 1 PAN

Votos Contra: .....

Abstenções: .....

ASSINATURAS:

_____ _____ _____

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *28/06/2018* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

4. – ASSUNTO: ***CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE MAFRA E A GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A., MANDATO 2018-2021.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do estabelecido no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, aprovar a minuta do Contrato Programa a celebrar entre o Município de Mafra e a Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A., conforme documento em anexo.* ----------

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

Votos a Favor: 25 PPD/PSD, 8 PS

Votos Contra: —

Abstenções: 2 CDU, 1 PAN, 1 BE

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *28/06/2018* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

5. – ASSUNTO: ***CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – ANO DE 2017.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou os Documentos de Contas Consolidadas do ano de 2017. ----------

--- Na sequência da referida apreciação, a Assembleia Municipal votou favoravelmente os referidos documentos, atento o disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.----------

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

Votos a Favor: 25 PPD/PSD; 8 PS

Votos Contra: 2 CDU

Abstenções: 1 PAN; 1 BE

Declaração de voto da CDU. ___

ASSINATURAS:

CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PCP – PEV

Declaração de voto relativa ao ponto 5 da OT – Consolidação de Contas – Ano de 2017

A CDU vota contra as contas consolidadas do município por não se rever nas opções de gestão que elas traduzem.

Acresce não ser claro, para a CDU, o tratamento dado ao contrato de "arrendamento" com a Mafreduca, nas contas da Câmara, sendo nossa convicção que se trata de financiamento indirecto.

Também a participação da Giatul na Mafreduca, no entender da CDU pode vir a ter um impacto negativo nas contas da empresa municipal, se atendermos à situação calamitosa dos capitais próprios da Mafreduca – vinte milhões de Euros negativos, no fim de 2016.

Alcainça, 28 de Junho de 2018.

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *28/06/2018* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

6. – ASSUNTO: ***7.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 3.ª REVISÃO.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a 3.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais e a 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, apresentando o Orçamento da Receita "inscrições/reforços" no valor de € 5,00 (cinco euros) e "diminuições /anulações" no valor € 5,00 (cinco euros); o Orçamento da Despesa apresenta "inscrições /reforços" no valor de € 283.380,00 (duzentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 283.380,00 (duzentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta euros); o Plano Plurianual de Investimentos apresenta "inscrições/reforços" no valor de € 42.000,00 (quarenta e dois mil euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 42.000,00 (quarenta e dois mil euros); o Plano de Atividades Municipais apresenta "reforços" no valor de € 222.630,00 (duzentos e vinte e dois mil seiscentos e trinta euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil euros)*.----------

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

Votos a Favor: ...25...PPD/PSD.....

Votos Contra: ...2...CDU.....

Abstenções: ...8...PS;...1...BE;...1...PAN.....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *28/06/2018* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

7. – ASSUNTO: ***AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS QUE ULTRAPASSAM 10% DAS DESPESAS DE INVESTIMENTOS PREVISTAS NO ORÇAMENTO, ATRAVÉS DO RECURSO A EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO. --***

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, autorizar a assunção dos empréstimos para a realização de investimentos, que ultrapassem 10 % das despesas de investimento previstas no orçamento de exercício, que se cifram em € 1 842 578,00 (um milhão oitocentos e quarenta e dois mil quinhentos e setenta e oito euros).* ----------

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

Votos a Favor: ...25.PPD/PSD.....

Votos Contra: ..2.CDU.....

Abstenções: ...8.PS,..1.PAN,..1.BE.....

declaracao voto da CDU.

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *28/06/2018* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

8. – ASSUNTO: ***CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTOS DAS OBRAS DE REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS EM MAFRA.*** ----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a contração do empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da obra de remodelação do antigo edifício das finanças, em Mafra, ao Banco Santander Totta, S.A., no valor de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), dado ter sido a instituição de crédito que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa.*----------

Esta deliberação foi aprovada por: ~~Unanimidade~~/Maioria. ----------

Votos a Favor: 25 PAI PSD

Votos Contra: 2 CDU

Abstenções: 8 PS, 1 PAN, 1 BE

declaração de voto da CDU.

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º_____

SESSÃO ORDINÁRIA DE *28/06/2018* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

9. – ASSUNTO: ***CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA FEIRA E CASA CANAS NA MALVEIRA.***----------

ENTIDADE:_____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES:_____

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a contração do empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da obra de requalificação do Largo da Feira e Casa Canas, na Malveira, ao Banco Santander Totta, S.A, no valor de € 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil euros), dado ter sido a instituição de crédito que apresentou a proposta economicamente mais vantajosa.-*

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. ----------

Votos a Favor: 25 PPD/PSD,

Votos Contra: 2 CDU

Abstenções: 8 PS; 1 PAN; 1 BE

Declaração de voto da CDU.

ASSINATURAS:

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

Aprovado por unanimidade com 25 votos PSD; 8 PS; 2 CDU; 1 PAN; 1 BE

GRUPO MUNICIPAL

Moção

Instalação de bebedouros e pontos de abastecimento de garrafas de água no Concelho de Mafra

O acesso à água é um direito inquestionável na sociedade atual. Não apenas em termos de saneamento básico, mas também para consumo.

A utilização de água engarrafada é o meio mais comum de prover as necessidades de quem se desloca. Muito habitualmente são utilizadas garrafas de plástico, com os impactos ambientais já reconhecidos internacionalmente. De acordo com uma pesquisa da *Global Packaging Trends Report, e*stima-se que cerca de um milhão de garrafas plásticas sejam vendidas por minuto no planeta, o que significa que cerca de 20 mil são compradas a cada segundo no mundo.

No início do presente ano, a UE[1] decidiu estabelecer a meta de 2030 para acabar com o plástico não reciclável e *"de uma única utilização"*. Frans Timmermans, vice-presidente da Comissão Europeia, referiu o contrassenso que significa a existência de plástico que *"é produzido em cinco segundos, utilizado por cinco minutos e leva 500 anos para se degradar"*.

Neste sentido, apesar de ser capital de um país em vias de abandonar a UE mas com preocupações ambientais, Londres tem vindo a instalar bebedouros e pontos de abastecimento de água em diversos locais da cidade, como forma de fomentar a utilização de recipientes próprios, recarregáveis. Outras cidades europeias implementaram também pontos de abastecimento de garrafas, como Bristol[2], Devon, Hamburgo, Bona, etc.

Ainda que algumas freguesias do Município de Mafra, bem como a Câmara Municipal, já tenham procedido à instalação de bebedouros, consideramos que não são ainda em número suficiente e que uma significativa quantidade dos mesmos não permite um fácil carregamento de recipientes reutilizáveis, nomeadamente garrafas, destinando-se apenas ao consumo de água no momento. Felizmente um crescente número de pessoas transporta cantis de água ou recipientes reutilizáveis. A existência de uma rede de bebedouros municipais e pontos de abastecimento de garrafas cumpriria o duplo propósito de fornecer água de qualidade e promover a redução de plástico.

[1] https://ec.europa.eu/environment/efe/themes/economics-strategy-and-information/ambitious-new-strategy-make-plastic-fantastic_pt

[2] https://www.theguardian.com/environment/2017/jun/29/the-bristol-refill-reuse-bottle-campaign-that-is-spreading-across-europe

Pessoas – Animais – Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

GRUPO MUNICIPAL

Tendo em conta a aposta no turismo outdoor em Mafra, onde a água engarrafada é vital, esta recomendação parece-nos ainda mais premente em termos de sustentabilidade ambiental.

É sabido também que cada vez mais é comum cidadãos e cidadãs fazem-se se acompanhar dos seus animais de companhia, não levando consigo, nalguns casos, recipientes apropriados para dar água aos seus animais.

Porque reconhecemos que existe uma maior e genuína preocupação do Executivo da Câmara Municipal de Mafra quanto às questões ambientais, como exemplo, a utilização de copos reutilizáveis nas comemorações do Dia da Criança, vem o PAN propor que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal de Mafra:

1. Instalação de mais bebedouros devidamente adaptados à utilização por crianças e pessoas com deficiência motora (de preferência existindo alguns adaptados para ser utilizados também por animais) e pontos de abastecimento de garrafas reutilizáveis de água nos espaços de maior necessidade e afluência de pessoas.
2. O desenvolvimento de uma campanha para promoção do consumo de água da torneira (índice de qualidade de 99,88% no concelho de Mafra, conforme dados da ERSAR), em detrimento do uso de água engarrafada em plástico;
3. A não utilização de água engarrafada em plástico, nos serviços municipais e em qualquer evento promovido pela autarquia.

São Miguel de Alcainça, 28 de Junho de 2018

Pelo Grupo Municipal do PAN

Matilde Batalha

Pessoas – Animais – Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

Aprovado por unanimidade com 25 votos PSD; 8 PS; 2 CDU; 1 PAN; 1 BE

GRUPO MUNICIPAL

MOÇÃO

Adaptação de um parque infantil a crianças em cadeiras de rodas

"A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito."

In "Declaração Universal dos Direitos da Criança" (Princípio 7º)

Brincar é um direito consagrado a todas as crianças e é fundamental para que se tornem adultos felizes e saudáveis.

Ainda que nas últimas décadas os municípios tenham dado grande foco ao bem-estar das crianças, criando ou remodelando áreas de lazer apropriadas, as minorias têm sido esquecidas. Em Portugal são escassos os parques infantis com equipamentos adaptados a crianças com limitações motoras e que se deslocam através de cadeiras de rodas. Estas crianças não têm respostas locais que as ajudem a desfrutar dos baloiços tal como as demais crianças, impedindo-as de usufruírem do seu direito a brincar.

A implantação de baloiços adaptados a crianças em cadeiras de rodas beneficiará todas as crianças nestas condições que vivem no concelho de Mafra, as crianças futuras e todas as que nos visitarão, tornando Mafra um concelho verdadeiramente amigo de todas as crianças.

Para que esta iniciativa tenha maior alcance, o PAN sugere que o parque infantil intervencionado neste sentido seja objeto de divulgação de Turismo Acessível. Esta tipologia de turismo, que tem como público-alvo todas as pessoas que se deslocam em cadeira de rodas, caracteriza-se por ser procurado pelos familiares e instituições de apoio a deficientes que elegem o destino turístico tendo em consideração as acessibilidades, os equipamentos e as infra-estruturas à disposição. Ao adaptar um parque infantil a crianças em cadeira de rodas, o concelho de Mafra está a posicionar-se com uma mais-valia para a captação deste tipo de turismo, ao mesmo tempo que trará muita alegria a estas crianças e suas famílias. Um exemplo concreto é o Parque Turma da Mónica, na Amadora, que tem tido muito sucesso junto deste público, por ser o único na região a ter dois baloiços adaptados.

Face ao exposto o PAN vem desta forma recomendar que a Assembleia Municipal delibere:

1 - Adaptar um parque infantil do concelho a crianças em cadeira de rodas.

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

GRUPO MUNICIPAL

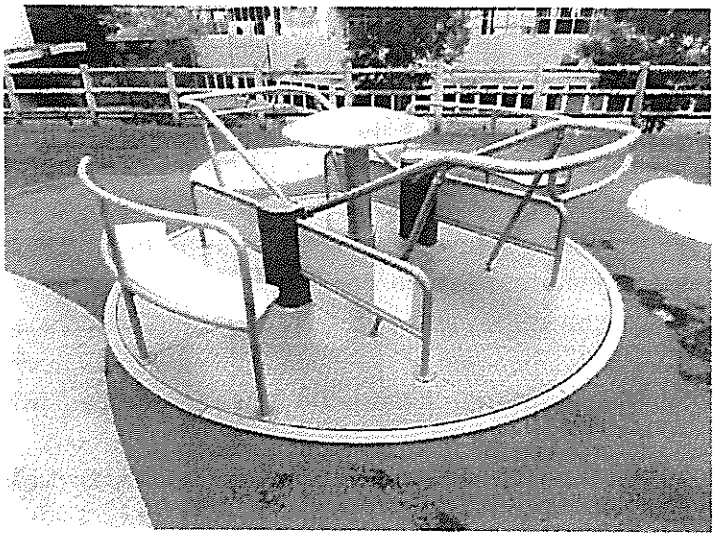
São Miguel de Alcainça, 28 de Junho de 2018

Pelo Grupo Municipal do PAN

Matilde Batalha



Exemplo 1: baloiço exclusivo para cadeiras de rodas (parque Turma da Mónica)



Exemplo 2: baloiço para uso por crianças com e sem cadeiras de rodas (Parque Turma da Mónica)

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Mafra, Avenida 25 de Abril, nº 5, 2640-456 Mafra
E-mail ammafra@pan.com.pt

Aprovado por unanimidade com 25 votos PSD; 8 PS; 2 CDU; 1 PAN; 1 BE

Voto de Repúdio n.º.../2018

Pelo respeito às populações imigrantes, por uma resposta de acolhimento de pessoas refugiadas, pelo repúdio às políticas xenófobas

Considerando que:

a) São crescentes preocupações, a nível europeu e internacional, com os fluxos migratórios dos últimos anos de milhares de pessoas migrantes e refugiadas a tentar chegar à Europa, via Mediterrâneo, na sua maioria com origem na Síria, Iraque, Afeganistão e Eritreia;

b) No âmbito da "Agenda Europeia para as Migrações", de 13 de Maio de 2015, a Comissão Europeia activou o sistema de emergência a fim de assegurar uma melhor distribuição dos requerentes de asilo por toda a Europa, com o consequente desenvolvimento de um programa de reinstalação dessas pessoas, identificadas pelo Alto Comissariado pelas Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de forma a garantir a sua protecção internacional;

c) O Governo Português, ao abrigo do mecanismo de solidariedade previsto no sistema de reinstalação de pessoas refugiadas, disponibilizou-se perante a Comissão Europeia, em Setembro de 2015, para acolher 4.574 pessoas;

d) O recém-eleito Governo Italiano que é composto por partidos eurocéticos e xenófobos violou o Direito Internacional, recusando a entrada do Aquarius, gerido pela SOS Mediterranée e, consequentemente, a receção de 629 homens, mulheres e crianças em situação de extrema vulnerabilidade. Após um impasse de várias horas, o Governo Espanhol garantiu a receção dos migrantes, que foram entretanto transportados para Espanha no Aquarius, com apoio de dois barcos da marinha italiana;

e) A crescente prevalência do discurso xenófobo, o crescimento eleitoral de partidos de extrema-direita em vários países e a disseminação de muitas das suas visões e concepções, indissociáveis das políticas e da acção da própria União Europeia, assumem proporções preocupantes, que justificam um decidido combate em nome dos valores da liberdade e da democracia.

f) As políticas da União Europeia neste domínio, assentes no conceito da "Europa fortaleza" e numa visão que criminaliza os migrantes e as migrações, tem demonstrado a sua natureza desumana, selectiva e desrespeitadora do direito internacional, nomeadamente no que se refere ao direito de asilo. A criação de campos de retenção de migrantes em países terceiros, o acordo celebrado com a

Turquia para a expulsão de migrantes para este país, a chantagem efectuada com países em desenvolvimento para aceitação de acordos semelhantes, a tendencial militarização da questão migratória e a intenção de criação de uma polícia de fronteiras a partir da agência Frontex, são elementos basilares do que tem sido a acção da União Europeia, ao invés da necessária criação de condições de acolhimento e de rotas migratórias legais e seguras, que não deixem os migrantes à mercê das redes de exploração e tráfico de seres humanos.

g) As recentes notícias que retratam a situação dramática de centenas de crianças e jovens separados das suas famílias, denunciam um atentado aos Direitos Humanos que se aproxima de técnicas de tortura emocional e psicológica utilizadas em prisões militares. Neste caso, as medidas são aplicadas sobre cidadãos extremamente vulneráveis, física e psicologicamente, sendo uma amostra da coincidência existente entre a política migratória dos Estados Unidos da América com as propostas da extrema-direita europeia;

h) As crianças, algumas delas apenas com seis anos de idade, terão sido propositadamente separadas dos seus pais pelas autoridades norte-americanas como forma de dissuadir os fluxos migratórios para os Estados Unidos. O próprio Presidente Donald Trump confirmou publicamente tal situação. O conhecimento dos detalhes de toda esta prática só aumenta a nossa convicção de que estamos perante um ato cruel e de flagrante violação de direitos humanos;

i) As imagens divulgadas pela comunicação social norte-americana mostram centros de detenção formados por jaulas onde as crianças são colocadas a dormir no chão com um cobertor térmico. Os centros estão iluminados 24 horas por dia, igualando condições próximas da tortura.

j) Segundo informações tornadas públicas, após a separação, não existe qualquer hipótese de reunião das crianças com as suas famílias, nem de contacto ou sequer de informação sobre o paradeiro de cada membro da família.

Assim, a Assembleia Municipal de Mafra reunida a ___ de ___ de 2018, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

Assim, perante o exposto, temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Mafra que delibere:

1. Repudiar a atitude do recém-eleito Governo Italiano, porque violadora do Direito Internacional ao recusar o auxílio a centenas de seres humanos numa situação dramática;
2. Repudiar as políticas levadas a cabo pela União Europeia, assentes na criação de uma "Europa fortaleza", que continuam a fazer do Mediterrâneo uma enorme vala comum;
3. Repudiar a política desumana de separação de famílias levada a cabo pelo Governo Americano, indigna de qualquer sociedade civilizada e democrática.

Bloco de Esquerda

Aprovado com os votos a favor 2 CDV e 1 BE e com os votos de abstenção 23 PSD; 8 PS; 1 PAN

90

Moção

Palavra dada, palavra honrada

No tempo presente assistimos a um grave conflito entre os professores e o governo, originado pelo facto de o mesmo governo não estar a honrar os compromissos que assumiu no OE para 2018, ou seja recuperar o tempo de serviço dos docentes durante os anos em que as carreiras estiveram congeladas, precisamente 9 anos 4 meses e 18 dias.

Diz o OE " a expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras (...) é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis" O tempo das carreiras é integral, não é uma fracção ou uma abstracção que permita diferentes interpretações. O governo não tem mandato para propor aos sindicatos um apagão total ou parcial das carreiras dos professores. Essa é uma proposta fora da lei. O governo tem é a obrigação de "definir o prazo e o modo" para a reposição do tempo de serviço.

Tal norma do OE decorre de uma proposta apresentada pelo próprio PS, depois de negociações com o BE e o PCP. E não é sequer uma proposta inflexível, dado que permite um faseamento tendo em conta as disponibilidades orçamentais. O que agora acontece é termos um governo minoritário que não quer cumprir a lei que a maioria na Assembleia da República aprovou.

Os sindicatos estão disponíveis para definir um faseamento que seja comportável pelas contas públicas enquanto o governo não discute nenhum faseamento porque simplesmente não quer reconhecer o tempo de serviço dos professores.

O governo assinou em Novembro passado um acordo com os sindicatos que expressava textualmente " o tempo de serviço prestado durante o período de congelamento das carreiras seria contado para efeitos de progressão". Agora dá o dito pelo não dito. Onde pára a honra da palavra dada?

Não há dinheiro, diz o governo "não ter 600 milhões de euros para pagar a reivindicação sindical". Se fosse para salvar um banco não faltaria dinheiro. Mas o governo revela além do mais uma indesculpável máfé porque quer propositadamente esconder o facto de os sindicatos estarem desde sempre disponíveis para negociar o faseamento.

E o governo ao pretender reduzir a luta pelos direitos e dignidade das carreiras dos professores a uma "reivindicação sindical" mais não faz do que alimentar maldosamente o preconceito social contra os sindicatos. Pretende isolar os professores, caricaturando-os como

classe privilegiada. O objectivo confesso é humilhar e enxovalhar aqueles e aquelas que são um dos pilares da escola pública.

E é rotundamente falsa a versão repetida até à náusea pela direita, por comentadores e órgãos de comunicação que os professores progridem automaticamente nas suas carreiras. Muitos professores com 24 anos de serviço estão no 3º escalão (em 10) e recebem 1300 euros por mês.

Por todas as razões atrás expressas e porque é justo, a Assembleia Municipal do Mafra, reunida em Sessão Ordinária, delibera:

> Ponto único: Apoiar a luta dos professores e professoras pela dignidade e valorização das suas carreiras, incluindo o reconhecimento da contagem integral do tempo de serviço.

Mafra, 28 de Junho de 2018

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Aprovada por unanimidade com 25 votos PSD 8 PS; 2 CDU; 1 PAN; 1 BE

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

91

MOÇÃO

O Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, submete à votação da Digníssima Assembleia a seguinte moção:

O desígnio de ser um "Municipio Amigo do Desporto", programa a que o Municipio de Mafra aderiu este ano, resultará sempre da conjugação de esforços entre a intervenção pública e a associativa.

Um "Município Amigo do Desporto" não é aquele que apenas possui as melhores instalações ou em maior número, mas sim o concelho que no seu território consegue envolver a comunidade na prática desportiva, sendo fundamental possuir uma oferta diversificada, de modalidades e equipamentos, e uma distribuição territorial equilibrada, assumindo aqui um papel de destaque o movimento associativo desportivo local.

No ano em que se comemora o 20º Aniversário do Parque Desportivo Municipal, são muitos os exemplos que poderíamos citar de obras realizadas em prol da prática desportiva em todo o concelho; os eventos desportivos de âmbito local, regional, nacional e internacional que ocorrem no Municipio; ou as ações de formação e sensibilização para a prática desportiva regular em todos os escalões etários.

Mas para além destes exemplos de intervenção direta ou com apoio público das autarquias, hoje queremos deixar uma palavra de agradecimento e reconhecimento desta Assembleia, para com o trabalho das coletividades desportivas e dos seus agentes.

As associações ou clubes desempenham um papel fulcral na formação dos nossos jovens, enquanto atletas e agentes ativos do fenómeno desportivo. A envolvência dos pais nos escalões de formação é, muitas vezes, uma forma de integração das novas famílias neste concelho que escolheram para viver.

Mas, para além da salutar prática física do desporto, a competição sénior é muitas vezes o catalisador dos clubes, transformando os resultados desportivos de cada fim-de-semana em fator extra de motivação, para diretores, técnicos, atletas e massa adepta.

Com base nestes considerandos, **a Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária no dia 28 de Junho de 2018, assinala e saúda:**

1. **Todos os clubes desportivos do concelho de Mafra que terminaram a sua época desportiva de 2017/2018, felicitando os atletas, técnicos e dirigentes pela sua dedicação e esforço em prol das suas coletividades, bem como, pela**

promoção do desporto nas suas localidades, engrandecendo a oferta desportiva do concelho;

2. Os clubes/associações que alcançaram feitos desportivos de relevo, com as sempre tão ambicionadas subidas de divisão, premiando uma época de sucesso, em diversos escalões etários (da formação aos seniores).
3. Os clubes/associações que através dos seus atletas, individualmente ou em equipa, alcançaram feitos desportivos de relevo, em modalidades tão díspares como a esgrima, o surf, o bodyboard, a esgrima, o ciclismo, o duatlo e triatlo, etc.
4. A todos os atletas federados ou simples praticantes que, individualmente ou em equipa, superaram os seus objetivos, atingiram marcas de relevo e viram reconhecido o seu esforço, levando o nome das suas coletividades e do Municipio de Mafra, ao pódio da excelência desportiva.

Assembleia Municipal de Mafra, 28 de Junho de 2018

O Grupo Municipal do PPD/PSD

(Bruno Alexandre Lourenço Ribeiro)

12.

92

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Recursos Humanos

PARECER	**DESPACHO**
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo com a presente informação. 3/7/2018 O(A) Diretor(a) de Departamento, .../...../..... O(A) Chefe de Divisão	A reunir 10/07/2018 O Presidente da Câmara, (Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/8310

ASSUNTO: Creche de Mafra- Proposta de criação de 4 postos de trabalho com vista à abertura de Procedimento de Concurso para recrutamento de trabalhadores com vinculo de emprego público por tempo indeterminado na Carreira de Tecnico Superior (Educadores de Infância), bem como dotação do orçamento Municipal com as verbas necessárias.

Na sequência da informação Interno/2018/7630, subscrita pela Chefe da Divisão de Educação e Juventude, Dr.ª Margarida Infante, anexa à presente informação, manifestando no âmbito da atividade da Creche de Mafra, a necessidade de criação e ocupação de 4 postos de trabalho, da carreira de Técnico Superior, na área de Educador de Infância, com trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a qual mereceu a concordância da Diretora de Departamento, Dr.ª Ana Martins, informa-se que:

O Mapa de Pessoal para 2018, aprovado em reunião da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2017, não contempla os quatros postos de trabalho de Técnico Superior na área de Educador de Infância;

Consequentemente também o valor das remunerações base destes postos de trabalho, não estão contemplados no Orçamento Municipal na área do Pessoal;

Nos termos do artigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, os mapas de pessoal, são aprovados, mantidos ou alterados, pela assembleia municipal, sendo igualmente da competência da Assembleia Municipal a dotação das verbas necessárias em Orçamento Municipal.

Face ao exposto, submete-se à consideração do Sr. Presidente a presente proposta de aumento dos necessários postos de trabalho em Mapa de Pessoal de 2018, por forma a assegurar o serviço da Creche, que nos termos do art.º 29 da LGTFP, deve ser submetido a concordância da Câmara Municipal e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea o) n.º 1 do artigo 25º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Mafra, 24 de maio de 2018

Assinatura inválida

X

Milene Leitão Vieira
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
Assinado por: MILENE ALEXANDRA MOURATO LEITÃO VIEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

INFORMAÇÃO Interno/2018/7630

ASSUNTO: Creche de Mafra- Abertura de Procedimento de Concurso para recursos humanos (Educadores de Infância)

A Creche de Mafra é considerada como uma resposta de âmbito socioeducativo destinada a crianças dos quatro meses aos três anos de idade, proporcionando-lhes condições adequadas ao seu desenvolvimento harmonioso e global. Por outro lado, ao nível da conciliação entre a vida familiar e profissional das famílias, a Creche assume igualmente um papel determinante, proporcionando à criança um espaço de socialização e de desenvolvimento integral, com base num projeto pedagógico adequado à sua idade e potenciador do seu desenvolvimento.

A Portaria n.º 262/2011, de 31 agosto, veio estabelecer *as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento da Creche, quer seja da iniciativa de sociedades ou empresários em nome individual, quer de instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas e outras de fins idênticos e de reconhecido interesse público* (artigo 1.º).

De acordo com a referida Portaria n.º 262/2011, de 31 agosto, concretamente nos termos alínea b) do artigo 10.º, a Equipa Técnica deve ser constituída por *"Um Educador de infância e um ajudante de ação educativa por cada grupo, a partir da aquisição da marcha".*

Na Creche de Mafra, tutelada por esta Autarquia, existem cinco grupos de crianças nesta condição (crianças que já adquiriram a marcha), que correspondem a cinco salas autónomas: duas salas para crianças dos 12 aos 24 meses e mais três salas para as crianças dos 24 aos 36 meses. As referidas cinco salas para a valência de Creche estão providas com profissionais cujas habilitações são de um educador de infância, conforme preconiza o normativo legal.

Perspetivando-se a eventual possibilidade de ampliação deste estabelecimento de educação, com o acréscimo de mais uma sala, ficaremos, então, na situação de necessitar de mais um educador de infância, perfazendo o total de seis.

Para o exercício da função de educador de infância requer-se uma licenciatura na área, a qual é compatível, a nível habilitacional, a um Técnico Superior.

Tendo em consideração o referido quadro legal e perspetivando-se a necessidade deste equipamento educativo no concelho, que à data conta com 76 crianças (taxa de ocupação de 93,8%), referindo-se ainda a recente rescisão de uma educadora de infância e a mobilidade de outra educadora, para outro organismo, e dado que, para o exercício da função de educador de infância, se requer uma licenciatura, a qual é compaginável com o exigível a nível habilitacional para um Técnico Superior, proponho superiormente a alteração do mapa de pessoal, reforçando-o com quatro lugares na categoria de Técnico Superior, na Divisão de Educação e Juventude (no caso da realização de obras de ampliação), perfazendo um total de seis lugares da categoria de Técnico Superior, bem como a correspondente alteração ao orçamento no que se refere a despesas com pessoal, com vista à

abertura de procedimento concursal para provimento de cinco Técnicos Superiores (ou quatro, no caso da não realização, por ora, de obras de ampliação), em modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, com o nível habilitacional de Educador de Infância.

Mafra, 15 de maio de 2018

Assinatura inválida

X

(Marqarida Infante)
Chefe da Divisão de Educação e Juventude
Assinado por: ANA MARGARIDA MARTINS INFANTE

13.

94

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração do Exmo. Sr. Presidente.

2018/07/02

O Vereador,

(Hugo Luís)

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração superior.

2/7/2018

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com o teor da informação.

Propõe-se a abertura de procedimento, nos termos elencados pelos serviços.

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.

02/07/2018

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Face à informação dos serviços, determino, a título excecional e por motivo de urgência na conclusão dos trabalhos inerentes à empreitada em apreço, no sentido de garantir a concretização da cronologia de trabalhos, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a abertura de procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada para a execução da "**Construção do Parque Intermodal da Ericeira ".**

Mais determino a aprovação dos projetos, anúncio de procedimento programa de concurso e caderno de encargos.

Remeta-se, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, este despacho a reunião de Câmara.

02/07/18.

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/10089

ASSUNTO: Construção do Parque Intermodal da Ericeira

Atenta a **Informação Interno/2018/8804**, e conjunto de elementos técnicos em anexo à **Distribuição EDOC/2018/32094**, exarada **pela Divisão de Obras Municipais - Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**, onde é manifestada a intenção de construção de um parque de estacionamento para automóveis ligeiros,

Anexo IV

autocaravanas, autocarros de turismo, motociclos, bicicletas e um ponto de interface, isto é, partida e término das carreiras, como resposta às necessidades de estacionamento na **vila da Ericeira**, face ao atual congestionamento e à procura da melhoria dos serviços prestados aos turistas que cada vez mais visitam esta localidade, sobretudo em período balnear. Sendo que não possuindo o Município no seu seio, recursos humanos, ou técnicos que permitam a concretização de tal projeto e execução dos trabalhos a ele subjacentes tal remete para a necessidade do despoletar do devido procedimento de contratação pública.

Tendo em conta que a verba referente à despesa em apreço se encontra prevista no projeto/ação expresso em Plano Plurianual de Investimento **(2018|I|40),** referente a Transportes rodoviários - Parque Intermodal da Ericeira, atenta a Informação de cabimento **2140/2018** que demonstra que no projeto de orçamento aplicável foi inscrita a verba adequada para suportar a despesa, **propõe-se**:

1. **Tipo de Procedimento:**

   Abertura de Procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada da **"Construção do Parque Intermodal da Ericeira"**;

2. **Preço Base:**

   Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado, o valor de **1.898.863,11€ (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e três euros e onze cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

3. **Critério de Adjudicação:**

   3.1 Considerar como Critério de Adjudicação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual o da **proposta economicamente mais vantajosa** determinada pela modalidade **da melhor relação qualidade-preço;**

   3.2 Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

a) **Preço global da proposta (50,00%);**

b) **Qualidade técnica da proposta (50,00%),** dividida pelos seguintes subfactores:

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

b.2) Plano de Trabalhos (20%);

b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);

b.4) Plano de Equipamento (15%).

4. Júri do Concurso

4.1 Que o júri do concurso, nos termos do artigo 67.º do CCP, venha a ter a seguinte constituição:

- Presidente: António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras Municipais;
- 1º Vogal: Paula Matos, Coordenadora Técnica a desempenhar funções na Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento;
- 2.º Vogal: Diogo Santos, Técnico Superior a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;
- 1.º Vogal Suplente (que substitui o presidente em caso de impedimento): João Tavares, Técnico Superior a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais;
- 2.º Vogal Suplente: Cátia Sousa, Técnica Superior a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;

4.2 Que ao júri sejam delegadas todas as competências inerentes ao procedimento concursal à exceção da competência para retificação das peças do procedimento, da decisão sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem como sobre a decisão de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69º do CCP, na sua redação atual.

5. Aprovação do projeto, anúncio de procedimento, Programa de Concurso e Caderno de Encargos, em anexo à presente informação, cujo clausulado prevê, nomeadamente:

5.1 Prazo de execução de **300 (trezentos)** dias;

5.2 Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com os artigos 88.º e 89.º do CCP;

5.3 Atribuir carácter de gratuitidade às peças procedimentais.

5.4 Prazo para a apresentação das propostas: nos termos do n.º 1 do art.º 135.º do CCP definir um prazo de **18 (dezoito) dias** para a apresentação das propostas.

6. Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, que seja designado como Gestor do Contrato: Eng.º João Tavares, Técnico Superior, a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais.

À consideração superior,

O Dirigente da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

2018/07/02

(Vasco Mota)

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património
Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

96

Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA:

Construção do Parque Intermodal da Ericeira

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Índice

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

Cláusula 1.ª – Objeto

Cláusula 2.ª – Disposições por que se rege a empreitada

Cláusula 3.ª – Interpretação dos documentos que regem a empreitada

Cláusula 4.ª – Esclarecimento de dúvidas

Cláusula 5.ª – Projeto

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO

SECÇÃO I

Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª – Preparação e planeamento da execução da obra

Cláusula 7.ª – Plano de trabalhos ajustado

Cláusula 8.ª – Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

SECÇÃO II

Prazos de execução

Cláusula 9.ª – Prazos de execução da empreitada

Cláusula 10.ª – Cumprimento do plano de trabalhos

Cláusula 11.ª – Multas por violação dos prazos contratuais

Cláusula 12.ª – Atos e direitos de terceiros

SECÇÃO III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 13.ª – Condições gerais de execução dos trabalhos

Cláusula 14.ª – Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

Cláusula 15.ª – Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

Cláusula 16.ª – Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

Cláusula 17.ª – Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção

Cláusula 18.ª – Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 19.ª – Aplicação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 20.ª – Substituição de materiais e elementos de construção

Cláusula 21.ª – Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra

Cláusula 22.ª – Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

Cláusula 23.ª – Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro
Cláusula 24.ª – Menções obrigatórias no local dos trabalhos
Cláusula 25.ª – Ensaios
Cláusula 26.ª – Medições
Cláusula 27.ª – Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados
Cláusula 28.ª – Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

SECÇÃO IV

Pessoal

Cláusula 29.ª – Obrigações gerais
Cláusula 30.ª – Horário de trabalho
Cláusula 31.ª – Segurança, higiene e saúde no trabalho

CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA

Cláusula 32.ª – Preço e condições de pagamento
Cláusula 33.ª – Adiantamentos ao empreiteiro
Cláusula 34.ª – Reembolso dos adiantamentos
Cláusula 35.ª – Descontos nos pagamentos
Cláusula 36.ª – Mora no pagamento
Cláusula 37.ª – Revisão de preços

SECÇÃO V

Seguros

Cláusula 38.ª – Contratos de seguros
Cláusula 39.ª – Objeto dos contratos de seguro

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 40.ª – Representação do empreiteiro
Cláusula 41.ª – Representação do dono da obra
Cláusula 42.ª – Livro de registo de obra

CAPÍTULO V

RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

Cláusula 43.ª – Receção provisória

Cláusula 44.ª – Prazo de garantia

Cláusula 45.ª – Receção definitiva

Cláusula 46.ª – Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 47.ª – Deveres de colaboração recíproca e informação

Cláusula 48.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 49.ª – Resolução do contrato pelo dono da obra

Cláusula 50.ª – Resolução do contrato pelo empreiteiro

Cláusula 51.ª – Foro competente

Cláusula 52.ª – Comunicações e notificações

Cláusula 53.ª – Contagem dos prazos

Cláusula 54.º - Legislação Aplicável

CADERNO DE ENCARGOS

98

Capítulo I
Disposições iniciais
Cláusula 1.ª
Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da empreitada de: **" Construção do Parque Intermodal da Ericeira"**.

Cláusula 2.ª
Disposições por que se rege a empreitada

1 — A execução do Contrato obedece:

a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação vigente, doravante designado CCP;
c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
e) Às regras da arte.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
c) O caderno de encargos;
d) O projeto de execução [ou o programa, no caso previsto no n.º 3 do artigo 43.º do CCP];
e) A proposta adjudicada;
f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;

g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

1 — No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas *b)* a *g)* do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

2 — Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

3 — No caso de divergência entre as várias peças do projeto de:

a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º do CCP;
c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

Cláusula 4.ª

Esclarecimento de dúvidas

1 — As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 — No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3 — O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª
Projeto

1 — O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento, sendo integrado pelas seguintes peças:

- Projeto de Estabilidade;
- Projeto de Arquitetura;
- Projeto de Condicionamento Acústico;
- Projeto de Arquitetura Paisagista;
- Projeto das Instalações Elétricas;
- Projeto de Segurança Contra Incêndio;
- Projeto de Telecomunicações;
- Projeto de AVAC;
- Projeto de Abastecimento de água;
- Projeto da Rede Predial de Água;
- Projeto da Rede de Drenagem de águas pluviais;
- Projeto da Rede de Drenagem de águas residuais;
- Projeto de Vias e sinalização;
- Projeto de Resíduos Sólidos Urbanos;
- Plano de Segurança e Saúde em projeto;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- Mapa de Quantidades;

Capítulo II
Obrigações do empreiteiro

Secção I
Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.ª
Preparação e planeamento da execução da obra

1 — O empreiteiro é responsável:

a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da presente cláusula.

2 — A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3 — O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;

c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;

d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4 — A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
f) A apresentação pelo empreiteiro dos seguintes desenhos de construção, pormenores de execução e elementos do projeto:
g) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
h) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas f) e g);
i) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

5 – Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir a circulação condigna e segura, quer de viaturas, quer dos peões, nas ruas envolventes ao edifício.

6 – Se durante a execução da empreitada, devido à circulação de viaturas e máquinas, ocorrerem assentamentos nos pavimentos dos arruamentos de acesso à obra, o empreiteiro terá que no final da referida empreitada deixar os arruamentos em perfeito estado. Se necessário, terá de levantar e reaplicar todos pavimentos danificados, às suas expensas, devendo o trabalho ser executado de acordo com o existente e com a aprovação da Fiscalização. Durante a obra se existirem anomalias nos arruamentos, ou na envolvente da obra, que coloquem em causa a segurança de pessoas ou viaturas, estas terão de ser corrigidas de imediato, sendo que as propostas dos concorrentes devem fazer referência à forma como vão dar cumprimento a este assunto.

Caso o empreiteiro não proceda às correções acima referidas, a receção provisória da obra não será efetuada enquanto tal não ocorrer, podendo o Dono da Obra, se necessário, recorrer à caução da obra, para executar os respetivos trabalhos, ou descontar o custo dos mesmos em algum auto ainda não pago.

Cláusula 7.ª

Plano de trabalhos ajustado

1 — No prazo de 10 dias a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.

2 — No prazo de 10 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

3 — O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4 — O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:

a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão de obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

5 — O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1 — O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2 — No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

3 — Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

4 — Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5 — Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

6 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos nºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7 — Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

8 — Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II
Prazos de execução

Cláusula 9.º
Prazo de execução da empreitada

1 — O empreiteiro obriga-se a:

a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;

b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;

c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo de **300 (trezentos) dias** a contar da data da sua consignação.

2 — No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3 — Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

Cláusula 10.ª
Cumprimento do plano de trabalhos

1 — O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2 — Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 — No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª.

Cláusula 11.ª

Multas por violação dos prazos contratuais

1 — Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.

2 — No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3 — O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 12.ª

Atos e direitos de terceiros

1 — Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 — No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 13.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as caraterísticas de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

2 – Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e desde que a qualidade dos trabalhos, dos materiais e dos equipamentos seja igual ou superior ao previsto no concurso e cumpra o definido nos pontos seguintes.

4 – Sem prejuízo do disposto nos pontos antecedentes e seguintes, o empreiteiro fica obrigado a executar todos os trabalhos complementares e aplicar todos os métodos construtivos por ele indicados na sua memória descritiva, de forma a melhorar a qualidade dos trabalhos, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional, sendo que em caso algum pode violar o definido no concurso, pelo dono da obra, nomeadamente funcionalidade, qualidade e arquitetura / estética. Se a qualquer momento for detetado que os materiais, ou os equipamentos aplicados são de qualidade inferior ao previsto no concurso, ou aos propostos pelo empreiteiro na fase de concurso, obriga o empreiteiro a proceder à sua substituição a suas expensas.

5 – Caso algum trabalho tenha sido indevidamente pago, por se detetar que as quantidades não estão corretas, ou pelo facto de se ter detetado que o trabalho não está em condições de ser aceite, aplica-se o artigo 390º do CCP.

6 - Qualquer material ou equipamento, para ser considerado de qualidade igual ou superior, não basta apenas, aparentemente, desempenhar a mesma função. Tem de ser de qualidade igual ou superior

em todos os requisitos técnicos e funcionais da solução de referência do caderno de encargos, da memória descritiva e justificativa e do mapa de trabalhos, do concurso e também da memória descritiva do concorrente (caso o concorrente na sua proposta tenha indicado uma outra solução de qualidade superior à do concurso, de forma a melhorar a sua classificação na fase de apreciação das propostas). A qualidade igual ou superior deve verificar-se em todos os requisitos técnicos, nomeadamente, quando aplicável, funcionalidade, durabilidade, fiabilidade, enquadramento arquitetónico com o conjunto da arquitetura da obra (caso altere a arquitetura ou estética da obra fica dependente de aprovação do Dono da Obra), compatibilidade com outros materiais ou equipamentos existentes, composições e resistências químicas, resistências mecânicas, resistência ao desgaste, estabilidade dos pigmentos/cor, composição de anti fungos, espessuras e características dos revestimentos de proteção, espessuras dos revestimentos anticorrosivos, resistências aos ultravioletas, resistência térmica, resistência acústica, transmissão térmica, reflexão solar e outros aplicáveis. Quando o empreiteiro apresentar materiais ou equipamentos para aprovação da fiscalização, que sejam diferentes dos previstos, tem que apresentar um documento comparativo das características técnicas da solução base do concurso (incluindo as apresentadas pelo concorrente na fase de concurso) e da solução proposta pelo empreiteiro e, ainda, as recomendações técnicas do fabricante. Para além dos equipamentos ou materiais terem de ter a qualidade atrás mencionada, o empreiteiro também fica obrigado a respeitar todas as recomendações técnicas do respetivo fabricante, de forma a garantir uma boa execução/aplicação, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional. Caso o empreiteiro não cumpra as recomendações técnicas do fabricante, fica obrigado a retificar o trabalho executado a suas expensas, de forma a cumpri-las.

7 – Sempre que existam dúvidas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos a aplicar ou aplicados, o empreiteiro terá que complementar a documentação comprovativa das respetivas características. Se necessário serão efetuados testes, englobando os destrutivos, sempre que justificável, de forma a confirmar-se a respetiva qualidade, sendo que os equipamentos de medição e todas as despesas inerentes aos testes serão da responsabilidade do empreiteiro. Nos casos em que não sejam cumpridos os requisitos de qualidade proceder-se-á às reparações ou substituições necessárias, a expensas do empreiteiro.

8 – Caso o empreiteiro recorra à subcontratação será obrigado a cumprir toda a legislação aplicável, nomeadamente os artigos 317.º, 319.º, 320.º, 383.º 384.º, 385.º e 386.º do CCP. Em caso de incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente o n.º 2 do artigo 383.º do CCP, além da

aplicação de todas as sanções previstas na lei, tal facto será comunicado às entidades respetivas, em especial o IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção).

9 – O empreiteiro não pode invocar que a mobilização de meios ou equipamentos em determinado momento da empreitada, para executar qualquer trabalho imprevisto na empreitada, para além do custo normal desse trabalho, tem custos acrescidos de estaleiro, de mobilização de máquinas, ou outros, caso estes meios estejam previstos nos respetivos planos de mão-de-obra e/ou equipamentos, para aquele período.

10 – Caso exista alguma divergência entre o descritivo do mapa de trabalhos / mapa de quantidades, em relação a qualquer outro documento do concurso, prevalece o definido no mapa de trabalhos.

11 – Devido ao facto do trabalhos decorrerem numa zona com um contexto histórico–arqueológico, obriga a que todos os trabalhos em envolvam escavações tenham de ter acompanhamento arqueólogo, por parte de um arqueólogo a indicar pelo Dono da Obra, pelo que todos os trabalhos de escavação devem ser planeados de forma terem acompanhamento de um arqueólogo e permitam a realização de todas as sondagens arqueológicas necessárias.

Cláusula 14.ª

Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

1 — Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos, tomando em também consideração o referido na cláusula 13ª, no que respeita à qualidade.

2 — Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas caraterísticas, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.

3 — No caso de alguma indefinição quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar -se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.

4 — Sem prejuízo do disposto no artigo 378.º do CCP quando aplicável, ou sempre que o empreiteiro entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao dono da obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como da alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar.

5 — A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo a que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.

6 — Se o dono da obra, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta referida no ponto anterior e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.

7 — O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante de alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os trabalhos complementares e para os trabalhos a menos.

Cláusula 15.ª
Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

1 — Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.

2 — O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

Cláusula 16.ª
Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

1 — O empreiteiro deve submeter à aprovação da Fiscalização / Dono da Obra a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar, com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, tomando em consideração o mencionado na claáusula 13ª e apresentar também os respetivos documentos de homologação.

2 — Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando -se a mesma concedida se a Fiscalização / Dono da Obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro. É de salientar que a contagem do prazo definido neste artigo só se inicia após o empreiteiro apresentar todos os elementos definidos na cláusula 13ª.

3 — O empreiteiro é obrigado a fornecer à Fiscalização / Dono da Obra as amostras de materiais e elementos de construção que estes lhe solicitarem.

4 — A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.

5 — Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios, ou outros testes necessários para verificação das características dos materiais, ou equipamentos, conforme mencionado na cláusula 13ª, correrão por conta do empreiteiro.

Cláusula 17.ª
Reclamação contra a não aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

1 — Se for negada a aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida, pelo facto de estes satisfazerem as condições contratualmente estabelecidas, incluindo o cumprimento da cláusula 13ª, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e toda a documentação técnica comparativa das soluções objeto de análise e ainda os documentos de homologação e apresentar à Fiscalização / Dono da Obra a reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 10 dias.

2 — A reclamação considera -se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3 — Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pelo empreiteiro.

Cláusula 18.ª

Efeitos da aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção

1 — Uma vez aprovados os equipamentos, materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade, ou o empreiteiro tenha ocultado qualquer informação relevante sobre os mesmos.

2 — No ato de aprovação dos materiais, equipamentos e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.

3 — Se a modificação da qualidade dos equipamentos, materiais, equipamentos e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substitui-los à sua custa.

Cláusula 19.ª

Aplicação de equipamentos, materiais e elementos de construção

Os equipamentos, os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas e as recomendações técnicas dos fabricantes, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pela Fiscalização / Dono da Obra.

Cláusula 20.ª

Substituição de equipamentos, materiais e elementos de construção

1 — Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:

a) Sejam diferentes dos aprovados;

b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas e recomendações técnicas dos fabricantes ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.

2 — As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.

3 — Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras, ou informação técnica e documentos de homologação e reclamar.

Cláusula 21.ª

Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

Cláusula 22.ª

Trabalhos complementares que se destinam a corrigir os erros e omissões

Aplica-se o previsto no código da Contratação Pública.

Cláusula 23.ª

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

1 — Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2 — Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3 — Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Cláusula 24.ª
Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1 — Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2 — O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra, ou o dossier da atas e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 — O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4 — Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 25.ª
Ensaios

1 — Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.

2 — Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, cabe ao empreiteiro evidenciar a qualidade dos mesmos e caso este não tenha evidenciado o cumprimento integral do caderno de encargos e persistam dúvidas, pode a Fiscalização / Dono de Obra exigir a realização de quaisquer outros ensaios, ou testes que se justifiquem, de forma a comprovar o cumprimento do caderno de encargos, sendo o seu custo suportado pelo empreiteiro.

3 – Em complemento ao ponto anterior, caso o empreiteiro tenha apresentado todos os documentos técnicos e de homologação e aparentemente os equipamentos, os materiais e métodos construtivos, cumpram o Caderno de Encargos e, ainda assim, a Fiscalização tenha dúvidas, poderá a Fiscalização solicitar ensaios, ou testes complementares. Caso estes resultados complementares se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas sejam da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e testes e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do Dono da Obra.

Cláusula 26.ª Medições

1 — As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e devidamente aprovados e ordenados pelo dono da obra, são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2 — As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.

3 — Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 27.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1 — Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2 — No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 28.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1 — O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 — Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com a Fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3 — Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 — No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354. º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Secção IV

Pessoal

Cláusula 29.ª

Obrigações gerais

1 — São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 — O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 — A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 — As quantidades e a qualificação profissional da mão de obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 30.º

Horário de trabalho

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

Cláusula 31.ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 — O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 — O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 — No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4 — Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 38.ª.

5 — O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Capítulo III
Obrigações do dono da obra
Cláusula 32.ª
Preço e condições de pagamento

1 — Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a entidade adjudicante pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode exceder o preço base correspondente, na empreitada em apreço, **1.898.863,11€ (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e três euros e onze cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

2 — O preço base foi estabelecido através da aplicação às quantidades, das várias espécies constantes do mapa de quantidades, de preços unitários consonantes com valores praticados no mercado.

3 — Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 26.ª.

4 — Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 dias após a apresentação da respetiva fatura.

5 — As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo dono da obra.

6 — Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.

7 — No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o dono da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo dono da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

8 — O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 33.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1 — O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro caução.

3 — Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4 — A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 34.ª

Reembolso dos adiantamentos

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$Vri = Va \times Vpt - Vrt\ Vt$

b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$Vri = Va \times V'pt - Vrt\ Vt$

em que:

Vri é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

Va é o valor do adiantamento;

Vt é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

Vpt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

V'pt é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

Vrt é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.

Cláusula 35.ª

Descontos nos pagamentos

1 — Para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a **10 %** desse pagamento.

2 — O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

Cláusula 36.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 37.ª

Revisão de preços

A modalidade de revisão de preços desta empreitada é efetuada com base na fórmula correspondente a **F09 – Arranjos exteriores**, conforme anexo do despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 23 de janeiro.

Secção V

Seguros

Cláusula 38.ª

Contratos de seguro

1 — O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 — O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3 — O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no

caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5 — O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6 — Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

7 — Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8 — Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 39.ª

Objeto dos contratos de seguro

1 — O empreiteiro obriga -se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 — O empreiteiro obriga -se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.

3 — O empreiteiro obriga -se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.

4 — No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

5 — O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

Capítulo IV
Representação das partes e controlo da execução do contrato
Cláusula 40.ª
Representação do empreiteiro

1 — Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 — O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação de acordo com a Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, a qualificação profissional exigível aos técnicos para exercício de funções de direção de obra em apreço, consta no **Quadro n.º 2, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Espaços exteriores - Espaços livres, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.**

3 — Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4 — As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.

5 — O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6 — O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

7 — Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8 — O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 6.ª.

Cláusula 41.ª

Representação do dono da obra

1 — Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 — O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3 — O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

4 — Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, desempenhará as funções de Gestor do Contrato: Eng.º João Tavares, Técnico Superior, a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais.

Cláusula 42.ª

Livro de registo da obra

1 — O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 — O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Capítulo V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 43.ª

Receção provisória

1 — A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 — No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 — O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 44.ª

Prazo de garantia

1 — Conforme indicado no mapa de trabalhos.

2 — Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 — Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 45.ª

Receção definitiva

1 — No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 — Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 — A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 — No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Cláusula 46.ª

Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

1 — Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2 — Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da

obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:

a) No final do primeiro ano, 30 % do valor da caução;
b) No final do segundo ano, 30 % do valor da caução;
c) No final do terceiro ano, 15 % do valor da caução;
d) No final do quarto ano, 15 % do valor da caução;
e) No final do quinto ano, os 10 % restantes.

3 — Nos contratos sujeitos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 397.º, a diferentes prazos de garantia e, consequentemente, a receções provisórias e definitivas parciais, a liberação parcial da caução, nos termos do disposto nos números anteriores, é promovida na proporção do valor respeitante a cada um dos conjuntos de elementos que compõem a obra, designadamente estruturais, construtivos não estruturais ou instalações técnicas e equipamentos.

Capítulo VI
Disposições finais
Cláusula 47.ª
Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 48.ª
Subcontratação e cessão da posição contratual

1 — O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

2 — O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.

3 — Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4 — O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5 — O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6 — No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7 — A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8 — A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 49.ª
Resolução do contrato pelo dono da obra

1 — Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;

h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;

j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;

l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;

m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;

n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;

q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 — Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 — No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 — A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 50.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1 — Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;

h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;

l) Se a suspensão da empreitada se mantiver:

i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;

ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;

m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2 — No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 — O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 — Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 51.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 52.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 53.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 54.ª

Legislação Aplicável

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

02/07/18

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

Concurso Público

Designação da Empreitada:

Construção do Parque Intermodal da Ericeira

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ÍNDICE GERAL

I. PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

II. CADERNO DE ENCARGOS

ANEXOS:

ANEXO I - Modelo de Declaração – aceitação do conteúdo do caderno de encargos;

ANEXO II – Modelo de Declaração – Habilitação;

ANEXO III – Modelo de Caução – Depósito;

ANEXO IV – Modelo de Caução - Garantia Bancária/Seguro-Caução

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE:

1. IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE
3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS
4. ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS
5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA
6. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA
   E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO
7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA
8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJETO
9. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS
10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
12. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS
13. INDICAÇÃO DO PREÇO
14. PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES
15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA
16. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO
17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO
18. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO
19. MINUTA DO CONTRATO
20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
21. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO
22. DESPESAS E ENCARGOS

1. IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO

1.1. O presente procedimento tem por objeto a execução da empreitada referente à "**Construção do Parque Intermodal da Ericeira"**

1.2. O processo de concurso público para execução da empreitada de **"Construção do Parque Intermodal da Ericeira"** encontra-se patente para consulta na Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento da Câmara Municipal de Mafra, Praça do Município 2644-001 Mafra, onde poderá ser consultado durante as horas normais de expediente (todos os dias úteis, das 9.00 às 17.00 horas), desde a data da publicitação até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas;

1.3. As peças do concurso serão disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov;

1.4. O concurso foi aberto ao abrigo dos critérios que se encontram enunciados no artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, adiante designado por CCP.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a **Câmara Municipal de Mafra.**

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

3.1. A decisão de contratar foi tomada pelo Sr. Presidente, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

3.2. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri nomeado para conduzir o procedimento, a quem deverão ser apresentados os respetivos pedidos, por escrito, com identificação do concurso a que respeitam, através da plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das

propostas, via plataforma de contratação pública eletrónica. A falta de resposta até esta data, implica a prorrogação, por período correspondente, do prazo para apresentação das propostas. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para apresentação das propostas será adequadamente prorrogado nos termos legais.

3.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e notificar-se-á do facto todos os interessados que tenham adquirido as peças procedimentais.

4. ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS

4.1 Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados.

4.2 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

4.3 Durante o primeiro terço do prazo que decorre até à apresentação das propostas, os interessados poderão, mediante solicitação ao dono da obra, inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

5. DOCUMENTO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser constituída pelos documentos previstos no artigo 57.º do CCP:

5.1. **Declaração**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP

5.2 **Atributos da Proposta:**

5.2.1 **Memória descritiva e justificativa** do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme Caderno de Encargos;

5.2.2 **Plano de trabalhos**;

5.2.3 **Plano de equipamento** a utilizar nesta obra;

5.2.4 **Plano de mão-de-obra** a utilizar nesta obra;

5.2.5 **Plano de Pagamentos** e Cronograma Financeiro;

5.2.6 **Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição**;

5.2.7 Para efeitos da alínea a) do n.º 2 do art.º 57.º do CCP, juntar a Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstos no projeto de execução (**não obstante a resposta em sede de corpo da proposta, deverá, obrigatoriamente, ser preenchido e enviado o ficheiro Excel denominado LPU - Mapa de Quantidades)**;

6. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

6.1. Em face do que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, fica determinado que só é aceite a entrega das propostas através da plataforma de contratação pública eletrónica www.saphety.com/pt-PT/saphetygov .

6.2. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva e a qualidade em que assina;

6.3. Todas as propostas deverão ser entregues até ao prazo limite de entrega via plataforma contratação pública eletrónica www.saphety.com/pt-PT/saphetygov.

6.4. Para tal é necessário o registo que poderá ser efetuado em www.saphety.com/pt-PT/saphetygov, dirigindo-se à área de pré-adesão de Fornecedores.

6.5. Adicionalmente poderá encontrar os requisitos mínimos necessários para aceder à plataforma BizGov em www.bizgov.pt/conteudos/default.asp?ID=71&IDP=18&P=18.

6.6. Em caso de dúvidas ou apoio à submissão de propostas, a Saphety disponibiliza uma linha de apoio direta que poderá ser acedida através do número 707 101 249, ou através do correio eletrónico helpdesk@saphety.com.

6.7. Nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a uma assinatura eletrónica qualificada.

6.8. Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.

6.9. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

6.10. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

Nota: A submissão das propostas só deve ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 70.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de Agosto.

7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

a) Tradução devidamente legalizada;
b) Tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJECTO

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas com variantes ao projeto patenteado (ou parte dele).

9. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS

9.1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

9.2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no número anterior, nem integrar outro agrupamento concorrente.

9.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

9.4. No caso da adjudicação da empreitada ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho.

10.PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As proposta serão entregues, até às **17.00 horas do 18.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para Diário da República, (prazo contínuo). Caso esse dia venha a coincidir com dia não útil o prazo limite corresponderá às **17:00 do dia útil imediato.**

11.PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos termos do artigo 65.º do CCP, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

12.CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. A adjudicação é efetuada nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual o da **proposta economicamente mais vantajosa** determinada pela modalidade **da melhor relação qualidade-preço;**

12.2. Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

a) Preço global da proposta (50%);

b) Qualidade técnica da proposta (50%), dividida pelos seguintes subfactores:

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

b.2) Plano de Trabalhos (20%);

b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);

b.4) Plano de Equipamento (15%).

12.3. Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos fatores de apreciação indicados no 12.2 será aplicada a seguinte metodologia:

a) No que concerne **ao preço global das propostas** as respetivas pontuações serão obtidas com base na equação abaixo indicada:

$$xi = \sqrt{(100-75)^2 - (100-75)^2 \times \left(\frac{vi}{vB}\right)^2} + 75$$

onde

xi - pontuação de cada concorrente;

vi - valor da proposta de cada concorrente;

vB - valor Base do concurso.

b) No que concerne à qualidade técnica da proposta, no seguimento do já atrás definido, será aplicada a seguinte fórmula:

QTP = 0,50 MDJ + 0,20 PT + 0,15 MO + 0,15 PE

No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia:

b.1) Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada e coerente, como cada concorrente se propõe executar os trabalhos, devidamente adaptados à obra, incluindo a articulação com o planeamento e as exigências da boa execução dos trabalhos, cumprindo as peças escritas e desenhadas e o Caderno de Encargos do concurso, e ainda, o cumprimento do prazo e a garantia de qualidade. Para além do atrás mencionado, a análise da memória descritiva e justificativa, deverá ponderar também a garantia de qualidade dos materiais, dos equipamentos e dos métodos construtivos definidos pelo concorrente, para a execução da obra.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Genérica, muito incompleta, não satisfazendo aspetos essenciais exigíveis de adaptação à empreitada, ou com grandes incongruências. ---------- [0-20[Pontos

- Pouco desenvolvida, simplificada, ou pouco adaptada à empreitada, sem grande desenvolvimento dos métodos construtivos, dos materiais e dos equipamentos a aplicar na empreitada e, eventualmente, com incongruências.---------- [20-40[Pontos

- Com algum desenvolvimento, com definição de materiais, de equipamentos e de métodos construtivos, mas ainda de forma bastante incompleta. Existe articulação com os diversos documentos da empreitada, mas revela ainda algumas falhas e algumas incongruências relevantes.---------- [40-60[Pontos

- Com um razoável desenvolvimento e uma razoável definição dos métodos construtivos, dos equipamentos e dos materiais a utilizar, mas apresentando algumas falhas, ou algumas incoerências relevantes. Relativamente articulada com os diversos documentos da empreitada, mas revelando algumas falhas.---------- [60-80[Pontos

- Bem desenvolvida, pormenorizada, coerente e devidamente adaptada à empreitada. Boa definição dos métodos construtivos, dos materiais, dos equipamentos a aplicar e ainda das várias exigências do concurso, oferecendo garantias de qualidade e cumprindo as regras de boa execução. Está bem articulada com os diversos documentos da empreitada e indica formas de contribuir, quer para o cumprimento do prazo, quer para a execução dos trabalhos com qualidade. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.-------- [80-100] Pontos.

b.2) Será fundamentalmente analisada a pormenorização, a duração e a coerência na execução das várias tarefas e o planeamento da empreitada, tendo em consideração as tarefas a executar, o controlo de qualidade e o prazo para a execução da obra.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, genérico e não traduz o desenvolvimento necessário ao longo do prazo de execução da empreitada.---------- [0-20[Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências. ---------- [20-40[Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas não traduz o desenvolvimento de toda a empreitada e apresenta incongruências.------ [40-60[Pontos

- Aparentemente bem elaborado, definindo de forma exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos. Contudo, tem períodos de realização de trabalhos que não estão coerentes com os restantes documentos da empreitada, ou não são compatíveis com a garantia de qualidade, ou com as regras de boa execução, podendo, inclusivamente, também colocar em causa o cumprimento do prazo. - ----------[60-80[Pontos

- Bem elaborado, definindo de forma clara e exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos, respeitando os encadeamentos das tarefas e está devidamente adaptado à empreitada, criando, desta forma, condições para a existência de qualidade na execução dos trabalhos, bem como para o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. --- ----------[80-100] Pontos.

b.3) Será fundamentalmente analisado, ao longo do período de execução da obra, a quantidade, a qualificação e a forma como a mão de obra vai ser vai ser afeto à obra e a cada tarefa, tendo em atenção o tipo e o volume de trabalhos a executar, o prazo de execução e a sua coerência com o planeamento e com o controlo de qualidade.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação da mão-de-obra a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de mão-de-obra, para diversos artigos, não é a adequada, para a realização de trabalhos.---------- [0-20[Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento, ou a mão-de-obra não é a adequada para a realização de trabalhos.---------- [20-40[Pontos.

- Não está completo e não traduz todas necessidades dos trabalhos a executar, ou apresenta incongruências em relação ao planeamento. ---------- [40-60[Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns meios humanos relevantes, ou nem sempre são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento da mão-de-obra nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo.----- [60-80[Pontos

- Bem elaborado, com a mão-de-obra adequada e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a permitir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.----------[80-100] Pontos.

b.4) Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, o tipo, a quantidade e o tempo, dos equipamentos a afetar à obra e a cada tipo de trabalho e a sua coerência com os trabalhos a executar, tendo em atenção o planeamento da obra, o prazo e a garantia de qualidade da obra.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação do equipamento a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de equipamento não é o adequado para a realização de diversos trabalhos.----------[0-20[Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento.--------[20-40[Pontos.

- Não está completo e não traduz as necessidades de alguns trabalhos a executar, ou apresenta incongruências com o planeamento.---------
----------[40-60[Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns equipamentos relevantes, ou não são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento dos equipamentos nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo também colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo.----------
---------- [60-80[Pontos

- Bem elaborado, com os equipamentos adequados e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a garantir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.----------[80-100] Pontos.

Dentro de cada intervalo de pontuações atrás indicados, as pontuações intermédias deverão ponderar o mérito de cada proposta, tomando em consideração os seus aspetos positivos e negativos.

12.4. **Em caso de igualdade de pontuação, terá preferência a proposta de mais baixo preço.**

13.INDICAÇÃO DO PREÇO

13.1. O preço base para efeitos do concurso é de **1.898.863,11€** (**um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e três euros e onze cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

13.2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados em extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

13.3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

13.4. O concorrente deverá indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar nos termos dos números 4 e 5 do artigo 60.º do CCP.

13.5. Para efeito dos termos dos termos do art.º 71.º do CCP, devido ao facto do valor base do concurso corresponder a preços unitários coerentes com o mercado, já sem grandes folgas, de forma a garantir uma perfeita execução dos trabalhos, será considerado preço anormalmente baixo o valor das propostas que sejam inferiores a 80% do preço base.

13.6. Atento o art.º 46.º- A do CCP a não contratação por lotes resulta de, por imperativos técnicos ou funcionais, a separação por lotes não permitiria uma correta gestão da empreitada e controlo de qualidade, nem uma adequada responsabilização dos diversos empreiteiros, para efeitos de garantia dos trabalhos a executar.

14.PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES

14.1. O Júri procederá, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov.

14.2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, a todas as propostas apresentadas.

14.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

14.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a

apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 13.1 e 13.2.

15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA

15.1. Após a análise das propostas, tendo em conta todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas, bem como eventuais exclusões.

15.2. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos, sobre as propostas, considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

15.3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

15.4. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica SaphetyGov - www.saphety.com/pt-PT/saphetygov, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

15.5. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos das disposições conjugadas dos artigos 147.º e 123.º, n.º 1, do CCP.

16. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

16.1. A decisão da adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

16.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação será notificado o adjudicatário para:

a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos, de acordo com o n.º 17 deste programa de procedimentos, conforme disposto no artigo 81.º do CCP;

b) Prestar a caução, nos termos do ponto 18 deste programa de procedimentos, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação, indicando expressamente o seu valor;

c) Confirmar, no prazo de 10 dias, eventuais compromissos, assumidos por terceiros, relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;

d) Apresentação do **Plano de Segurança e Saúde de obra.**

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

17.1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:

i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;

ii. Situação regularizada relativamente a **impostos devidos** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;

b) Certificado de **registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa singular ou, sendo pessoa coletiva, registo criminal desta e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, na sua redação atual;

c) **Alvará de construção** ou títulos de registo do concorrente (ou cópia do mesmo) emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (INCI, I.

P.), contendo as autorizações referidas no n.º 17.2 ou, se for o caso, em substituição, o documento referido na alínea a) n.º 5 do artigo 81.º do CCP;

d) **Plano de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho;**

e) **Qualificação mínima para o representante do empreiteiro:** De acordo com a Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, a qualificação profissional exigível aos técnicos para exercício de funções de direção de obra em apreço, consta no Quadro n.º 2, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Espaços exteriores - Espaços livres, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.

17.2. Para efeitos da alínea c) do número anterior, o alvará de construção a apresentar deverá conter:

a) 1.ª Subcategoria da 2.ª Categoria, na Classe correspondente ao montante da empreitada;
b) 1.ª, 2.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª e 9.ª Subcategorias da 1.ª Categoria, 6.ª, 8.ª e 9.ª Subcategorias da 2.ª Categoria, 1.ª, 9.ª, 10.ª e 12.ª Subcategorias da 4.ª categoria e 1.ª, 2.ª e 11.ª Subcategorias da 5.ª Categoria, na Classe que cubra o montante dos respetivos trabalhos;
c) Para os alvarás indicados na alínea b) os concorrentes podem recorrer a subcontratados, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

17.3. A entidade adjudicante concederá um prazo de três dias úteis para eventual supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

17.4. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.

17.5. O incumprimento da entrega dos referidos documentos de habilitação, no prazo fixado, constitui contraordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do Código dos Contractos Públicos.

18. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO

18.1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com o artigo 89.º do CCP e mais 5% para reforço da caução, que serão retidos na altura dos pagamentos dos autos de medição, conforme artigo 353.º do Código atrás referido.

18.2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a aprestar pelo adjudicatário é de 10% (dez por cento) do preço contratual.

18.3. O adjudicatário deve, no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, prestar a caução, devendo comprovar que a prestou perante a entidade adjudicante, no dia imediatamente subsequente.

18.4. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais ou contratuais, pelo adjudicatário.

18.5. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro de caução, conforme escolha do adjudicatário, mediante a utilização de um dos modelos em anexo.

18.6. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Mafra, devendo ser especificado o fim a que se destina.

18.7. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.

18.8. Tratando-se do seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.

18.9. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

18.10. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

19. MINUTA DO CONTRATO

O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de cinco dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite.

20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

21. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO

As peças do concurso são disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – www.saphety.com/pt-PT/saphetygov e são fornecidas gratuitamente.

22. DESPESAS E ENCARGOS

22.1 Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas são da responsabilidade do concorrente;

22.2 Todas as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito, se aplicável, serão da responsabilidade do adjudicatário;

22.3 Decorrem ainda por conta do adjudicatário todas as despesas derivadas da prestação de cauções e da emissão de seguros, quando a elas houver lugar.

25/07/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa] e , se for caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [...];

b) [...].

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos

públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), *e)* e *h)* do n.º 1do artigo 55.º do referido código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.º s 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea *a)* do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - _____ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) _____ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(*a)* no procedimento de _____ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica _____ como endereço do sítio do sítio da *Internet* onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), *e)* e *h) do n.º 1* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (5)]

---

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

128

ANEXO III

Modelo de Caução

GUIA DE DEPÓSITO

Vai (a) _____, com morada/sede em_____

_____, contribuinte n.º_____

depositar na (b) _____, à ordem do Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Municipal de Mafra de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, a quantia de (c) _____ , que se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do procedimento de contratação referente a **(d)** _____ , constituindo a caução a que refere o artigo 88º e seguintes, do mesmo diploma.

Localidade, _____ de _____ de _____

(e) _____

****

a) Identificação da entidade depositante (cocontratante);
b) Designação da Instituição Bancária
c) Quantia por extenso;
d) Descrição do Procedimento
e) Carimbo e assinatura da Entidade depositante.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo IV

Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução

Em nome e a pedido de **(1)** _____, vem o/a **(2)** _____ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mafra, uma garantia bancária/seguro-caução, até ao montante de **(3)** _____ **€** (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito **(4)** _____ nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Declara o/a (instituição garante) _____ que a presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que solicitado por simples notificação escrita por parte do Município de Mafra.

Mais declara o/a (instituição garante) _____ que, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Mafra, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente de quaisquer prémios que lhe sejam devidos

A Instituição Garante

_____

****

(1) - Identificação completa do cocontratante;
(2) - Identificação completa da Instituição garante;
(3) - O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
(4) – Identificação do procedimento.

MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Designação da entidade adjudicante: Município de Mafra
NIPC: 502177080
Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento
Endereço: Praça do Município
Código postal: 2644 001
Localidade: Mafra
País: PORTUGAL
NUT III: PT170
Distrito: Lisboa
Concelho: Mafra
Freguesia: Freguesia de Mafra
Endereço da Entidade: www.cm-mafra.pt
Endereço Eletrónico: aprovisionamento@cm-mafra.pt

2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: Construção do Parque Intermodal da Ericeira
Descrição sucinta do objeto do contrato: Construção do Parque Intermodal da Ericeira
Tipo de Contrato: Empreitada de Obras Públicas
Preço base do procedimento: Sim
Valor do preço base do procedimento: 1898863.11 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)
Objeto principal
Vocabulário principal: 45213311

3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

Referência interna: CPE 2/2018
O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)? Não
Contratação por lotes: Não
O contrato é adjudicado por uma central de compras: Não
O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não
É utilizado um leilão eletrónico: Não
É adotada uma fase de negociação: Não

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não

5 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

País: PORTUGAL
NUT III: PT170
Distrito: Lisboa
Concelho: Mafra
Freguesia: Freguesia de Ericeira

6 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Prazo: Dias
300 dias
O contrato é passível de renovação? Não

7 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Habilitação para o exercício da atividade profissional

Sim

Tipo:
Alvará
Descrição:

Empreiteiro de obras públicas

7.2 - Informação sobre contratos reservados
O contrato está reservado a entidades e fornecedores cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas?

Não

8 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO, PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados: Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

Endereço desse serviço: Praça do Município

Código postal: 2644 001

Localidade: Mafra

Endereço Eletrónico: aprovisionamento@cm-mafra.pt

8.2 - Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante:

Saphety (http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement)

9 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Até às 17 : 00 do 18 ° dia a contar da data de envio do presente anúncio

10 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPETIVAS PROPOSTAS

180 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

11 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Melhor relação qualidade-preço: Sim

Critério relativo à qualidade

Nome: Qualidade técnica da proposta

Ponderação: 50 %

Critério relativo ao custo

Nome: Preço global da proposta

Ponderação: 50 %

12 - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

Sim 5 %

13 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: Câmara Municipal de Mafra

Endereço: Praça do Município

Código postal: 2644 001

Localidade: Mafra

Endereço Eletrónico: aprovisionamento@cm-mafra.pt

14 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

Preenchimento automático pela INCM aquando do pagamento.

- 130

15 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA:

Não

16 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Serão usados critérios ambientais: Não

17 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO

Nome: Hélder Sousa Silva

Cargo: Presidente da Câmara Municipal

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de	2018	
Classificação Orgânica	0301	DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS
Classificação Económica	07010499	CONSTRUÇÕES DIVERSAS Outros
Classificação Funcional	3.3.1. 02	Transportes rodoviários Parque Intermodal da Ericeira
N.º Rubrica do Plano	2018 I 40	

		Ano Corrente	2019	2020	2021	Seguintes
1	Orçamento Inicial	5,00	1.000.000,00			
2	Reforços / Anulações	60.000,00	1.040.000,00	100.000,00		
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 -3	Orçamento Corrigido	60.005,00	2.040.000,00	100.000,00		
5	Encargos Assumidos (a)					
6 = 4 - 5	Saldo Disponivel	60.005,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	50.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	10.005,00				

Data: 2018/06/29 Numero de lançamento no diário do orçamento: 7153

Proposta de Cabimento n.º 2018/2140
CONSTRUÇÃO DO PARQUE INTERMODAL DA ERICEIRA (EDOC/2018/32094).

CARLA ALEXANDRA CARDOSO MARCHANTE

Assinado de forma digital por CARLA ALEXANDRA CARDOSO MARCHANTE
DN: c=PT, o=Cartão de Cidadão, ou=Cidadão Portugal, ou=Autenticação do Cidadão, ou=CARDOSO MARCHANTE, givenName=CARLA ALEXANDRA, serialNumber=BI14814534, cn=CARLA ALEXANDRA CARDOSO MARCHANTE
Dados: 2018.06.29 10:30:40 +01'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Obras Municipais

PARECER	DESPACHO
Do Diretor de Departamento:	
X Bruno Miranda Director do Departamento de Urbanismo, O...	X Hélder António Guerra de Sousa Silva Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Do Chefe de Divisão:	
X António Sousa Fernandes Chefe da Divisão de Obras e Manutenção	

INFORMAÇÃO Interno/2018/8804

ASSUNTO: Construção do Parque Intermodal da Ericeira

Devido à necessidade de se proceder à construção de um Parque Intermodal na Ericeira, s**olicita-se autorização superior para a abertura de um procedimento concursal**, com o objetivo de executar a empreitada supramencionada, nos termos do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Propõem-se os seguintes parâmetros a considerar para o processo de empreitada:

- **Tipo de procedimento:** Concurso Público
- **Preço Base:** 1.898.863,11€ + IVA = 2.012.794,90€
- **Código CPV:** 45213311-6—Construção de central de autocarros
- **Prazo de execução:** 300 dias.
- **Caução:** 5%, conforme o artigo 89.º
- **Reforço da caução:** 5% nos autos de medição, conforme o artigo 353.º
- **Garantia:** conforme indicado na lista de preços unitários.

- **Fórmula para a Revisão de Preços, conforme DL n.º 6/2004, de 6 de janeiro:**

- F09 – Arranjos exteriores, conforme anexo do despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 23 de janeiro.

- **Alvará da atividade da construção:**

a) 1.ª Subcategoria da 2.ª Categoria, na Classe correspondente ao montante da empreitada.
b) 1.ª, 2.ª, 4.ª,5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª e9.ª Subcategorias da 1.ª Categoria, 6.ª, 8.ª e 9.ª Subcategorias da 2.ª Categoria, 1.ª, 9.ª, 10.ª e 12.ª Subcategorias da 4.ª categoria e 1.ª, 2.ª e 11.ª Subcategorias da 5.ª Categoria, na Classe que cubra o montante dos respetivos trabalhos.
c) Para os alvarás indicados na alínea b) os concorrentes podem recorrer a subcontratados, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

- **Elementos do Concurso:**
  - ❖ Projeto de Estabilidade;
  - ❖ Projeto de Arquitetura;
  - ❖ Projeto de Condicionamento Acústico;
  - ❖ Projeto de Arquitetura Paisagista;
  - ❖ Projeto das Instalações Elétricas;
  - ❖ Projeto de Segurança Contra Incêndio;
  - ❖ Projeto de Telecomunicações;
  - ❖ Projeto de AVAC;
  - ❖ Projeto de Abastecimento de água;
  - ❖ Projeto da Rede Predial de Água;
  - ❖ Projeto da Rede de Drenagem de águas pluviais;
  - ❖ Projeto da Rede de Drenagem de águas residuais;
  - ❖ Projeto de Vias e sinalização;
  - ❖ Projeto de Resíduos Sólidos Urbanos;
  - ❖ Plano de Segurança e Saúde em projeto;

- ❖ Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- ❖ Mapa de Quantidades;
- ❖ Mapa Orçamental;

- **Elementos a apresentar na proposta, conforme previsto no Art.º 57.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.**
  - Lista de Preços Unitários (Preenchendo o Ficheiro em Excel, fornecido no concurso);
  - Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada;
  - Plano de Trabalhos;
  - Plano de Pagamentos;
  - Mapa de Equipamento;
  - Mapa de Mão-de-obra;
  - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

- **Documentos de habilitação, para além de outros obrigatórios ou previstos no art.º 81.º do CCP:**
  - Cópia do Alvará;
  - Plano de Segurança e Saúde em obra.

- **Critério de adjudicação:**

1 - A adjudicação é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2 - Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

a) Preço global da proposta (50%);

b) Qualidade técnica da proposta (50%), dividida pelos seguintes subfactores:

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

b.2) Plano de Trabalhos (20%);

b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);

b.4) Plano de Equipamento (15%).

3 - Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos fatores de apreciação indicados no ponto 2, serão aplicados os seguintes métodos:

a) No que concerne ao preço global das propostas, as respetivas pontuações serão obtidas com base na equação a seguir indicada:

$$xi = \sqrt{(100-75)^2 - (100-75)^2 \times \left(\frac{vi}{vB}\right)^2} + 75$$

onde

xi - pontuação de cada concorrente;

vi - valor da proposta de cada concorrente;

vB - valor Base do concurso.

b) No que concerne à qualidade técnica da proposta, no seguimento do já atrás definido, será aplicada a seguinte fórmula:

$$QTP = 0{,}50\ MDJ + 0{,}20\ PT + 0{,}15\ MO + 0{,}15\ PE$$

No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia:

b.1) Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada e coerente, como cada concorrente se propõe executar os trabalhos, devidamente adaptados à obra, incluindo a articulação com o planeamento e as exigências da boa execução dos trabalhos, cumprindo as peças escritas e desenhadas e o Caderno de Encargos do concurso, e ainda, o cumprimento do prazo e a garantia de qualidade. Para além do atrás mencionado, a análise da memória descritiva e justificativa, deverá ponderar também a garantia de qualidade dos materiais, dos equipamentos e dos métodos construtivos definidos pelo concorrente, para a execução da obra.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Genérica, muito incompleta, não satisfazendo aspetos essenciais exigíveis de adaptação à empreitada, ou com grandes incongruências. [0-20[Pontos

- Pouco desenvolvida, simplificada, ou pouco adaptada à empreitada, sem grande desenvolvimento dos métodos construtivos, dos materiais e dos equipamentos a aplicar na empreitada e, eventualmente, com incongruências. [20-40[Pontos

- Com algum desenvolvimento, com definição de materiais, de equipamentos e de métodos construtivos, mas ainda de forma bastante incompleta. Existe articulação com os diversos documentos da empreitada, mas revela ainda algumas falhas e algumas incongruências relevantes. [40-60[Pontos

- Com um razoável desenvolvimento e uma razoável definição dos métodos construtivos, dos equipamentos e dos

materiais a utilizar, mas apresentando algumas falhas, ou algumas incoerências relevantes. Relativamente articulada com os diversos documentos da empreitada, mas revelando algumas falhas. [60-80[Pontos

- Bem desenvolvida, pormenorizada, coerente e devidamente adaptada à empreitada. Boa definição dos métodos construtivos, dos materiais, dos equipamentos a aplicar e ainda das várias exigências do concurso, oferecendo garantias de qualidade e cumprindo as regras de boa execução. Está bem articulada com os diversos documentos da empreitada e indica formas de contribuir, quer para o cumprimento do prazo, quer para a execução dos trabalhos com qualidade. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação.[80-100] Pontos.

b.2) Será fundamentalmente analisada a pormenorização, a duração e a coerência na execução das várias tarefas e o planeamento da empreitada, tendo em consideração as tarefas a executar, o controlo de qualidade e o prazo para a execução da obra.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, genérico e não traduz o desenvolvimento necessário ao longo do prazo de execução da empreitada.[0-20[Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências. [20-40[Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas não traduz o desenvolvimento de toda a empreitada e apresenta incongruências. [40-60[Pontos

- Aparentemente bem elaborado, definindo de forma exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos. Contudo, tem períodos de realização de trabalhos que não estão coerentes com os restantes documentos da empreitada, ou não são compatíveis com a garantia de qualidade, ou com as regras de boa execução, podendo, inclusivamente, também colocar em causa o cumprimento do prazo. [60-80[Pontos

- Bem elaborado, definindo de forma clara e exaustiva os períodos de realização dos diferentes tipos de trabalhos, respeitando os encadeamentos das tarefas e está devidamente adaptado à empreitada, criando, desta forma, condições para a existência de qualidade na execução dos trabalhos, bem como para o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

b.3) Será fundamentalmente analisado, ao longo do período de execução da obra, a quantidade, a qualificação e a forma como a mão de obra vai ser vai ser afeto à obra e a cada tarefa, tendo em atenção o tipo e o volume de trabalhos a executar, o prazo de execução e a sua coerência com o planeamento e com o controlo de qualidade.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação da mão de obra a utilizar no

desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de mão de obra, para diversos artigos, não é a adequada, para a realização de trabalhos. [0-20[Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento, ou a mão de obra não é a adequada para a realização de trabalhos. [20-40[Pontos.

- Não está completo e não traduz todas necessidades dos trabalhos a executar, ou apresenta incongruências em relação ao planeamento. [40-60[Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns meios humanos relevantes, ou nem sempre são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento da mão de obra nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo.

[60-80[Pontos

- Bem elaborado, com a mão de obra adequada e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a permitir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

b.4) Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, o tipo, a quantidade e o tempo, dos equipamentos a afetar à obra e a cada tipo de trabalho e a sua coerência com os trabalhos a executar, tendo em

atenção o planeamento da obra, o prazo e a garantia de qualidade da obra.

Atribuição da pontuação será de acordo com o critério a seguir indicado:

- Incompleto, ou demasiado genérico na indicação da quantidade e qualificação do equipamento a utilizar no desenvolvimento de toda a empreitada, ou o tipo de equipamento não é o adequado para a realização de diversos trabalhos. [0-20[Pontos.

- Simples, pouco desenvolvido, ou revelando grandes incongruências com os restantes documentos do planeamento. [20-40[Pontos.

- Não está completo e não traduz as necessidades de alguns trabalhos a executar, ou apresenta incongruências com o planeamento. [40-60[Pontos.

- Aparentemente bem elaborado, mas faltam alguns equipamentos relevantes, ou não são os adequados para a realização de alguns trabalhos, podendo colocar em causa a qualidade dos trabalhos. O planeamento dos equipamentos nem sempre está coerente com os restantes documentos da empreitada, podendo também colocar em causa a garantia de qualidade, ou o cumprimento do prazo. [60-80[Pontos

- Bem elaborado, com os equipamentos adequados e apresenta coerência com os restantes documentos da empreitada, de forma a garantir a execução dos trabalhos com o máximo de qualidade e não colocar em causa o cumprimento do prazo. São admissíveis pequenas falhas, desde que não sejam relevantes, as quais serão ponderadas na atribuição da pontuação. [80-100] Pontos.

Dentro de cada intervalo de pontuações atrás indicados, as pontuações intermédias deverão ponderar o mérito de cada proposta, tomando em consideração os seus aspetos positivos e negativos.

4 - Em caso de igualdade de pontuação, terá preferência a proposta de mais baixo preço.

- **Qualificação mínima para o representante do empreiteiro**
  - De acordo com o Quadro n.º 2, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Espaços exteriores - Espaços livres, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.

- **Prazo para apresentação da proposta:** 18 dias

- **Proposta de Júri:**
  - António Fernandes;
  - 1 Elemento da UCPA;
  - 1 Jurista.

  Suplentes:
  - João Tavares;
  - 1 Jurista.

- **Gestor do contrato:**
  - João Tavares

- **Artigo 46.º-A - Adjudicação por lotes**

  Não se aplica com base na a) e na 2ª parte da b) do nº 2, do referido artigo, ou seja, por imperativos técnicos ou funcionais, a separação por lotes não permitia uma correta gestão da empreitada e controlo de qualidade, nem uma adequada responsabilização dos

diversos empreiteiros, para efeitos de garantia dos trabalhos a executar.

- **Justificação para a abertura deste Concurso Público:**

  Para dar resposta ao estipulado no Art.º 36º do CCP, informa-se que a Câmara Municipal de Mafra não possui recursos humanos, nem equipamentos que permitam a execução dos trabalhos objeto deste procedimento.

  Os preços unitários considerados, estão de acordo com os valores praticados no mercado.

- **Incorporação de materiais reciclados ou de materiais que incorporem reciclados:**

  Relativamente à incorporação de materiais reciclados ou de materiais que incorporem reciclados (de acordo com os n.ºs 8 e 9 do art.7.º do DL 178/2006, na redação dada pelo DL 73/2011), informa-se que a percentagem de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra que se prevê utilizar será inferior a 5%, uma vez que se trata de uma intervenção, onde os materiais a aplicar incorporam poucos materiais reciclados.

NOTA 1: Acrescentar os seguintes novos pontos à 6.ª Cláusula, do Caderno de Encargos, com o teor abaixo indicado:

5 –Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir a circulação condigna e segura, quer de viaturas, quer dos peões, nas ruas envolventes à obra.

6 – Se durante a execução da empreitada, devido à circulação de viaturas e máquinas, ocorrerem assentamentos nos pavimentos dos arruamentos de acesso à obra, ou outros danos, o empreiteiro terá que no final da referida empreitada deixar os arruamentos em perfeito estado. Se necessário, terá de levantar e

reaplicar todos pavimentos danificados, às suas expensas, devendo o trabalho ser executado de acordo com o existente e com a aprovação da Fiscalização. Contudo, se durante a empreitada se existirem anomalias nos arruamentos de acesso à obra, ou na envolvente da obra, que coloquem em causa a segurança de pessoas ou viaturas, estas terão de ser corrigidas de imediato.

7 - As propostas dos concorrentes devem fazer referência à forma como vão dar cumprimento aos pontos 5 e 6.

8 - Caso o empreiteiro não proceda às correções referidas nos pontos 5 e 6, o Dono da Obra pode mandar executá-los a expensas do empreiteiro e, se necessário, recorrer à caução da obra, ou descontar o custo dos mesmos em algum auto ainda não pago, sendo que a receção provisória da empreitada apenas ocorrerá quando todas as correções a executar estiverem concluídas.

NOTA 2: Devido ao facto do valor base do concurso corresponde a preços unitários coerentes com o mercado, já sem grandes folgas, de forma a garantir uma perfeita execução dos trabalhos, deverá mencionar-se no concurso o valor das propostas consideram-se anormalmente baixos se forem inferiores a 80% da base. Contudo, os concorrentes podem apresentar propostas abaixo da base, de acordo com o previsto na legislação em vigor, sendo que neste caso a caução prevista no artigo 89 do Código da Contratação Pública, será de 10%.

NOTA 3: Na cláusula 13ª do Caderno de Encargos deverá acrescentar-se o ponto 11º, ter o seguinte texto:

Cláusula 13.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

.

.

.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Obras Municipais

11 –Devido ao facto do trabalhos decorrerem numa zona com um contexto histórico–arqueológico, obriga a que todos os trabalhos em envolvam escavações tenham de ter acompanhamento arqueólogo, por parte de um arqueólogo a indicar pelo Dono da Obra, pelo que todos os trabalhos de escavação devem ser planeados de forma terem acompanhamento de um arqueólogo e permitam a realização de todas as sondagens arqueológicas necessárias.

NOTA 4: Face ao tempo inerente à realização deste concurso público, para efeitos de cabimento deverá considerar-se 50 000 € para 2018 e o restante em 2019.

À Consideração Superior,

Mafra, 8 de junho de 2018

X

João Tavares
Técnico Superior

1.4.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA - 139

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo com o proposto. À consideração superior.

4/7/2018

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Concordo com a informação dos serviços.

04/07/2018

A Chefe de Divisão

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Aprovo, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa no sentido de garantir a concretização da cronologia de trabalhos da empreitada em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, **a pronúncia sobre os erros e omissões**, de acordo com análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 4 de julho de 2018, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

À reunião de Câmara para ratificação.

Paços do Município, 4/07/2018

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/10279

ASSUNTO: "Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira" - Pronúncia sobre erros e Omissões

Na sequência de Despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 22 de junho do corrente ano, que mereceu a devida ratificação por parte do Órgão Executivo, conforme Deliberação de Câmara, datada de 29 de junho do presente ano, ao abrigo do disposto do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, despoletou-se procedimento por Concurso Público, nos termos da alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada de obras públicas referente à execução da **"Ampliação e Requalificação da Escola Básica António**

Anexo V

Bento Franco – Ericeira" cuja publicitação de anúncio em sede de Diário da República Eletrónico ocorreu a 22 de junho de 2018 (Anúncio de procedimento n.º 4798/2018).

Nos termos do ponto 4 do Programa de Procedimento, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados poderiam apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identificassem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, sendo que correspondeu o final de tal prazo ao dia 28 de junho de 2018.

Nos termos do referido despacho delegaram-se, no júri do procedimento, as competências inerentes ao procedimento concursal, à exceção da pronúncia sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem como sobre a decisão de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP.

Sendo competência exclusiva do órgão competente para autorizar a despesa a resposta ou pronúncia relativamente a erros e omissões apresentados pelos interessados, submete-se a análise efetuada, pelo júri, aos erros e omissões identificados pelos interessados, no sentido de ser garantida a devida aprovação da referida pronúncia e posterior publicitação em sede de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, notificando-se para o efeito a totalidade dos interessados e retomando-se a contagem do prazo para entrega das propostas.

Junta-se em anexo a ata do júri, datada de 4 de julho de 2018.

À consideração superior,
O Dirigente da UCPA

(Vasco Mota)

ATA DE RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E LISTA DE ERROS E OMISSÕES

Concurso Público para:

"Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco - Ericeira"

Ao **4.º (quarto) dia do mês de julho do ano de dois mil e dezoito**, na Sala de Reuniões do piso 0 desta Câmara Municipal, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu o Júri, nomeado por proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarada a 22 (vinte e dois) de junho do ano de dois mil e dezoito e aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 29 (vinte e nove) de junho do ano de dois mil e dezoito, constituído pelo Presidente, António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras Municipais, pelo 1.º Vogal, Rui Constantino, Técnico Superior, a desempenhar funções na Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, e pela 2.ª Vogal, Cátia Sousa, Técnica Superior, a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos, para proceder à análise do pedido de esclarecimentos solicitados, através de notificação genérica, pela interessada **TEIXEIRA, PINTO & SOARES, S.A.,** NIPC 503 864 960, em 27 (vinte e sete) de junho de dois mil e dezoito, nos termos previstos nos pontos 3.2 e 3.3 do Programa de Procedimento e atento o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redacção actual, doravante designado abreviadamente por CCP, bem como para proceder à análise das listas de erros e omissões apresentadas pelas interessadas **NORCEP CONSTRUÇÕES, S.A.**, NIPC 502 300 264 e **VAMARO - CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A.**, NIPC 501 649 557, ambas apresentadas através de submissão na plataforma de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, em 28 (vinte e oito) de junho do ano de dois mil e dezoito, nos termos previstos no ponto 4.2 do Programa do Procedimento. ----------

1 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: ----------

Veio a interessada TEIXEIRA, PINTO & SOARES, S.A., NIPC 503 864 960, no pedido de esclarecimentos efetuado, solicitar o seguinte: *"(...) disponibilização das peças desenhadas em formato DWF ou DWG. Aproveitamos ainda para solicitar que nos esclareçam acerca das percentagens dos subfactores de avaliação da Qualidade Técnica da Proposta já que diferem entre os referidos na área de submissão das propostas na plataforma electrónica (25% MD + 10% PT + 7,5% PMO + 7,5% PEQ) e os referidos no programa de concurso (50% MD + 20% PT + 15% PMO + 15% PEQ)".*----------

Atento o pedido efetuado pela referida interessada o Júri deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, na sua redação atual,

disponibilizar as peças desenhadas da arquitetura em formato DWG, apesar destas não serem indispensáveis para a elaboração das propostas, dado terem sido fornecidas no concurso em pdf e esclarecer, quanto aos subfactores de avaliação da Qualidade Técnica da Proposta, que os que constam da plataforma eletrónica já estão afetados do coeficiente de 50%, referente à qualidade técnica da proposta.----------

2 – ERROS E OMISSÕES ----------

Analisadas as listas de erros e omissões apresentadas por cada uma das interessadas, o Júri, deliberou, por unanimidade, pronunciar-se sobre estas, elaborando o respetivo Mapa de Quantidades corrigido, conforme ficheiro, em formato *Excel*, com a designação "LPU EB 2,3 concurso corrigido", em anexo à presente ata, para todos os efeitos legais, onde se encontram identificados os termos do suprimento de cada um dos erros e omissões e submetendo-o à aprovação do órgão competente para a decisão de contratar. ----------

Mais deliberou o Júri, por unanimidade, **propor ao órgão competente para a decisão de contratar a alteração do teor e/ou das quantidades dos artigos assinalados a amarelo, no ficheiro com a designação "LPU EB 2,3 concurso corrigido", em anexo à presente ata, os quais sofreram alterações nas quantidades ou na estrutura do artigo, devendo considerar-se tais alterações.**----------

No que respeita à questão suscitada pela interessada NORCEP CONSTRUÇÕES, S.A. sobre o artigo 11.1 do referido ficheiro: "*Qual o Layout dos contentores a considerar? Quantidade de salas de aula e instalações sanitárias?***", o júri deliberou, por unanimidade, informar que o mesmo está devidamente definido nas peças do concurso, devendo os concorrentes cumprir as exigências mencionadas no próprio artigo e enquadrá-lo no planeamento das suas propostas.**----------

---

Os demais erros e omissões identificados pelas interessadas dever-se-ão considerar rejeitados, mantendo-se as quantidades iniciais.----------

3 – PROPOSTA DE DECISÃO: ----------

Face ao exposto e tendo-se verificado a existência de erros e omissões no ficheiro "Mapa Quantidades", **o Júri deliberou, por unanimidade, atento o disposto no n.º 3 e na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, na sua redação atual, propor ao órgão competente para a decisão de contratar que, após ponderação da Lista de Erros e Omissões acima indicada, proceda à aprovação do ficheiro "LPU EB 2,3 concurso corrigido", e à submissão na plataforma electrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, a peça escrita, a seguir indicada**: ----------

- Mapa de Quantidades corrigido, com a designação "LPU EB 2,3 concurso corrigido" ----------

Tendo em conta que existem quantidades a mais e a menos que se equilibram em termos de montantes, constata-se que as mesmas não consubstanciam alteração do preço base definido inicialmente nas peças do presente procedimento. ----------

4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: ----------

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Júri deu por encerrada a reunião, quando eram onze horas, tendo sido lavrada a presente ata que por todos vai ser lida e assinada.

O Presidente do Júri,

04/07/2018

X

António Sousa Fernandes
Chefe da Divisão de Obras Municipais
Assinado por: ANTÓNIO SOUSA FERNANDES

1.º Vogal

04/07/2018

X

Rui Constantino
Técnico Superior
Assinado por: RUI MIGUEL GUEDES CONSTANTINO

2.ª Vogal

04/07/2018

X

Cátia Sousa
Técnica Superior
Assinado por: CÁTIA ALEXANDRA GOMES DE SOUSA

Erros e Omissões do Procedimento CPE 3/2018/DAGF/DGFP/UCPA

Questão	28/06/2018 11:07 - NORCEP CONSTRUÇÕES, S.A.
Anexos	1509 - ERROS E OMISSÕES-signed.pdf

Ex.mos Senhores, enviamos em anexo Erros de Medição e Esclarecimentos. Atenciosamente

Resposta	04/07/2018 18:33 - Câmara Municipal de Mafra - Entidade Competente para a Decisão de Contratar
Anexos	Ata de Esclarecimentos e Erros e Omissões_CPE_3_2018.pdf LPU+EB+23+concurso+corrigido.xlsx

Na sequência do Despacho do Exmo Sr. Presidente exarado a 4 de julho, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, onde aprova a análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 4 de julho de 2018, a que corresponde a pronúncia sobre os erros e omissões nos termos da alinea b) do n.º 5 do art.º 50.º do CCP, remete-se a ata em apreço bem como Lista de Preços Unitários Corrigida que deverá ser levada em conta para apresentação das propostas .

Questão	28/06/2018 11:11 - Vamaro - Construção Civil S.A.
Anexos	CPU.042.18_Lista_de_Erros_e_Omissões_Vamaro.pdf

Exmos Senhores, Vimos por este meio, apresentar para V/ análise, lista de Erros e Omissóes detectados nesta fase do procedimento. Sem outro assunto de momento, com os melhores cumprimentos Vamaro, SA

Resposta	04/07/2018 18:33 - Câmara Municipal de Mafra - Entidade Competente para a Decisão de Contratar
Anexos	LPU+EB+23+concurso+corrigido.xlsx Ata de Esclarecimentos e Erros e Omissões_CPE_3_2018.pdf

Na sequência do Despacho do Exmo Sr. Presidente exarado a 4 de julho, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, onde aprova a análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 4 de julho de 2018, a que corresponde a pronúncia sobre os erros e omissões nos termos da alinea b) do n.º 5 do art.º 50.º do CCP, remete-se a ata em apreço bem como Lista de Preços Unitários Corrigida que deverá ser levada em conta para apresentação das propostas .

Erros e Omissões do Procedimento CPE 3/2018/DAGF/DGFP/UCPA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

143

PARECER

Concordo com o proposto. À consideração do Exmo. Sr. Presidente.

2018/07/05

O Vereador,

(Hugo Moreira Luís)

Concordo com o teor da informação. Propõe-se a adjudicação nos termos elencados pelos serviços.

5/7/2018

A Diretora de Departamento de Administração Geral e Finanças

(Ana Viana)

Concordo com a informação dos serviços. À consideração superior

04/07/2018

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património.

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

Concordo com a presente informação, passando os seus fundamentos de facto e de direito a fazer parte integrante do presente despacho. Pelo que, na sequência do proposto pelos serviços, atenta a necessidade de garantir a atempada outorga do contrato, de acordo com o prazo de vigência e produção de efeitos, exposto na cláusula 4.º do caderno de encargos, **determino**, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa, nos termos conjugados do n.º 4 do artigo 148.º do CCP com o n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a adjudicação do objeto contratual em apreço à empresa **EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A., NIPC 503 504 564**, pelo valor anual de **€ 965.968,46 (novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos)** acrescido de IVA a taxa legal em vigor a que corresponde um preço contratual de **€ 1.931.936,92 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e seis euros e noventa e dois cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Mais determino a aprovação da minuta de contrato.

Remeta-se, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, este despacho a reunião de Câmara.

05/07/2018

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/9600

ASSUNTO: "Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra"

Conforme Despacho do Exmo. Sr. Presidente, datado de 28 de maio de 2018, exarado, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa no sentido de não se ver interrompido

Anexo VI

o fornecimento de energia elétrica às instalações do Município, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, procedeu-se à abertura de procedimento por Consulta Prévia, nos termos do n.º 1 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para o **"Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra".**

Recorreu-se, para o efeito, ao Acordo quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental promovido pela Entidade de Serviços Partil hados da Administração Pública, I. P. (eSPap) – conforme espelhado no Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP): Eletricidade (2015) (AQ-ELE-2015) – ID BASE: 1494502 [Lote 8 - Agregado (BTN, BTE, MT, AT, MAT, IP)], sendo que foi endereçado convite, nos termos conjugados do mencionado art.º 2659.º do CCP com o art.º 17.º do Caderno de Encargos do AQ-ELE-2015, aos cocontratantes do lote em apreço: **Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.** (NIPC: 502 124 083); **EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.** (NIPC: 503 504 564) e **GALP Power, S.A.** (NIPC: 504 723 456).

Conduzida a devida tramitação legal que culminou na apresentação de propostas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, SaphetyGov dentro do prazo estipulado no Convite, pelas seguintes entidades: EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A. e GALP POWER, S.A.

Pelo que atenta a Informação **Interno/2018/9302**, anexa à **Distribuição EDOC/2018/17351**, exarada pela **Unidade de Parque Oficinas - Divisão de Obras Municipais - Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente,** a qual (em anexo à presente informação) expressa a análise efetuada às propostas dos referidos concorrentes, propõe-se, atento o Critério de Adjudicação; (conforme regras definidas no Caderno de Encargos do referido AQ, nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º 74.º do CCP), o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de **avaliação do preço;** a adjudicação do objeto contratual em apreço à empresa **EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A., NIPC 503 504 564**, pelo valor anual de **€ 965.968,46 (novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos)** acrescido de IVA a taxa legal em vigor a que corresponde um preço contratual de **€ 1.931.936,92 (um milhão, novecentos e trinta**

e um mil, novecentos e trinta e seis euros e noventa e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposto e de acordo com a informação/análise dos serviços.

2018/07/03

O Dirigente da UCPA,

(Vasco Mota)

CONTRATO N.º___/2018

"FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA"

--- Aos ___ dias do mês de ___ do ano dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** EDP COMERCIAL – COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A., com sede em_____ pessoa coletiva número _____, a que corresponde o número de registo na Conservatória do Registo Comercial de _____ representada no presente ato pelo _____ portador do cartão de cidadão

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

número _____ válido até _____, contribuinte número _____, qualidade e poderes que verifiquei pela _____.

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª **-** O presente contrato tem por objeto o **"FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO, BAIXA TENSÃO ESPECIAL E BAIXA TENSÃO NORMAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência da consulta prévia efetuada nos termos do n.º 1 do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

CLÁUSULA 2.ª – **a)** O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 1 (um) ano, eventualmente renovável até ao limite de 2 (dois) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato; **b)** O contrato só poderá entrar em vigor a partir do dia 3 (três) de agosto de dois mil e dezoito, e produzirá efeitos em relação a cada um do locais de consumo, individualmente considerados, na data em que estes reunirem as condições legais e regulamentares de acesso ao fornecimento de energia elétrica por comercializadores de energia elétrica, que se encontrem em regime de mercado; **c)** Compete ao cocontratante tratar de todos os procedimentos inerentes à mudança de fornecedor de energia, incluindo custos inerentes a esse procedimento.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O valor anual da prestação de serviços é de **€965.968,46** (novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), a que corresponde um preço contratual de **€1.931.936,92** (um milhão, novecentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e seis euros e noventa e dois cêntimos) valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor; **b)** O pagamento do preço contratual previsto anteriormente será efetuado de acordo com a proposta apresentada e caderno de encargos, os quais ficam a fazer parte

integrante deste contrato, a cujo exato cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** O procedimento por consulta prévia relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho do Senhor Presidente, de vinte e oito de maio de dois mil e dezoito, ratificado em reunião do Executivo Municipal, realizada em um de junho de dois mil e dezoito; **b)** A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho proferido pelo _____, sendo a minuta relativa ao mesmo aprovada nesta mesma data.

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: classificação orgânica _____; classificação económica – _____, cuja dotação global para o presente ano económico é de _____ e o saldo disponível é de _____, conforme informação de compromisso n.º _____, datada de _____.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de _____, no valor de _____, correspondente a _____ por cento do valor da prestação de serviços, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª – Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª – Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é a Eng.º. Dário Jacinto, Dirigente da Unidade de Parque e Oficinas

CLÁUSULA 9.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 10.ª - O presente contrato não carece de Visto do Tribunal de Contas nos termos da alínea c) do número um do artigo quadragésimo sétimo da Lei número noventa e oito barra noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na sua atual redação.

CLÁUSULA 11.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 12.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em _____, pelo Serviço Segurança Social Direta;

b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante a Fazenda Pública, emitida em _____, pelo Serviço de Finanças de _____;

c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em _____ e válida até _____;

d) Certificados do Registo Criminal dos membros do _____, datados de _____, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL			
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
IAO3	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€1,86 por cada página de contrato)		
420104			
	TOTAL		

INFORMAÇÃO Interno/2018/9302

ASSUNTO: Análise das Propostas – "Fornecimento de Energia Elétrica, para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública, da Câmara Municipal de Mafra"

Com base no C.C.P. foi aberto concurso por Consulta Prévia ao abrigo do art.º 259.º, para a Prestação de Serviços em epígrafe, em que se convidaram três empresas para apresentação de propostas.

Foram apresentadas propostas, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, SaphetyGov (www.saphety.com), dentro do prazo estipulado no Programa do Concurso, pelas seguintes entidades, de acordo com a ordem de submissão na plataforma eletróncia:

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A., NIPC 503 504 564.
- GALP POWER, S.A., NIPC, 504 723 456.

Dispõe a Cláusula 5.ª do Cadernos de Encargos, o seguinte:

"***Cláusula 5.ª***

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, e cumprimento de todas as obrigações do cocontratante, a entidade adjudicante obriga-se a pagar o preço relativo às parcelas constantes na sua proposta, em função do consumo efetivamente verificado nas instalações que é proprietária, relativas às Componentes de Energia Ativa Específicas do Mercado Liberalizado, de acordo com o especificado no ANEXO P;

2. Para efeitos do ponto 1, o preço base (preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução das referidas prestações) para o procedimento em apreço corresponderá ao valor anual de 445.639,00€

(quatrocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e trinta e nove euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor;

3. Pelo cumprimento de todas as obrigações do cocontratante, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao cocontratante, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas relativas às parcelas da Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso, nomeadamente

a) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Ponta;

b) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas Cheias;

c) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Vazio;

d) Componente de Rede relativa a Energia Elétrica Consumida em Horas de Super-Vazio;

e) Componente de Rede relativa a Potência Contratada;

f) Componente de Rede relativa a Potência em Horas de Ponta;

g) Energia Reativa Consumida;

h) Energia Reativa Fornecida;

4. Pelo cumprimento de todas as obrigações do cocontratante, a entidade adjudicante obriga-se a pagar ao cocontratante, o valor relativo a outras parcelas tarifadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente a contribuição audiovisual e o imposto especial de consumo de eletricidade (IEC) sempre que aplicável;

5. Os preços constantes da PROPOSTA não são revistos durante a vigência do contrato, sendo somente revistas as parcelas descritas nos números 3 e 4, de acordo com as tarifas fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) a vigorar em cada ano civil;

6 – Para efeitos do apuramento de uma estimativa do valor do contrato, são contratualizados os preços das componentes de energia ativa constantes da proposta, acrescidos das componentes definidas nos nº 3 e 4 da presente cláusula aplicados ao consumo estimado por parte da entidade adjudicante, de acordo com o ANEXO P."

Portanto, verifica-se que as parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e a Contribuição Audiovisual, que não se encontram sujeitas a concurso, ascendem a € 542.165,17 (quinhentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e cinco euros e dezassete cêntimos) anuais, e € 6.361,20 (seis mil, trezentos e sessenta e um euros e vinte cêntimos) anuais, respetivamente (conforme quadro infra), sem prejuízo da revisão das tarifas efetuada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Portanto, relativamente aos dois anos, € 1.097.052,74 (um milhão e noventa e sete mil, e cinquenta e dois euros, e setenta e quatro cêntimos) correspondem às parcelas das Componentes de Acesso às Redes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e à Contribuição Audiovisual, e que não se encontram sujeitas a concurso.

Salvaguarda-se, ainda, para todos os efeitos legais, que para efeitos do apuramento dos montantes das parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), que não se encontram sujeitas a concurso, tem necessariamente de atender-se aos valores fixados por esta entidade e que estão disponíveis, para consulta, em http://www.erse.pt/pt/electricidade/tarifaseprecos/2018/Paginas/default.aspx.

Assim, é percetível que estamos perante um manifesto lapso de escrita, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (ver, ainda, no mesmo sentido o artigo 249.º do Código Civil), ao não terem sido indicados, desde logo, os valores relativos às parcelas das Componentes de Energia Ativa, e das Componentes de Acesso às Redes fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e a considerar, nos seus precisos montantes, sem arredondamentos, por todos os concorrentes.

Deste modo, procedi à análise das propostas apresentadas, em função das parcelas das Componentes de Energia Ativa Específica do Mercado Liberalizado, conforme abaixo se discrimina:

GALP POWER S.A.

		Energia Ativa	Acesso Redes	Contribuição Audiovisual
Lote 1	-	58 592,71 €	50 358,43 €	68,40 €
Lote 2	-	229 490,26 €	304 208,72 €	1 128,60 €
Lote 3	3.1	12 743,43 €	19 789,54 €	342,00 €
	3.2	10 938,13 €	13 109,53 €	136,80 €
	3.3	6 101,25 €	7 518,65 €	102,60 €
	3.4	13 656,00 €	21 722,19 €	513,00 €
	3.5	1 681,34 €	2 615,65 €	68,40 €
	3.6	5 363,32 €	8 131,30 €	239,40 €
	3.7	2 477,07 €	3 541,48 €	102,60 €
	3.8	4 599,01 €	6 972,00 €	410,40 €
	3.9	2 364,82 €	3 457,76 €	342,00 €
	3.10	9 331,15 €	12 492,62 €	1 881,00 €
	3.11	81 284,90 €	88 247,30 €	1 026,00 €
Total Parcial:		438 623,39 €	542 165,17 €	6 361,20 €
Total Anual:		987 149,76 €		
Total 2 Anos:		1 974 299,52 €		

EDP Comercial - Comercialização de Energia S.A.

		Energia Ativa	Acesso Redes	Contribuição Audiovisual
Lote 1	-	56 114,24 €	50 358,43 €	68,40 €
Lote 2	-	223 635,13 €	304 208,72 €	1 128,60 €
Lote 3	3.1	11 794,13 €	19 789,54 €	342,00 €
	3.2	10 126,17 €	13 109,53 €	136,80 €
	3.3	5 647,63 €	7 518,65 €	102,60 €
	3.4	12 486,52 €	21 722,19 €	513,00 €
	3.5	1 537,35 €	2 615,65 €	68,40 €
	3.6	4 904,01 €	8 131,30 €	239,40 €
	3.7	2 264,94 €	3 541,48 €	102,60 €
	3.8	4 205,15 €	6 972,00 €	410,40 €
	3.9	2 162,30 €	3 457,76 €	342,00 €
	3.10	8 532,04 €	12 492,62 €	1 881,00 €
	3.11	74 032,48 €	88 247,30 €	1 026,00 €
Total Parcial:		417 442,09 €	542 165,17 €	6 361,20 €
Total Anual:		965 968,46 €		
Total 2 Anos:		1 931 936,92 €		

Assim, e em função das Componentes de Energia Ativa Específica do Mercado Liberalizado, verifiquei que a proposta que apresenta o mais baixo preço, "(...) relativo às parcelas constantes na sua proposta, em função do consumo efetivamente verificado nas instalações que é proprietária, relativas às Componentes de Energia Ativa Específicas do Mercado Liberalizado", sujeito a concurso, é a proposta da EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A., NIPC 503 504 564, pelo montante anual de € 417.442,09 (quatrocentos e dezassete mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e nove cêntimos).

Para efeitos da avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes, de acordo com o Ponto 11 do Programa de Procedimento, que de seguida se transcreve:

"11.1. Considerar como Critério de Adjudicação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de **avaliação de preço**;

Assim, analisadas as propostas apresentadas e aplicado o critério de adjudicação anteriormente referido, apresento a seguinte ordenação das propostas:

150

1.º) EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A., NIPC 503 504 564, pelo valor anual de € 965.968,46 (novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), sendo € 417.442,09 (quatrocentos e dezassete mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e nove cêntimos) referente às parcelas das Componentes de Energia Ativa (Mercado Liberalizado), e € 542.165,17 (quinhentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e cinco euros e dezassete cêntimos), referentes às parcelas relativas às Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e € 6.361,20 (seis mil, trezentos e sessenta e um euros e vinte cêntimos), referentes à Contribuição Audiovisual, perfazendo, assim, relativamente aos dois anos, o montante total de € 1.931.936,92 (um milhão, novecentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e seis euros e noventa e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

2.º) GALP POWER, S.A, NIPC 504 723 456, pelo valor anual de € 987.149,76 (novecentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e nove euros e setenta e seis cêntimos), sendo € 438.623,39 (quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e três euros e trinta e nove cêntimos) referente às parcelas das Componentes de Energia Ativa (Mercado Liberalizado), e € 542.165,17 (quinhentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e cinco euros e dezassete cêntimos), referentes às parcelas relativas às Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e € 6.361,20 (seis mil, trezentos e sessenta e um euros e vinte cêntimos), referentes à Contribuição Audiovisual, perfazendo, assim, relativamente aos dois anos, o montante total de € 1.974.299,52 (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e noventa e nove euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Face ao exposto, sugere-se a adjudicação da Prestação de Serviços em epígrafe à empresa **EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A., NIPC 503 504 564**, pelo valor anual de **€ 965.968,46 (novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos)** acrescido de IVA a taxa legal em vigor.

Mafra, 28 de Junho de 2018.

28/06/2018

X

Dário Jacinto
Dirigente da Unidade do Parque e Oficinas
Assinado por: DARIO MIGUEL PORTELA FORTUNATO JACINTO

DESPACHO

Na sequência de deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril, procedeu-se à abertura de procedimento por **Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia**, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a ***"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro"*** para o ano letivo 2018/2019 com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, cuja publicitação de anúncio em sede de Diário da República Eletrónico ocorreu a 23 de abril de 2018.

Conduzidos os devidos trâmites procedimentais, rececionadas as propostas, procedeu o júri do procedimento, designado na sequência da referida deliberação, à elaboração do Relatório Preliminar, em cumprimento do disposto no artigo 146.º do CCP, tendo, nos termos do disposto no artigo 147.º, procedido à audiência escrita dos concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem, assim o querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Terminado o período de audiência prévia, procedeu o júri do procedimento em apreço à elaboração do Relatório Final (em anexo ao presente despacho), nos termos do art.º 148.º do CCP.

Pelo que, atenta a necessidade de cumprir com os prazos subjacentes à abertura do novo ano letivo escolar e para o efeito garantir a atempada outorga do contrato e obtenção do devido visto do Tribunal de Contas, **determino**, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa, nos termos conjugados do n.º 4 do artigo 148.º do CCP com o n.º 3 do art.º 35 do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a adjudicação do supramencionado objeto contratual, conforme proposta plasmada em sede do referido Relatório Final do júri do procedimento, nos seguintes termos:

anexo VII

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

✓ Adjudicação dos **Lotes 1 e 7** ao concorrente ***SABUGOTUR – SOCIEDADE TÁXIS – TURISMO, UNIPESSOAL, LDA.***, NIPC: 505 522 136, nos seguintes termos:

Lote/ Designação	Preço Dia	Preço Ano Letivo 2018/2019	Preço Contratual
Lote 1 – Escola Básica Hélia Correia - Mafra	**€ 34,90**	**€ 5.967,90**	**€ 17.903,70**
Lote 7 – Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel da Alcainça	**€ 19,95**	**€ 3.411,45**	**€ 10.234,35**

Correspondendo a um valor total anual de **€ 9.379,35 (nove mil trezentos e setenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de **€ 28.138,05 (vinte e oito mil cento e trinta e oito euros e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

✓ Adjudicação dos **Lotes 2, 10, 18, 22, 23 e 24** ao concorrente ***BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A.***, NIPC 500 151 997, nos seguintes termos:

Lote/ Designação	Preço Dia	Preço Ano Letivo 2018/2019	Preço Contratual
Lote 2– Escola Básica Dr. Sanches Brito – Mafra - I	**€ 55,00**	**€ 9.405,00**	**€ 28.215,00**
Lote 10 – Escolas Básicas de São Silvestre do Gradil e de São Miguel da Enxara do Bispo	**€ 99,00**	**€ 16.929,00**	**€ 50.787,00**
Lote 18 – Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I	**€ 112,00**	**€ 19.152,00**	**€ 57.456,00**
Lote 22 – Escola Básica da Freguesia da Encarnação - I	**€ 88,50**	**€ 15.133,50**	**€ 45.400,50**
Lote 23 _ Escola Básica da Freguesia da Encarnação - II	**€ 89,50**	**€ 15.304,50**	**€ 45.913,50**
Lote 14 – Escola Básica da Freguesia da Encarnação - III	**€ 84,50**	**€ 14.449,50**	**€ 43.348,50**

Correspondendo a um valor total anual de **€ 90.373,50 (noventa mil, trezentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de **€ 271.120,50 (duzentos e setenta e um mil cento e vinte euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

✓ Adjudicação dos **Lotes 4, 6, 20 e 21** ao concorrente ***SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA.***, NIPC 508 025 583, nos seguintes termos:

Lote/ Designação	Preço Dia	Preço Ano Letivo 2018/2019	Preço Contratual
Lote 4 – Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra	**€ 43,24**	**€ 7.394,04**	**€ 22.182,12**
Lote 6 – Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	**€ 101,24**	**€ 17.312,04**	**€ 51.936,12**
Lote 20 – Escola Básica da Freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa	**€ 82,24**	**€ 14.063,04**	**€ 42.189,12**
Lote 21 – Escola Básica da Ericeira	**€ 59,24**	**€ 10.130,04**	**€ 30.390,12**

Correspondendo a um valor total anual de **€ 48.899,16 (quarenta e oito mil oitocentos e noventa e nove euros e dezasseis cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de **€ 146.697,48 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e noventa e sete euros e quarenta e oito cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

✓ Adjudicação dos **Lotes 9, 13, 14 e 15** ao concorrente ***ISIDORO DUARTE, S.A.***, NIPC 500 142 467, nos seguintes termos:

Lote/ Designação	Preço Dia	Preço Ano Letivo 2018/2019	Preço Contratual
Lote 9 – Escola Básica de São Miguel – Enxara do Bispo	**€ 100,00**	**€ 17.100,00**	**€ 51.300,00**
Lote 13 – Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - III	**€ 122,64**	**€ 20.971,44**	**€ 62.914,32**
Lote 14 – Jardim de Infância de São Miguel do Milharado	**€ 65,95**	**€ 11.277,45**	**€ 33.832,35**
Lote 15 – Escola Básica da Venda do Pinheiro	**€ 129,84**	**€ 22.202,64**	**€ 66.607,92**

Correspondendo a um valor total anual de **€ 71.551,53 (setenta e um mil quinhentos e cinquenta e um euros e cinquenta e três cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de **€**

214.654,59 (duzentos e catorze mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

✓ Adjudicação dos **Lotes 11 e 12** ao concorrente ***UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A.***, NIPC 504 133 799, nos seguintes termos:

Lote/ Designação	Preço Dia	Preço Ano Letivo 2018/2019	Preço Contratual
Lote 11 – Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	**€ 127,60**	**€ 21.819,60**	**€ 65.458,80**
Lote 12 – Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	**€ 123,60**	**€ 21.135,60**	**€ 63.406,80**

Correspondendo a um valor total anual de **€ 42.955,20 (quarenta e dois mil novecentos e cinquenta e cinco euros e vinte cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de **€ 128.865,60 (cento e vinte e oito mil oitocentos e sessenta e cinco euros e sessenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

✓ Adjudicação dos **Lote 16 e 17** ao concorrente ***AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA.***, NIPC 501 393 862, nos seguintes termos:

Lote/ Designação	Preço Dia	Preço Ano Letivo 2018/2019	Preço Contratual
Lote 16 – Escola Básica de Santo Estevão das Galés I	**€ 95,00**	**€ 16.245,00**	**€ 48.735,00**
Lote 17 – Escola Básica de Santo Estevão das Galés II	**€ 90,00**	**€ 15.390,00**	**€ 46.170,00**

Correspondendo a um valor total anual de **€ 31.635,00 (trinta e um mil seiscentos e trinta e cinco euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que se traduz no preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de **€ 94.905,00 (noventa e quatro mil novecentos e cinco euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Adjudicações estas que correspondem a valor total anual para o **ano letivo 2018/2019** de **€294.793,74 (duzentos e noventa e quatro mil setecentos e noventa e três euros e setenta e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e a **total de preço**

contratual, referente ao prazo máximo do contrato de **€ 884.381,22 (oitocentos e oitenta e quatro mil trezentos e oitenta e um euros e vinte e dois cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Mais determino, nos termos do art.º 98.º do CCP, a aprovação das minutas dos contratos referentes às adjudicações supra elencadas.

Determino ainda, no que aos **lotes 3, 5, 8 e 19** concerne, conforme proposto em sede de relatório final do júri do procedimento, a não adjudicação nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 79.º do CCP, na sua redação atual e a revogação da decisão de contratar, conforme estipulado no art.º 80.º do mesmo diploma legal.

Remeta-se, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, este despacho a reunião de Câmara.

Paços do Concelho, 10 / julho / 2018

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO FINAL

(*Concurso Público*) PARA:

"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro"

Ao **26.º (vigésimo sexto) dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, reuniu na Sala de Reuniões do Piso 0, do Edifício dos Paços do Município de Mafra, pelas onze horas, o Júri nomeado por deliberação da Câmara Municipal de 20 (vinte) de abril do ano de dois mil e dezoito, constituído pela Presidente, Margarida Infante, Chefe da Divisão de Educação e Juventude, pelo 1.º Vogal Efetivo, Vasco Mota, Dirigente da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, e pela 2.ª Vogal Efetiva, Cátia Sousa, Técnica Superior, a exercer funções na Divisão de Assuntos Jurídicos, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado abreviadamente por CCP, para proceder à elaboração do presente Relatório Final. ----------

I – PRONÚNCIA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA ----------

O Júri procedeu, na sequência da elaboração do Relatório Preliminar, datado de 14 (catorze) de junho do ano de dois mil e dezoito, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP, na sua redação atual, à audiência prévia escrita dos concorrentes. ----------

Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados sobre a intenção de ordenação das propostas, tendo beneficiado do prazo de cinco dias úteis para, querendo, se pronunciarem ao abrigo do direito de audiência prévia.----------

No decurso do prazo concedido para exercerem o direito de audiência prévia, foi rececionada na plataforma de contratação pública eletrónica, utilizada por esta Câmara Municipal, *Saphety-Gov*, em 21 (vinte e um) de junho de dois mil e dezoito, às 09:44, uma pronúncia apresentada pelo concorrente **SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583**.----------

II – ANÁLISE DA PRONÚNCIA:----------

O concorrente **SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583** veio requerer, na pronuncia apresentada, o seguinte: *"Meritíssimo Júri do Concurso Publico, com o procedimento nº CPBS 5/2018/DAGF/DGFP/UCPA, Prestação dos serviços no âmbito do Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e*

Venda do Pinheiro. Vem a SAFE BUS. LDA, submeter à vossa apreciação, o pedido de "abdicar" do LOTE º 17 (Escola Básica de Santo Estevão das Galés II), constatando que, depois da entrega da proposta, as expectativas de aquisição de uma viatura para executar o lote em questão, não se vieram a verificar. A SAFEBUS. LDA querendo corresponder a todas as premissas da prestação de um serviço de excelência, como é característica da câmara Municipal Mafra, vimos solicitar a vossas Excelências, que possamos abdicar do referido lote. Certos de que assim, podemos prestar um serviço competente, o qual nos caracteriza e podendo ir ao encontro das exigências da Camara Municipal de Mafra, para a prestação do serviço em questão."----------

Determina o artigo 65.º do CCP, na sua redação atual, que "*Sem prejuízo da possibilidade de fixação de um prazo superior no programa do procedimento ou no convite, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas*". --------

Desta norma resulta, desde logo, que a libertação dos concorrentes relativamente às obrigações assumidas com as respetivas propostas apenas se verifica com o decurso do prazo de validade que lhes foi fixado no programa de procedimento ou no convite ou, supletivamente, neste artigo. ----------

Segundo o entendimento perfilhado no Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 12 de fevereiro de 1999 "*A obrigação de manutenção das propostas em concurso (...) não se extingue por mero efeito do decurso do prazo estabelecido na lei para a sua manutenção. Assim, decorrido este prazo, as propostas mantêm-se, salvo se os concorrentes requererem ou manifestarem a sua desvinculação. Deste modo, se, por qualquer motivo, a adjudicação ao concorrente titular da proposta mais vantajosa, não puder concretizar-se, deverá ser chamado o concorrente cuja proposta tenha sido classificada em 2.º lugar ou, tendo este solicitado a sua desvinculação, ao que se seguir*" (sublinhado nosso). ----------

Daqui se infere que, caso se exija à concorrente **SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA.**, a manutenção da sua proposta pelo prazo de 120 dias, conforme estabelecido no ponto 10 do Programa de Procedimento, a mesma, assim que o aludido prazo decorrer, irá, igualmente, desvincular-se da proposta, restando à entidade adjudicante chamar a concorrente posicionada em 2.º lugar. ----------

Na formação e na execução dos contratos públicos devem ser respeitados os princípios gerais decorrentes da Constituição, dos Tratados da União Europeia e do Código do

Procedimento Administrativo, entre os quais se destaca o princípio da prossecução do interesse público, o princípio da boa fé e o dever de celeridade.----------

Ora, conforme consta do Relatório Preliminar elaborado em 14 (catorze) de junho do ano de dois mil e dezoito, para o referido Lote 17 foram apresentadas duas propostas e, em sede de audiência prévia, o classificado em primeiro lugar veio solicitar a desvinculação à proposta apresentada, apresentando uma fundamentação válida para o efeito, pelo que, o Júri considera que deverá adjudicar-se o referido Lote 17 à proposta ordenada em lugar subsequente, à semelhança do que sucede nas situações em que não são apresentados os documentos de habilitação (*vide* n.º 4 do artigo 86.º do CCP, na sua redação atual), sem mais formalidades, uma vez que não está em causa uma alteração à ordenação das propostas.----------

Termos em que, face ao exposto, o Júri deliberou, por unanimidade, atenta a fundamentação apresentada pela concorrente **SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583**, aceitar a sua desvinculação à proposta apresentada **relativamente ao Lote 17** e, consequentemente, propor a adjudicação do mesmo à proposta ordenada no lugar subsequente, ou seja, ao concorrente **AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC 501 393 862.**----

III – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO: ----------

Considerando o cumprimento das formalidades exigidas, o Júri deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 148.º do CCP, na sua redação atual, manter a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação, relativamente aos Lotes 1, 2, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23 e 24, constante no ponto 4 do referido Relatório Preliminar e propor a adjudicação do fornecimento de "*Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro*", nos seguintes termos: ----------

- **Adjudicação dos Lotes 1 e 7** ao concorrente **SABUGOTUR – SOCIEDADE TÁXIS – TURISMO, UNIPESSOAL, LDA.**, NIPC: 505 522 136, pelos seguintes valores:----------

Lote/ Designação	Preço Base/ Dia	Preço Base/ Ano Letivo	Preço Contratual
Lote 1 – Escola Básica Hélia Correia - Mafra	**€ 34,90**	**€ 5.967,90**	**€ 17.903,70**
Lote 7 – Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel da Alcainça	**€ 19,95**	**€ 3.411,45**	**€ 10.234,35**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- **Adjudicação dos lotes 2, 10, 18, 22, 23 e 24** ao concorrente **BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A.,** NIPC 500 151 997, pelos seguintes valores: ----------

Lote/ Designação	Preço Base/ Dia	Preço Base/ Ano Letivo	Preço Contratual
Lote 2– Escola Básica Dr. Sanches Brito – Mafra - I	€ 55,00	€ 9.405,00	€ 28.215,00
Lote 10 – Escolas Básicas de São Silvestre do Gradil e de São Miguel da Enxara do Bispo	€ 99,00	€ 16.929,00	€ 50.787,00
Lote 18 – Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa - I	€ 112,00	€ 19.152,00	€ 57.456,00
Lote 22 – Escola Básica da Freguesia da Encarnação - I	€ 88,50	€ 15.133,50	€ 45.400,50
Lote 23 _ Escola Básica da Freguesia da Encarnação - II	€ 89,50	€ 15.304,50	€ 45.913,50
Lote 14 – Escola Básica da Freguesia da Encarnação - III	€ 84,50	€ 14.449,50	€ 43.348,50

- **Adjudicação dos lotes 4, 6, 20 e 21** ao concorrente **SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA.,** NIPC 508 025 583, pelos seguintes valores: ----------

Lote/ Designação	Preço Base/ Dia	Preço Base/ Ano Letivo	Preço Contratual
Lote 4 – Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito - Mafra	€ 43,24	€ 7.394,04	€ 22.182,12
Lote 6 – Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros - II	€ 101,24	€ 17.312,04	€ 51.936,12
Lote 20 – Escola Básica da Freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa	€ 82,24	€ 14.063,04	€ 42.189,12
Lote 21 – Escola Básica da Ericeira	€ 59,24	€ 10.130,04	€ 30.390,12

- **Adjudicação dos lotes 9, 13, 14 e 15** ao concorrente **ISIDORO DUARTE, S.A.**, NIPC 500 142 467, pelos seguintes valores: ----------

Lote/ Designação	Preço Base/ Dia	Preço Base/ Ano Letivo	Preço Contratual
Lote 9 – Escola Básica de São Miguel – Enxara do Bispo	€ 100,00	€ 17.100,00	€ 51.300,00
Lote 13 – Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - III	€ 122,64	€ 20.971,44	€ 62.914,32
Lote 14 – Jardim de Infância de São Miguel do Milharado	€ 65,95	€ 11.277,45	€ 33.832,35
Lote 15 – Escola Básica da Venda do Pinheiro	€ 129,84	€ 22.202,64	€ 66.607,92

- **Adjudicação dos lotes 11 e 12** ao concorrente **UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A.**, NIPC 504 133 799, pelos seguintes valores: ----------

Lote/ Designação	Preço Base/ Dia	Preço Base/ Ano Letivo	Preço Contratual
Lote 11 – Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - I	**€ 127,60**	**€ 21.819,60**	**€ 65.458,80**
Lote 12 – Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado - II	**€ 123,60**	**€ 21.135,60**	**€ 63.406,80**

- **Adjudicação do lote 16 e 17** ao concorrente **AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA.**, NIPC 501 393 862, pelos seguintes valores:----------

Lote/ Designação	Preço Base/ Dia	Preço Base/ Ano Letivo	Preço Contratual
Lote 16 – Escola Básica de Santo Estevão das Galés I	**€ 95,00**	**€ 16.245,00**	**€ 48.735,00**
Lote 17 – Escola Básica de Santo Estevão das Galés II	**€ 90,00**	**€ 15.390,00**	**€ 46.170,00**

IV – PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR QUANTO AOS LOTES 3, 5, 8 e 19: ----------

Determina a alínea b) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP, na sua redação atual, que não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando "*Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas*". Por sua vez, o artigo 80.º do mesmo diploma legal refere que "*A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar*".----------

Assim, o júri deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 148.º do CCP, na sua redação atual, manter a proposta de exclusão da proposta apresentada pela concorrente **UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A., NIPC 504 133 799**, para o **Lote 5,** a proposta de exclusão da proposta apresentada pela concorrente **BARRAQUEIRO TRANSPORTES S.A., NIPC 500 151 997**, para o **Lote 6** e a proposta de exclusão da proposta apresentada pela concorrente **TURISPRAIA – EMPRESA DE TRANSPORTES, LDA., NIPC 500 677 751**, para os **lotes 3, 8 e 19**, pelas razões de facto e de direito que constam do ponto 2 do Relatório Preliminar datado de (14) catorze de junho do corrente ano e, relativamente aos lotes 3, 5, 8 e 19, considerando que não foram apresentadas outras propostas, propor ao órgão competente a não adjudicação nos

termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 79.º do CCP, na sua redação atual e a revogação da decisão de contratar, conforme estipulado no art.º 80.º do mesmo diploma legal.----

Presidente do Júri,

26/06/2018

X

Margarida Infante
Chefe da Divisão de Educação e Juventude
Assinado por: ANA MARGARIDA MARTINS INFANTE

O 1.º Vogal Efetivo

26/06/2018

X

Vasco Mota
Dirigente da Unidade de Contratação Públic...
Assinado por: VASCO BRUNO MOTA

A 2.ª Vogal Efetiva

26/06/2018

X

Cátia Sousa
Técnica Superior
Assinado por: CÁTIA ALEXANDRA GOMES DE SOUSA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO PRELIMINAR

***(Concurso Público)* PARA:**

"Prestação de serviços no âmbito dos Transportes Escolares dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Ericeira, Mafra, Malveira e Venda do Pinheiro"

Ao **14.º (décimo quarto) dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito**, reuniu na Sala de Reuniões do Piso 0, do Edifício dos Paços do Município de Mafra, pelas catorze horas e trinta minutos, o Júri nomeado por deliberação da Câmara Municipal de 20 (vinte) de abril do ano de dois mil e dezoito, constituído pela Presidente, Margarida Infante, Chefe da Divisão de Educação e Juventude, pelo 1.º Vogal Efetivo, Vasco Mota, Dirigente da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, e pela 2.ª Vogal Efetiva, Cátia Sousa, Técnica Superior, a exercer funções na Divisão de Assuntos Jurídicos, em cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado abreviadamente por CCP, para proceder à elaboração do presente Relatório Preliminar, na sequência da análise e avaliação das propostas apresentadas.----------

1- PROPOSTAS APRESENTADAS----------

1.1 - Foram apresentadas propostas, dentro do prazo estipulado no Programa do Concurso, na plataforma de contratação pública eletrónica, utilizada por esta Câmara Municipal, *Saphety-Gov*, pelas seguintes empresas concorrentes, de acordo com a seguinte ordem de submissão na mencionada plataforma: ----------

- SABUGOTUR – SOCIEDADE TÁXIS – TURISMO, UNIPESSOAL, LDA. NIPC: 505 522 136, apresentou uma proposta para o **Lote 1** no valor anual global de **€ 5.967,90 (cinco mil, novecentos e sessenta e sete euros e noventa cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global **de € 17.903,70 (dezassete mil, novecentos e três euros e setenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 2** no valor anual global de **€ 10.242,90 (dez mil, duzentos e quarenta e dois euros e noventa cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 30.728,70 (trinta mil, setecentos e vinte e oito euros e setenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 4** no valor anual global de **€7.677,90 (sete mil, seiscentos e setenta e sete euros e noventa cêntimos)**, acrescido de IVA

à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 23.033,70 (vinte e três mil, trinta e três euros e setenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e uma proposta para o **Lote 7** no valor anual global de **€ 3.411,45 (três mil, quatrocentos e onze euros e quarenta e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 10.234,35 (dez mil, duzentos e trinta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

- **SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA.,** NIPC 508 025 583, apresentou uma proposta para o **Lote 1** no valor anual global de **€ 6.026,04 (seis mil, vinte e seis euros e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 18.078,12 (dezoito mil, setenta e oito euros e doze cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 2** no valor anual global de **€ 11.669,04 (onze mil, seiscentos e sessenta e nove euros e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 35.007,12 (trinta e cinco mil, sete euros e doze cêntimos),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 4** no valor anual global de **€ 7.394,04 (sete mil, trezentos e noventa e quatro euros e quatro cêntimos),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 22.182,12 (vinte e dois mil, cento e oitenta e dois euros e doze cêntimos),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 6** no valor anual global de **€ 17.312,04 (dezassete mil, trezentos e doze euros e quatro cêntimos),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 51.936,12 (cinquenta e um mil, novecentos e trinta e seis euros e doze cêntimos),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 17** no valor anual global de **€ 14.918,04 (catorze mil, novecentos e dezoito euros e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 44.754,12 (quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e doze cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 20**, no valor anual global de **€ 14.063,04 (catorze mil, sessenta e três euros e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 42.189,12 (quarenta e dois mil, cento e oitenta e nove euros e doze cêntimos),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e uma proposta para o **Lote 21** no valor anual global de **€ 10.130,04 (dez mil, cento e trinta euros e quatro cêntimos),** acrescido de IVA à taxa

legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 30.390,12 (trinta mil, trezentos e noventa euros e doze cêntimos),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- **AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA.**, NIPC 501 393 862, apresentou uma proposta para o **Lote 16**, no valor anual global de **€ 16.245,00 (dezasseis mil, duzentos e quarenta e cinco euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 48.735,00 (quarenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e uma proposta para o **Lote 17** no valor anual global de **€ 15.390,00 (quinze mil, trezentos e noventa euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 46.170,00 (quarenta e seis mil, cento e setenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------
- **ISIDORO DUARTE, S.A.**, NIPC 500 142 467, apresentou uma proposta para o **Lote 9** no valor anual global de **€ 17.100,00 (dezassete mil e cem euros),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 51.300,00 (cinquenta e um mil e trezentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 13** no valor anual global de **€ 20.971,44 (vinte mil, novecentos e setenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 62.914,32 (sessenta e dois mil, novecentos e catorze euros e trinta e dois cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 14** no valor anual global de **€ 11.277,45 (onze mil, duzentos e setenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 33.832,35 (trinta e três mil, oitocentos e trinta e dois euros e trinta e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e uma proposta para o **Lote 15** no valor anual global de **€ 22.202,64 (vinte e dois mil, duzentos e dois euros e sessenta e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 66.607,92 (sessenta e seis mil, seiscentos e sete euros e noventa e dois cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------
- **UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A.**, NIPC 504 133 799, apresentou uma proposta para o **Lote 5** no valor anual global de **€ 23.427,00 (vinte e três mil, quatrocentos e vinte e sete euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 70.281,00 (setenta mil, duzentos e oitenta e um euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 11** no valor anual global

de **€ 21.819,60 (vinte e um mil, oitocentos e dezanove euros e sessenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 65.458,80 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros e oitenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e uma proposta para o **Lote 12** no valor anual global de **€ 21.135,60 (vinte e um mil, cento e trinta e cinco euros e sessenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 63.406,80 (sessenta e três mil, quatrocentos e seis euros e oitenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A.,** NIPC 500 151 997, apresentou uma proposta para o **Lote 1** no valor anual global de **€ 7.182,00 (sete mil, cento e oitenta e dois euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 21.546,00 (vinte e um mil, quinhentos e quarenta e seis euros),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 2** no valor anual global de **€ 9.405,00 (nove mil, quatrocentos e cinco euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 28.215,00 (vinte e oito mil, duzentos e quinze euros),** acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 6** no valor anual global de **€ 23.940,00 (vinte e três mil, novecentos e quarenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 71.820,00 (setenta e um mil, oitocentos e vinte euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, uma proposta para o **Lote 10** no valor anual global de **€ 16.929,00 (dezasseis mil, novecentos e vinte e nove euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 50.787,00 (cinquenta mil, setecentos e oitenta e sete euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 18** no valor anual global de **€ 19.152,00 (dezanove mil, cento e cinquenta e dois euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 57.456,00 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 20** no valor anual global de **€ 15.475,50 (quinze mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 46.426,50 (quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e seis euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 22** no valor anual global de **€ 15.133,50 (quinze mil, cento e trinta e três euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor,

traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 45.400,50 (quarenta e cinco mil, quatrocentos euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 23** no valor anual global de **€ 15.304,50 (quinze mil, trezentos e quatro euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 45.913,50 (quarenta e cinco mil, novecentos e treze euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e uma proposta para o **Lote 24** no valor anual global de **€ 14.449,50 (catorze mil, quatrocentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 43.348,50 (quarenta e três mil, trezentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.----------

1.2 Foi, ainda, apresentada uma proposta, após o termo do prazo estipulado no Programa do Concurso, na plataforma de contratação pública eletrónica, utilizada por esta Câmara Municipal, *Saphety-Gov*, pela seguinte empresa concorrente:----------

- **TURISPRAIA – EMPRESA DE TRANSPORTES, LDA.**, NIPC 500 677 751, apresentou uma proposta para o **Lote 3** no valor anual global de **€ 17.613,00 (dezassete mil, seiscentos e treze euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 52.839,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e nove euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; uma proposta para o **Lote 8** no valor anual global de **€ 14.098,95 (catorze mil, noventa e oito euros e noventa e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 42.296,85 (quarenta e dois mil, duzentos e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e uma proposta para o **Lote 19** no valor anual global de **€ 18.639,00 (dezoito mil, seiscentos e trinta e nove euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante global de **€ 55.917,00 (cinquenta e cinco mil, novecentos e dezassete euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.----------

2 – EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS ----------

Determina o n.º 1 do artigo 146.º do CCP, na sua redação atual, que: "*(...) o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.*", dispondo o n.º 2 do mesmo artigo, na alínea a) e na alínea o) que, no relatório preliminar, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas:

"Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação" e *"Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º"*.----------

Por sua vez o artigo 70.º do CCP, na sua redação atual, determina que: *"As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições"*, estando previsto, na alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo, que são excluídas as propostas cuja análise revele: *"Que o preço contratual seria superior ao preço base"*.----------

2.1 – Analisada a proposta apresentada pela concorrente **UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A.**, NIPC 504 133 799, verifica-se que a proposta apresentada para o **Lote 5** é superior ao preço base anual do mesmo, cujo montante é de € 17.544,60 (dezassete mil, quinhentos e quarenta e quatro euros e sessenta cêntimos) e, consequentemente, de valor superior ao preço contratual máximo de € 52.633,80 (cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e três euros e oitenta cêntimos) referente ao período 2018/2021, caso se concretizem as duas renovações previstas no n.º 3 do artigo 2.º do Caderno de Encargos.-

Termos em que, face à proposta apresentada, o Júri deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do CCP, na sua redação atual, propor a exclusão da proposta apresentada pela concorrente **UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A.**, NIPC 504 133 799 para o **Lote 5**.----------

2.2 – Analisada a proposta apresentada pela concorrente **BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A.,** NIPC 500 151 997, verifica-se que a proposta apresentada para o **Lote 6** é superior ao preço base anual do mesmo, cujo montante é de € 20.950,92 (vinte mil, novecentos e cinquenta euros e noventa e dois cêntimos) e, consequentemente, de valor superior ao preço contratual máximo de € 62.852,76 (sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e setenta e seis cêntimos) referente ao período 2018/2021, caso se concretizem as duas renovações previstas no n.º 3 do artigo 2.º do Caderno de Encargos.----------

Termos em que, face à proposta apresentada, o Júri deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do CCP, na sua redação atual, propor a exclusão da proposta apresentada pela concorrente **BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A.,** NIPC 500 151 997, para o **Lote 6**.----------

2.3 - Analisada a proposta apresentada pela concorrente **TURISPRAIA – EMPRESA DE**

TRANSPORTES, LDA., NIPC 500 677 751, verifica-se que a mesma foi apresentada na plataforma de contratação pública eletrónica, utilizada por esta Câmara Municipal, *Saphety-Gov*, às 17 (dezassete) horas e 55 (cinquenta e cinco) segundos do dia 24 (vinte e quatro) de maio de dois mil e dezoito, ou seja, após ter terminado o prazo fixado para apresentação de propostas, 17 (dezassete horas) desse mesmo dia.----------

Determina o n.º 2 do artigo 65.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que: *"Para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, deve ter-se em consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que as integram, nos termos do disposto no artigo 70.º"*----------

Por sua vez, determina o n.º 1 do artigo 70.º do mesmo diploma legal, que *"a proposta considera-se apresentada, para efeitos do CCP, quando o concorrente finaliza o processo de submissão."*----------

Termos em que, face ao *supra* exposto, o Júri deliberou, por unanimidade, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, na sua redação atual, propor a exclusão da proposta apresentada pela concorrente **TURISPRAIA – EMPRESA DE TRANSPORTES, LDA.**, NIPC 500 677 751 para os **Lotes 3, 8 e 19.**----------

3 – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO----------

Para efeitos de avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes, foi aplicado o critério de adjudicação constante do Ponto 11 do Programa do Procedimento, que de seguida se transcreve: *"A adjudicação é efetuada segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa** na modalidade da **"Avaliação do preço"**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP."*----------

4 – PROPOSTA DE ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:----------

Por último, o Júri, em função da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço, **deliberou, por unanimidade, propor a ordenação das propostas, para efeitos de adjudicação, de acordo com:** ----------

4.1 - LOTE 1 - Escola Básica Hélia Correia – Mafra ----------

1.º): SABUGOTUR – SOCIEDADE TÁXIS – TURISMO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC: 505 522 136, pelo valor anual global de € 5.967,90 (cinco mil, novecentos e sessenta e sete euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 17.903,70 (dezassete mil, novecentos e três euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

2.º): SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583, pelo valor anual global de € 6.026,04 (seis mil, vinte e seis euros e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 18.078,12 (dezoito mil, setenta e oito euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

3.º) BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., NIPC 500 151 997, pelo valor anual global de € 7.182,00 (sete mil, cento e oitenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 21.546,00 (vinte e um mil, quinhentos e quarenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.2 – LOTE 2 - Escola Básica Dr. Sanches de Brito – Mafra – I----------

1.º) BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., NIPC 500 151 997, pelo valor anual global de € 9.405,00 (nove mil, quatrocentos e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 28.215,00 (vinte e oito mil, duzentos e quinze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

2.º) SABUGOTUR – SOCIEDADE TÁXIS – TURISMO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC: 505 522 136, pelo valor anual global de € 10.242,90 (dez mil, duzentos e quarenta e dois euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 30.728,70 (trinta mil, setecentos e vinte e oito euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

3.º) SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583, pelo valor anual global de € 11.669,04 (onze mil, seiscentos e sessenta e nove euros e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 35.007,12 (trinta e cinco mil, sete euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.3 – LOTE 4 - Jardim de Infância Dr. Sanches de Brito – Mafra----------

1.º) SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583, pelo valor anual global de € 7.394,04 (sete mil, trezentos e noventa e quatro euros e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 22.182,12 (vinte e dois mil, cento e oitenta e dois euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

2.º) SABUGOTUR – SOCIEDADE TÁXIS – TURISMO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC: 505 522 136, pelo valor anual global de € 7.677,90 (sete mil, seiscentos e setenta e sete euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global

total de € 23.033,70 (vinte e três mil, trinta e três euros e setenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.4 – LOTE 6 – Escola Básica e Jardim de Infância das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros – II ----------

1.º) SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583, pelo valor anual global de € 17.312,04 (dezassete mil, trezentos e doze euros e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 51.936,12 (cinquenta e um mil, novecentos e trinta e seis euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.5 – LOTE 7 - Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel de Alcainça -----

1.º) SABUGOTUR – SOCIEDADE TÁXIS – TURISMO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC: 505 522 136, pelo valor anual global de € 3.411,45 (três mil, quatrocentos e onze euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 10.234,35 (dez mil, duzentos e trinta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.6 – LOTE 9 - Escola Básica de São Miguel - Enxara do Bispo ----------

1.º) ISIDORO DUARTE, S.A., NIPC 500 142 467, pelo valor anual global de € 17.100,00 (dezassete mil, e cem euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 51.300,00 (cinquenta e um mil, e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.7 – LOTE 10 - Escolas Básicas de São Silvestre do Gradil e de São Miguel da Enxara do Bispo ----------

1.º) BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., NIPC 500 151 997, pelo valor anual global de € 16.929,00 (dezasseis mil, novecentos e vinte e nove euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 50.787,00 (cinquenta mil, setecentos e oitenta e sete euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.8 – LOTE 11 - Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado – I ----------

1.º) UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A., NIPC 504 133 799, pelo valor anual global de € 21.819,60 (vinte e um mil, oitocentos e dezanove euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 65.458,80 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.9 – LOTE 12 - Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado – II ----------

1.º) UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A., NIPC 504 133 799, pelo valor anual global de € 21.135,60 (vinte e um mil, cento e trinta e cinco euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 63.406,80 (sessenta e três mil, quatrocentos e seis euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-

4.10 – LOTE 13 - Escola Básica e Jardim de Infância de São Miguel do Milharado – III ----------

1.º) ISIDORO DUARTE, S.A., NIPC 500 142 467, pelo valor anual global de € 20.971,44 (vinte mil, novecentos e setenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 62.914,32 (sessenta e dois mil, novecentos e catorze euros e trinta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.11 – LOTE 14 - Jardim de Infância de São Miguel do Milharado ----------

1.º) ISIDORO DUARTE, S.A., NIPC 500 142 467, pelo valor anual global de € 11.277,45 (onze mil, duzentos e setenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 33.832,35 (trinta e três mil, oitocentos e trinta e dois euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.12 – LOTE 15 - Escola Básica da Venda do Pinheiro ----------

1.º) ISIDORO DUARTE, S.A., NIPC 500 142 467, pelo valor anual global de € 22.202,64 (vinte e dois mil, duzentos e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 66.607,92 (sessenta e seis mil, seiscentos e sete euros e noventa e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.13 – LOTE 16 - Escola Básica de Santo Estevão das Galés I ----------

1.º) AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC 501 393 862, pelo valor anual global de € 16.245,00 (dezasseis mil, duzentos e quarenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 48.735,00 (quarenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.14 – LOTE 17 - Escola Básica de Santo Estevão das Galés II ----------

1.º) SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583, pelo valor anual global de € 14.918,04 (catorze mil, novecentos e dezoito euros e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 44.754,12 (quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

2.º) AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA., NIPC 501 393 862, pelo valor anual global de € 15.390,00 (quinze mil, trezentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 46.170,00 (quarenta e seis mil, cento e setenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

4.15 – LOTE 18 - Escola Básica da Freguesia de Santo Isidoro – Lagoa – I --------

1.º) BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., NIPC 500 151 997, pelo valor anual global de € 19.152,00 (dezanove mil, cento e cinquenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 57.456,00 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.16 – LOTE 20 - Escola Básica da Freguesia da Carvoeira – Fonte Boa da Brincosa

1.º) SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583, pelo valor anual global de € 14.063,04 (catorze mil, sessenta e três euros e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 42.189,12 (quarenta e dois mil, cento e oitenta e nove euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

2.º) BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., NIPC 500 151 997, pelo valor anual global de € 15.475,50 (quinze mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 46.426,50 (quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e seis euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.17 – LOTE 21 - Escola Básica da Ericeira ----------

1.º) SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., NIPC 508 025 583, pelo valor anual global de € 10.130,04 (dez mil, cento e trinta euros e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 30.390,12 (trinta mil, trezentos e noventa e euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-

4.18 – LOTE 22 - Escola Básica da Freguesia da Encarnação – I ----------

1.º) BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., NIPC 500 151 997, pelo valor anual global de € 15.133,50 (quinze mil, cento e trinta e três euros e cinquenta cêntimos), acrescido

de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 45.400,50 (quarenta e cinco mil, quatrocentos euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.19 – LOTE 23 - Escola Básica da Freguesia da Encarnação – II ----------

1.º) BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., NIPC 500 151 997, pelo valor anual global de € 15.304,50 (quinze mil, trezentos e quatro euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 45.913,50 (quarenta e cinco mil, novecentos e treze euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

4.20 – LOTE 24 - Escola Básica da Freguesia da Encarnação – III ----------

1.º) BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., NIPC 500 151 997, pelo valor anual global de € 14.449,50 (catorze mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de €43.348,50 (quarenta e três mil, trezentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

6 – AUDIÊNCIA PRÉVIA----------

Tendo em consideração o disposto no artigo 147.º do CCP, na sua redação atual, o Júri deliberou, por unanimidade, proceder à audiência escrita dos concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para que se pronunciem sobre o presente relatório preliminar, querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.----------

Presidente do Júri,

14/06/2018

X

Margarida Infante
Chefe da Divisão de Educação e Juventude
Assinado por: ANA MARGARIDA MARTINS INFANTE

O 1.º Vogal Efetivo

14/06/2018

X

Vasco Mota
Dirigente da Unidade de Contratação Públic...
Assinado por: VASCO BRUNO MOTA

A 2.ª Vogal Efetiva

14/06/2018

X Cátia Sousa

Cátia Sousa
Técnica Superior
Assinado por: CÁTIA ALEXANDRA GOMES DE SOUSA

CONTRATO N.º _____/2018

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 9, 13, 14 E 15

--- Aos ____ dias do mês de _____do ano dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** ISIDORO DUARTE, S.A., com sede _____, pessoa coletiva número _____, a que corresponde o número de registo na _____ , representada no presente ato pelo _____, portador do cartão de cidadão número _____, válido até _____, contribuinte número _____, qualidade e poderes que verifiquei pela _____.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

***CLÁUSULA* 1.ª** - O presente contrato tem por objeto a "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 9, 13, 14, E 15,** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

***CLÁUSULA* 2.ª – a)** A prestação de serviços objeto do presente contrato será prestada pelo adjudicatário no prazo correspondente ao ano letivo 2018/2019; **b).**A calendarização apresentada, designadamente o número de dias letivos previstos, poderá sofrer alterações decorrentes de normativas legais emanados pelo Ministério da Educação; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano letivo 2018/2019, com possibilidades de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é setenta e um mil quinhentos e cinquenta e um euros e cinquenta e três cêntimos, referente aos lotes 9, 13, 14, e 15, a que corresponde o preço contratual de duzentos e catorze mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor; **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à atualização (no inicio de cada ano letivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado); **c)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será de harmonia com a proposta apresentada e caderno de encargos, os quais

ficam a fazer parte integrante deste contrato a cujo exato cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em vinte de abril de dois mil e dezoito; **b)** A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho _____sendo a minuta relativa ao mesmo foi aprovada nesta mesma data.

CLÁUSULA 5.ª - O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – _____; classificação económica – _____, cuja dotação global para o presente ano económico é de _____ e o saldo disponível é de _____, conforme informação de compromisso n.º_____ datada de ___/__/__.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente efetuou uma caução, _____, emitida em _____, pelo _____, no valor de _____, correspondente a _____ do valor da adjudicação com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª – Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é a Dra. Margarida Infante, Chefe da Divisão da Educação e Juventude.

CLÁUSULA 9.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 10.ª - O presente contrato carece de visto do Visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo quadragésimo sexto da Lei número noventa e oito

barra noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na sua redação atual, conjugado com o artigo cento e sessenta e quatro da Lei número cento e catorze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro.

CLÁUSULA 11.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 12.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração, comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, _____ pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, _____, pelo Serviço de Finanças de _____;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em _____ e válida até _____;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa, datado de _____ e do titular dos órgãos sociais _____, _____ datado em _____ _____, datado de _____ emitido pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL			
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€ 1,86 por cada página de contrato)		
	TOTAL		

CONTRATO N.º _____/2018

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 11 E 12

--- Aos ____ dias do mês de _____do ano dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** UTS – VIAGENS E SERVIÇOS, S.A., com sede _____, pessoa coletiva número _____, a que corresponde o número de registo na _____ , representada no presente ato pelo _____, portador do cartão de cidadão número _____, válido até _____, contribuinte número _____, qualidade e poderes que verifiquei pela _____.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

***CLÁUSULA* 1.ª -** O presente contrato tem por objeto a "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 11 E 12,** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

***CLÁUSULA* 2.ª – a)** A prestação de serviços objeto do presente contrato será prestada pelo adjudicatário no prazo correspondente ao ano letivo 2018/2019; **b).**A calendarização apresentada, designadamente o número de dias letivos previstos, poderá sofrer alterações decorrentes de normativas legais emanados pelo Ministério da Educação; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano letivo 2018/2019, com possibilidades de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

***CLÁUSULA 3.ª* - a)** O encargo anual do presente contrato é quarenta e dois mil novecentos e cinquenta e cinco euros e vinte cêntimos, referente aos lotes 11 e 12, a que corresponde o preço contratual de cento e vinte e oito mil oitocentos e sessenta e cinco euros e sessenta cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor; **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à atualização (no inicio de cada ano letivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado); **c)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será de harmonia com a proposta apresentada

e caderno de encargos, os quais ficam a fazer parte integrante deste contrato a cujo exato cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em vinte de abril de dois mil e dezoito; **b)** A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho _____sendo a minuta relativa ao mesmo foi aprovada nesta mesma data.

CLÁUSULA 5.ª - O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – _____; classificação económica – _____, cuja dotação global para o presente ano económico é de _____ e o saldo disponível é de _____, conforme informação de compromisso n.º_____ datada de ___/__/__.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente efetuou uma caução, _____, emitida em _____, pelo _____, no valor de _____, correspondente a _____ do valor da adjudicação com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª – Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é a Dra. Margarida Infante, Chefe da Divisão da Educação e Juventude.

CLÁUSULA 9.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 10.ª - O presente contrato carece de visto do Visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo quadragésimo sexto da Lei número noventa e oito

barra noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na sua redação atual, conjugado com o artigo cento e sessenta e quatro da Lei número cento e catorze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro.

CLÁUSULA 11.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 12.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração, comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, _____ pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, _____, pelo Serviço de Finanças de _____;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em _____ e válida até _____;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa, datado de _____ e do titular dos órgãos sociais _____, _____ datado em _____ _____, datado de _____ emitido pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL			
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€ 1,86 por cada página de contrato)		
	TOTAL		

CONTRATO N.º _____/2018

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 2, 10, 18, 22, 23 E 24

--- Aos ____ dias do mês de _____do ano dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** BARRAQUEIRO TRANSPORTES, S.A., com sede _____, pessoa coletiva número _____, a que corresponde o número de registo na _____ , representada no presente ato pelo _____, portador do cartão de cidadão número _____, válido até _____, contribuinte número _____, qualidade e poderes que verifiquei pela _____.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

***CLÁUSULA* 1.ª** - O presente contrato tem por objeto a "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 2, 10, 18, 22, 23 E 24,** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

***CLÁUSULA* 2.ª – a)** A prestação de serviços objeto do presente contrato será prestada pelo adjudicatário no prazo correspondente ao ano letivo 2018/2019; **b).**A calendarização apresentada, designadamente o número de dias letivos previstos, poderá sofrer alterações decorrentes de normativas legais emanados pelo Ministério da Educação; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano letivo 2018/2019, com possibilidades de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é noventa mil trezentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos referente aos lotes 2, 10, 18, 22, 23 e 24, a que corresponde o preço contratual de duzentos e setenta e um mil cento e vinte euros e cinquenta cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor; **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à atualização (no inicio de cada ano letivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado); **c)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será de harmonia com a proposta apresentada

e caderno de encargos, os quais ficam a fazer parte integrante deste contrato a cujo exato cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em vinte de abril de dois mil e dezoito; **b)** A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho _____sendo a minuta relativa ao mesmo foi aprovada nesta mesma data.

CLÁUSULA 5.ª - O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – _____; classificação económica – _____, cuja dotação global para o presente ano económico é de _____ e o saldo disponível é de _____, conforme informação de compromisso n.º_____ datada de ___/__/__.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente efetuou uma caução, _____, emitida em _____, pelo _____, no valor de _____, correspondente a _____ do valor da adjudicação com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª – Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é a Dra. Margarida Infante, Chefe da Divisão da Educação e Juventude.

CLÁUSULA 9.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 10.ª - O presente contrato carece de visto do Visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo quadragésimo sexto da Lei número noventa e oito

barra noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na sua redação atual, conjugado com o artigo cento e sessenta e quatro da Lei número cento e catorze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro.

CLÁUSULA 11.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 12.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração, comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, _____ pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, _____, pelo Serviço de Finanças de _____;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em _____ e válida até _____;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa, datado de _____ e do titular dos órgãos sociais _____, _____ datado em _____ _____, datado de _____ emitido pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL			
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€ 1,86 por cada página de contrato)		
	TOTAL		

CONTRATO N.º ____/2018
"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 1 E 7

--- Aos ___ dias do mês de ____do ano dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** SABUGOTUR – SOCIEDADE TAXIS, TURISMO, UNIPESSOAL, LDA., com sede _____, pessoa coletiva número _____, a que corresponde o número de registo na _____ , representada no presente ato pelo _____, portador do cartão de cidadão número _____, válido até _____, contribuinte número _____, qualidade e poderes que verifiquei pela _____.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

***CLÁUSULA* 1.ª -** O presente contrato tem por objeto a "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 1 E 7,** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

***CLÁUSULA* 2.ª – a)** A prestação de serviços objeto do presente contrato será prestada pelo adjudicatário no prazo correspondente ao ano letivo 2018/2019; **b).**A calendarização apresentada, designadamente o número de dias letivos previstos, poderá sofrer alterações decorrentes de normativas legais emanados pelo Ministério da Educação; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano letivo 2018/2019, com possibilidades de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

***CLÁUSULA 3.ª* - a)** O encargo anual do presente contrato é nove mil trezentos e setenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos, referente aos lotes 1 e 7 a que corresponde o preço contratual de vinte e oito mil cento e trinta e oito euros e cinco cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor; **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à atualização (no inicio de cada ano letivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado); **c)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será de harmonia com a proposta apresentada e caderno de

encargos, os quais ficam a fazer parte integrante deste contrato a cujo exato cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em vinte de abril de dois mil e dezoito; **b)** A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho _____sendo a minuta relativa ao mesmo foi aprovada nesta mesma data.

CLÁUSULA 5.ª - O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – _____; classificação económica – _____, cuja dotação global para o presente ano económico é de _____ e o saldo disponível é de _____, conforme informação de compromisso n.º_____ datada de ___/__/__.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente efetuou uma caução, _____, emitida em _____, pelo _____, no valor de _____, correspondente a _____ do valor da adjudicação com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª – Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é a Dra. Margarida Infante, Chefe da Divisão da Educação e Juventude.

CLÁUSULA 9.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 10.ª - O presente contrato carece de visto do Visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo quadragésimo sexto da Lei número noventa e oito

barra noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na sua redação atual, conjugado com o artigo cento e sessenta e quatro da Lei número cento e catorze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro.

CLÁUSULA 11.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 12.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração, comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, _____ pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, _____, pelo Serviço de Finanças de _____;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em _____ e válida até _____;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa, datado de _____ e do titular dos órgãos sociais _____, _____ datado em _____ _____, datado de _____ emitido pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL			
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€ 1,86 por cada página de contrato)		
	TOTAL		

CONTRATO N.º ____/2018

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 4, 6, 20 E 21

--- Aos ___ dias do mês de ____do ano dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** SAFEBUS – TRANSPORTES PERSONALIZADOS, LDA., com sede _____, pessoa coletiva número _____, a que corresponde o número de registo na _____ , representada no presente ato pelo _____, portador do cartão de cidadão número _____, válido até _____, contribuinte número _____, qualidade e poderes que verifiquei pela _____.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

***CLÁUSULA* 1.ª -** O presente contrato tem por objeto a "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 4, 6, 20 E 21,** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

***CLÁUSULA* 2.ª – a)** A prestação de serviços objeto do presente contrato será prestada pelo adjudicatário no prazo correspondente ao ano letivo 2018/2019; **b).**A calendarização apresentada, designadamente o número de dias letivos previstos, poderá sofrer alterações decorrentes de normativas legais emanados pelo Ministério da Educação; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano letivo 2018/2019, com possibilidades de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 3.ª - **a)** O encargo anual do presente contrato é quarenta e oito mil oitocentos e noventa e nove euros e dezasseis cêntimos, referente aos lotes 4, 6, 20 e 21, a que corresponde o preço contratual de cento e quarenta e seis mil seiscentos e noventa e sete euros e quarenta e oito cêntimos, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor; **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à atualização (no inicio de cada ano letivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado); **c)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será de harmonia com a proposta apresentada e caderno de encargos, os quais ficam

a fazer parte integrante deste contrato a cujo exato cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em vinte de abril de dois mil e dezoito; **b)** A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho _____sendo a minuta relativa ao mesmo foi aprovada nesta mesma data.

CLÁUSULA 5.ª **-** O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – _____; classificação económica – _____, cuja dotação global para o presente ano económico é de _____ e o saldo disponível é de _____, conforme informação de compromisso n.º_____ datada de ___/__/__.

CLÁUSULA **6.ª** **–** Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente efetuou uma caução, _____, emitida em _____, pelo _____, no valor de _____, correspondente a _____ do valor da adjudicação com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª – Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é a Dra. Margarida Infante, Chefe da Divisão da Educação e Juventude.

CLÁUSULA 9.ª **-** Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 10.ª **-** O presente contrato carece de visto do Visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo quadragésimo sexto da Lei número noventa e oito

barra noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na sua redação atual, conjugado com o artigo cento e sessenta e quatro da Lei número cento e catorze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro.

CLÁUSULA 11.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 12.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração, comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, _____ pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, _____, pelo Serviço de Finanças de _____;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em _____ e válida até _____;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa, datado de _____ e do titular dos órgãos sociais _____, _____ datado em _____ _____, datado de _____ emitido pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL			
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€ 1,86 por cada página de contrato)		
	TOTAL		

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º ____/2018

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 16 E 17

--- Aos ___ dias do mês de ____do ano dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE:** AUTO TRANSPORTES DE SANTO ESTEVÃO, UNIPESSOAL, LDA., com sede _____, pessoa coletiva número _____, a que corresponde o número de registo na _____ , representada no presente ato pelo _____, portador do cartão de cidadão número _____, válido até _____, contribuinte número _____, qualidade e poderes que verifiquei pela _____.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:

***CLÁUSULA* 1.ª -** O presente contrato tem por objeto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ERICEIRA, MAFRA, MALVEIRA E VENDA DO PENHEIRO" - LOTES 16 E 17,** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

***CLÁUSULA* 2.ª – a)** A prestação de serviços objeto do presente contrato será prestada pelo adjudicatário no prazo correspondente ao ano letivo 2018/2019; **b)** A calendarização apresentada, designadamente o número de dias letivos previstos, poderá sofrer alterações decorrentes de normativas legais emanados pelo Ministério da Educação; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano letivo 2018/2019, com possibilidades de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

***CLÁUSULA 3.ª* - a)** O encargo anual do presente contrato é trinta e um mil seiscentos e trinta e cinco euros, referente aos lotes 16 e 17, a que corresponde o preço contratual de noventa e quatro mil novecentos e cinco euros, valores aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor; **b)** Em caso de renovação, proceder-se-á à atualização (no inicio de cada ano letivo) dos preços unitários, correspondentes à proposta adjudicada, tendo como base os aumentos e/ou diminuições verificados, de acordo com a última taxa anual de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que imponha redução remuneratória da prestação de serviços (designadamente, decorrente da Lei de Orçamento de Estado); **c)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será de harmonia com a proposta apresentada e caderno de encargos, os quais ficam

a fazer parte integrante deste contrato a cujo exato cumprimento o segundo contraente se obriga.

CLÁUSULA 4.ª - **a)** O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal em reunião realizada em vinte de abril de dois mil e dezoito; **b)** A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho _____sendo a minuta relativa ao mesmo foi aprovada nesta mesma data.

CLÁUSULA 5.ª - O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – _____; classificação económica – _____, cuja dotação global para o presente ano económico é de _____ e o saldo disponível é de _____, conforme informação de compromisso n.º_____ datada de ___/__/__.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente efetuou uma caução, _____, emitida em _____, pelo _____, no valor de _____, correspondente a _____ do valor da adjudicação com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª – Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é a Dra. Margarida Infante, Chefe da Divisão da Educação e Juventude.

CLÁUSULA 9.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 10.ª - O presente contrato carece de visto do Visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo quadragésimo sexto da Lei número noventa e oito

barra noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na sua redação atual, conjugado com o artigo cento e sessenta e quatro da Lei número cento e catorze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro.

CLÁUSULA 11.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 12.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração, comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, _____ pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, _____, pelo Serviço de Finanças de _____;
c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em _____ e válida até _____;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa, datado de _____ e do titular dos órgãos sociais _____, _____ datado em _____ _____, datado de _____ emitido pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

Pelo Primeiro Contraente, _____

Pelo Segundo Contraente, _____

O Oficial Público, _____

CONTA:

Foi paga a guia n.º _____ de _____

CONTRIBUINTE FISCAL			
CLASSIFICAÇÃO RECEITA			
	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€ 1,86 por cada página de contrato)		
	TOTAL		

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DESPACHO 181

Considerando que:

1. Nos termos do artigo 3.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, aos estabelecimentos situados em edifícios habitacionais ou a menos de 50 metros de edifícios de uso habitacional é aplicável, em todas as épocas do ano, o horário de funcionamento compreendido entre as 6 horas e a 1 hora do dia seguinte de domingo a quinta-feira, e entre as 6 horas e as 2 horas do dia seguinte à sexta-feira, sábado e véspera de feriado;
2. As esplanadas associadas aos estabelecimentos devem ser obrigatoriamente desativadas 1 (uma) hora antes do limite do horário de funcionamento aplicável, atento o n.º 3 do artigo 7.º do referido Regulamento;
3. Por outro lado, cabe ao Município dinamizar, no âmbito das suas atribuições e competências próprias, o desenvolvimento turístico e económico do Município, nos termos do artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea m), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, impulsionando as atividades de lazer que lhe estão associadas, como forma de potenciar a valorização dos recursos locais, em particular os produtos regionais, bem como contribuindo para o crescimento económico e para a criação de emprego, através do apoio às atividades económicas desenvolvidas pelos particulares/ munícipes, que atuem em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável;
4. A promoção do desenvolvimento turístico e económico, nomeadamente o reforço da oferta associada às zonas balneares, deve ser também uma prioridade do Município, à luz das mesmas disposições legais;
5. O Concelho de Mafra soma 11 quilómetros de costa e 13 praias, incluindo a Reserva Mundial de Surf da Ericeira, o que contribui para a atração de turistas e visitantes, especialmente na época balnear, que com a sua estadia estimulam a economia local, particularmente os estabelecimentos situados junto às praias e às localidades onde elas se inserem;

anexo VIII

6. Sem prejuízo do referido *supra*, as atividades comerciais e económicas, promovidas pelos exploradores dos estabelecimentos, devem ser exercidas com responsabilidade, comprometimento, equilíbrio, moderação e em cumprimento do ordenamento jurídico vigente, mormente o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra e o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação;
7. Há que acautelar, assim, aos moradores, o direito à sua segurança e à proteção da sua qualidade de vida, designadamente à tranquilidade e repouso, harmonizando os seus interesses com os das entidades exploradoras dos estabelecimentos e com os dos seus consumidores;
8. Podem ser praticados quaisquer atos da competência da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL, sem prejuízo de os mesmos ficarem sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática,

DETERMINO, no uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, **que os estabelecimentos de restauração e bebidas na Ericeira, Foz do Lizandro, Ribeira D'Ilhas e S. Lourenço possam funcionar, a partir do próximo dia 6 de julho e até ao dia 16 de setembro do corrente ano, todos os dias, até às 02:00 horas, podendo, ainda, as esplanadas associadas aos estabelecimentos permanecer abertas até ao fecho dos mesmos.**

MAIS DETERMINO que os exploradores dos estabelecimentos cumpram as seguintes medidas:

a) Que o som oriundo dos aparelhos emissores ou amplificadores, por onde é propagada a música, seja obrigatoriamente reduzido à 01:00 hora, podendo apenas ser audível como som ambiente;
b) Que sejam adotadas diligências no sentido de impedir a utilização das esplanadas, obrigatoriamente desativadas a partir das 02:00 horas, a partir

desta hora, como medida de mitigação, com o objetivo de potenciar uma convivência pacífica entre os exploradores dos estabelecimentos, os utentes e os habitantes;

c) Que sejam adotadas diligências no sentido de impedir que os clientes produzam ruído incomodativo, tanto dentro como fora dos estabelecimentos, suscetível de perturbar o sossego e o descanso dos habitantes; e

d) Que caso as medidas e recomendações adotadas pelos exploradores não se revelem suficientes, designadamente para fazer cessar o ruído incomodativo, os exploradores solicitem a presença das forças policiais, para que os transtornos causados na tranquilidade pública sejam neutralizados.

DETERMINO, ainda, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do RJAL, que o presente Despacho seja presente em reunião de Câmara, para efeitos de ratificação.

Paços do Município, em 5 de julho de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

183

DESPACHO

Considerando que:

1. Nos termos do Art.º 1.º, n.º 2, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra, é considerado espaço público, a área de acesso livre e de uso coletivo afeta ao domínio público das autarquias locais;
2. Em respeito ao Art.º 2.º do Regulamento mencionado, os critérios a que a ocupação do espaço público está sujeita, prosseguem determinados objetivos, onde se inclui a salvaguarda da circulação dos peões, nos termos do Art.º 2.º, al. f), do mesmo Regulamento, sendo que, nos termos do Art.º 3.º, al. c), deste Regulamento, se prevê que a ocupação do espaço público, não pode prejudicar (entre outros critérios), a circulação rodoviária e pedonal, designadamente de pessoas com mobilidade reduzida;
3. A utilização do espaço público pelos exploradores dos estabelecimentos de restauração ou bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem, nomeadamente com a instalação de mobiliário urbano, toldos e respetivas sanefas, esplanadas, estrados, guarda-ventos, vitrinas, expositores, arcas ou máquinas de gelados, brinquedos mecânicos e equipamentos similares, floreiras e contentores para resíduos, deverá respeitar escrupulosamente as condições e os critérios gerais de ocupação do espaço público, bem como as restrições, previstos no Art.º 8.º e seguintes do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra, acautelando a normal circulação pedonal e rodoviária, nesta se incluindo, nomeadamente, a circulação de veículos de emergência;
4. A ocupação do espaço público para a prestação de serviços com caráter não sedentário também obriga ao cumprimento das condições previstas no mesmo Regulamento, nomeadamente no seu Art.º 31.º e seguintes, salvaguardando a normal circulação pedonal e de veículos automóveis;
5. Por outro lado, nos termos do Art.º 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea m), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe ao Município,

Anexo IX

dinamizar no âmbito das suas atribuições e competências próprias, o desenvolvimento turístico e económico do Concelho, impulsionando as atividades de lazer que lhe estão associadas, como forma de valorização dos recursos locais, contribuindo para o crescimento económico e para a criação de emprego no Concelho;

6. Nestes termos, o Município apoia as atividades desenvolvidas pelos particulares, com respeito pelas normas aplicáveis ao exercício destas atividades económicas, sendo a promoção, desenvolvimento turístico e económico do Município, uma prioridade;

7. O Concelho de Mafra soma 11 quilómetros de costa e 13 praias, incluindo a Reserva Mundial de Surf da Ericeira, o que contribui para a atração de turistas e visitantes na época balnear, que com a sua estadia estimulam a economia local, particularmente os estabelecimentos localizados junto às praias e às localidades onde elas se localizam;

8. Sem prejuízo do referido *supra*, as atividades comerciais e económicas, promovidas pelos exploradores dos estabelecimentos, devem ser exercidas com responsabilidade, comprometimento e em cumprimento das normas jurídicas vigentes, nomeadamente as contempladas no Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra;

9. Há que acautelar, assim, tanto aos moradores, como aos turistas, a salvaguarda da circulação pedonal, em zonas onde o comércio hoteleiro por via de estabelecimentos comerciais, está presente e onde existem esplanadas e/ ou outros espaços disponibilizados pelos estabelecimentos comerciais, para acolher os seus clientes;

10. Desta forma, é necessário harmonizar os interesses das entidades exploradoras dos estabelecimentos com o direito à livre circulação pedonal e rodoviária dos moradores e turistas, designadamente de pessoas com mobilidade reduzida e a circulação de veículos de emergência;

11. A Câmara Municipal pode proceder à imediata remoção do mobiliário urbano ou equipamento que ocupe ilicitamente o espaço público ou que se encontre em desrespeito com as condições, critérios e restrições previstas para a ocupação, nos termos Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra, designadamente quando esteja em

causa a segurança de pessoas e bens e a normal circulação de veículos e pessoas, nos termos do n.º 5 do artigo 88.º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra;

12. Se consideram perdidos a favor do Município os objetos provenientes de remoção coerciva se não forem reclamados pelos seus proprietários, no prazo de 10 dias, após a sua notificação, de acordo com o n.º 6 do artigo 88.º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra;

13. Os encargos com a remoção de elementos que ocupem o espaço público são suportados pela entidade responsável pela ocupação ilícita, á luz do Art.º 87.º, n.º 3, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra, procedendo-se nos termos dos números seguintes caso as quantias devidas não sejam pagas voluntariamente;

14. Podem ser praticados quaisquer atos da competência da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL, sem prejuízo de os mesmos ficarem sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática,

DETERMINO, no uso da competência prevista no n.º 5 do artigo 88.º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º do RJAL que, **verificando-se a ocupação ilícita do espaço público ou em desrespeito com as condições, critérios e restrições previstas para a ocupação, nos termos Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra, designadamente quando esteja em causa a segurança de pessoas e bens e ou a normal circulação de veículos e pessoas, incluindo a circulação de veículos de emergência e ou a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, os serviços competentes procedam à remoção imediata dos respetivos bens, nomeadamente do mobiliário urbano ou equipamento que exceda os limites permitidos para a ocupação do espaço público, ficando os encargos com a remoção a cargo da entidade responsável pela ocupação ilícita, à luz do Art.º 87.º, n.º 3 do mesmo Regulamento, e**

procedendo-se nos termos dos números seguintes caso as quantias devidas não sejam pagas voluntariamente.

MAIS DETERMINO, ao abrigo do Art.º 88.º, n.º 6, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Mafra, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º do RJAL, **que os proprietários dos bens removidos, querendo, procedam à reclamação e ao levantamento dos referidos bens, no prazo de 10 dias, sob pena de os mesmos se considerarem perdidos a favor do Município.**

DETERMINO, ainda, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do RJAL, **que o presente Despacho seja presente em reunião de Câmara, para efeitos de ratificação**.

Paços do Município, em 6 de julho de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

21

185

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

PARECER

Concordo com o proposto. Submeta-se à consideração do Sr. Presidente

09/07/2018

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

09/07/2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com o teor da Informação.

09/07/2018

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

Aprovado.

10/07/2018

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/10391

ASSUNTO: Comparticipações Familiares da Componente de Apoio à Família - definição dos valores para o ano letivo de 2018/2019

Sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal deliberou, na sessão ordinária de 28 de junho de 2018, e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o *Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra*.

O referido *Regulamento* determina que o valor da comparticipação familiar dos serviços de Prolongamento de Horário, bem como das Atividades nas Interrupções Letivas, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, e ainda, do atraso na recolha da criança por cada 15 minutos decorridos para além do limite do horário definido na Componente de Apoio à Família, sejam aprovados anualmente pela Câmara Municipal. Para o efeito, importa fixar o valor para os referidos serviços

Anexo I

para o ano letivo de 2018/2019, nos termos dos números 1 e 8 do artigo 11.º e número 1 do artigo 12.º do *Regulamento*.

Assim, tendo por base os valores das comparticipações familiares definidas para o ano letivo de 2017/2018, e considerando a atualização com base no Índice de Preços ao Consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística em 11 de janeiro de 2018, verificado em dezembro de 2017 (taxa de variação média dos últimos doze meses), que se situa em 1,6%, nos termos do número 1 do artigo 13.º do *Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra,* e da alínea e) do número 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, propõem-se as comparticipações familiares constantes no quadro em anexo.

Mafra, 06 de julho de 2018

A Técnica Superior

Filipa Simões

(Filipa Simões)

ANEXO:

Serviços da Componente de Apoio à Família	**Valências**	**Escalões de Abono de Família** *(n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento*)*	**Valor Fixo Diário** *(n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento*)*
Prolongamento de Horário do período da manhã	Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico	---	0,61 €
Prolongamento de Horário do período da tarde	Educação Pré-Escolar: das 15h30 às 17h30 *(n.º 6 do artigo 11.º e n.º 2.1 do artigo 9.º do Regulamento*)*	1.º escalão de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 25%)	0,64 €
		2.º escalão de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 50%)	1,29 €
		3.º escalão de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 75%)	1,93 €
		> 3.º escalão, ou sem escalão, de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 100%)	2,58 €
Prolongamento de Horário do período da tarde	Educação Pré-Escolar: das 15h30 às 19h00 *(n.º 6 do artigo 11.º e n.º 2.1 do artigo 9.º do Regulamento*)*	1.º escalão de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 25%)	1,43 €
		2.º escalão de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 50%)	2,86 €
		3.º escalão de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 75%)	4,30 €
		> 3.º escalão, ou sem escalão, de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 100%)	5,73 €
Prolongamento de Horário do período da tarde	1.º Ciclo do Ensino Básico	1.º escalão de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 25%)	0,60 €
		2.º escalão de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 50%)	1,20 €
		3.º escalão de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 75%)	1,79 €
		> 3.º escalão, ou sem escalão, de Abono de Família (comparticipação familiar diária: 100%)	2,39 €

Serviços da Componente de Apoio à Família	**Valências**	**Valor Fixo Semanal** *(n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento*)*
Atividades nas Interrupções Letivas: Natal, Carnaval, Páscoa e verão	Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico: semana de 2 dias úteis de atividades	18,74 €
	Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico: semana de 3 dias úteis de atividades	28,11 €
	Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico: semana de 4 dias úteis de atividades	37,49 €
	Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico: semana de 5 dias úteis de atividades	46,86 €
Serviços da Componente de Apoio à Família	**Valências**	**Valor Fixo Diário**
Atraso na recolha da criança na Componente de Apoio à Família - agravamento por cada 15 minutos decorridos para além do limite do horário definido *(n.º 8 do artigo 11.º do Regulamento*)*	Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico	2,50 €

* *Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mafra.*

11 de janeiro de 2018

Índice de Preços no Consumidor

Dezembro de 2017

A taxa de variação média do IPC foi 1,4% em 2017 e a taxa de variação homóloga situou-se em 1,5% em dezembro

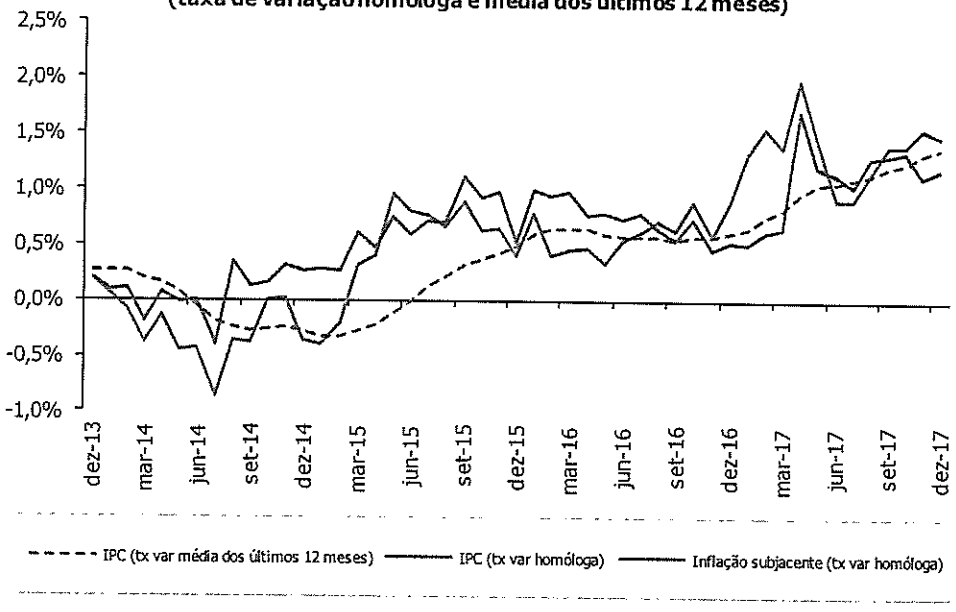
Em 2017, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 1,4% (0,6% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média situou-se em 1,1% em 2017 (0,7% no ano anterior).

Em dezembro de 2017, o IPC registou uma variação homóloga de 1,5%, taxa idêntica à observada em novembro. Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a variação homóloga foi 1,2% (1,1% no mês anterior). Comparativamente com o mês anterior, o IPC apresentou uma variação nula em dezembro (-0,3% no mês anterior e nula em dezembro de 2016).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação média de 1,6% em 2017 (0,6% no ano anterior). A taxa de variação homóloga situou-se em 1,6% em dezembro, inferior em 0,2 pontos percentuais (p.p.) à observada em novembro de 2017 e superior em 0,2 p.p. à estimada pelo Eurostat para a área do Euro. Em dezembro de 2017, o IHPC apresentou uma taxa de variação mensal de -0,2%.

Com o IPC de janeiro de 2018, o INE irá passar a divulgar uma estimativa rápida do IPC/IHPC tendo como referência os dados apurados até ao momento. Esta publicação consistirá em estimativas das taxas de variação homóloga e em cadeia daqueles índices. Os resultados de um período prolongado de compilação e avaliação interna da sua qualidade, tendo como referência os valores finais divulgados, são apresentados no final deste destaque.

Graf. 1 - Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente (taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)



www.ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - Tel: +351 21.842.61.00 - sci@ine.pt

2.2.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

188

PARECER

Concordo com o proposto. Remeto à consideração do ss. Presidente

09./07./2018

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

09./07./2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação. Para despacho da Sra Diretora do Departamento.

09./07./2018

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

Aprovado

10./07./2018

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/10235

ASSUNTO: Atelier de Artes Plásticas - Ano Lectivo 2018/19

A Câmara Municipal de Mafra, através do Atelier de Artes Plásticas (AAP), disponibiliza aos seus munícipes o ensino de diversas técnicas de desenho e pintura, por meio de aulas, com uma componente teórico-prática que inclui várias abordagens no campo da pintura, que visam enriquecer os conhecimentos dos alunos e o seu aperfeiçoamento técnico e artístico.

1. Aulas

As aulas decorrem em edifícios municipais, podem ser frequentadas por pessoas de todos os escalões etários. Terão a duração de um ano letivo, cujo calendário é definido anualmente, culminando com uma exposição coletiva, num espaço cultural do Concelho, onde cada aluno irá expor um dos trabalhos que desenvolveu ao longo do ano. No início do ano letivo será entregue a cada aluno o programa de ensino e respetivas normas, as quais visam orientar o funcionamento das aulas. Manter-se-

Anexo XI

ão os exercícios propostos mensalmente, e as restantes aulas são de cariz livre. Relativamente às classes Infantis e Juvenis, manter-se-á o sistema programático baseado numa evolução cronológica da História da Arte. Que neste próximo ano lectivo deverá entrar num ponto de retorno, isto é: voltar à Pré-História, visto que a programação deverá esgotar todos os movimentos mais importantes do Séc. XX e início do Séc. XXI.

1.1 Atividades Pontuais

Para além das referidas aulas, o AAP engloba ainda outras atividades pontuais complementares, tais como visitas de estudo a museus, galerias, fundações e outros locais relevantes do património cultural e, ainda, alguns *workshops* temáticos.

2. Classes/Horários/Preços (Preços de inscrição/frequência das aulas)

Classe	Turma	Local	Horário	Mensalidade	N.º de vagas	Obs.
Classe 1 (adultos)	Monet	Mafra	3.ª e 5.ª feira 15h00 às 18h00	15,00€	20	Sem material
Classe 2 (adultos)	Turner	Ericeira	4.ª e 6.ª feira 15h00 às 18h00	15,00€	20	
Classe 3 (adultos)	Picasso	Mafra	5.ª feira 9h30 às 12h30	7,50€	20	
Classe 4 (adultos)	Dali	Mafra	3.ª e 5.ª feira 18h00 às 20h30	15,00€	20	
Classe 5 (adultos)	Modigliani	Mafra	Sábado 15h00 às 18h00	12,00€	20	
Classe 6 (juvenis)	Van Gogh	Mafra	Sábado 10h00 às 11h30	10,00€	15	Com material
Classe 7 (juvenis)	Donatello	Mafra	Sábado 11h45 às 13h15	10,00€	15	
Classe 8 (infantil 8-10 anos)	Velasquez	Mafra	Sábado 10h00 às 11h30	10,00€	15	
Classe 9 (infantil 5-7 anos)	Rodin	Mafra	Sábado 11h45 às 13h15	10,00€	12	

À semelhança do ano anterior, as inscrições serão aceites por ordem de chegada, a partir das 9h00 do dia de abertura do período de inscrições.

Relativamente ao valor das mensalidades, propõe-se que se mantenham as do passado ano letivo, uma vez que, mesmo um ligeiro agravamento, poderá originar o afastamento de potenciais alunos. De salientar que a proposta de mensalidades a praticar nos diferentes níveis de ensino, tem em conta as despesas com os recursos

humanos, com os consumos de energia e de água e, no caso dos ateliers juvenil e infantil, com os materiais utilizados pelos alunos.

Pretendendo-se possibilitar a entrada de mais novos alunos nas turmas de adultos, propõe-se que na fase de inscrições se reserve 5 vagas de cada turma de 20, para inscrição de alunos que não frequentaram o Atelier de Artes Plásticas no ano que terminou. No final do prazo destinado às inscrições, as vagas reservadas a novos alunos que não se encontrarem preenchidas serão direccionadas para as inscrições dos demais interessados, seguindo a ordem de chegada.

3. Calendário

Período letivo: 1 de outubro de 2018 a 31 de maio de 2019.

Interrupções: Natal (23/12 a 02/01), Páscoa (19/04 a 29/04) e de 1 junho a 30 de setembro.

Prazo de Inscrições: 3 a 21 de Setembro

No ato da inscrição os alunos pagam o mês de Outubro.

4. Apoios

4.1 Mensalidades

À imagem do que se pratica em outros serviços da Autarquia, também o AAP integra uma componente de apoio social, através da possibilidade de inscrição com isenção de pagamento das mensalidades ou redução do valor da mesma. Para tal, os alunos interessados terão de solicitar atendimento social nos Serviços de Acção Social do Município, para eventual apoio conforme dispõe o Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mafra.

À Consideração de V. Exa.
Mafra, 4 de Julho de 2018
O Técnico Superior

(Pedro Ramos)

2.3.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

190

PROPOSTA

PLANO DE GESTÃO DA RESERVA MUNDIAL DE SURF DA ERICEIRA

Um dos objetivos do Conselho Municipal de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira (CMGRMSE) é apoiar o desenvolvimento de planos e projetos municipais de gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira.

No âmbito das competências adstritas ao Conselho Restrito do CMGRMSE, foi elaborado o Plano de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, o qual pretende contribuir para ordenar e fortalecer a dinâmica nos setores turísticos e socioeconómicos, delineando as metas para uma gestão sustentável da Reserva Mundial de Surf da Ericeira. Pretendeu-se, ainda, construir um documento dinâmico e eficiente, facilitador na sua monitorização, passível de *upgrade* regular, suscetível de envolver as diversificadas instituições, associações e empresas e, por último, os cidadãos. Assim, foram identificadas as ameaças à concretização dos objetivos e definidas as estratégias para as contrariar, propostas medidas e correspondentes ações, que serão desenvolvidas com o apoio financeiro dos diversos parceiros, conforme os orçamentos disponíveis e a sua cultura e experiência do surf.

A proposta final do Plano de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira foi apresentada na reunião do Conselho Alargado do CMGRMSE, realizada no dia de hoje, 10 de julho, tendo merecido o parecer favorável, por unanimidade.

Face ao exposto, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Plano de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira.

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)

Anexo II

ERICEIRA WSR

WORLD SURFING RESERVE

PLANO DE GESTÃO

Biénio 2018-2019

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

- Texto do Presidente da CMM/Presidente do CMGRMSE

RESERVA MUNDIAL DE SURF

- Apresentação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira
- Visão Estratégica da RMSE
- Localização da RMSE e das suas ondas
- Identificação descritiva da qualidade e consistência das ondas da RMSE

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO DA RESERVA MUNDIAL DE SURF DA ERICEIRA (DR.2017)

- Objetivo
- Órgãos do CMGRMSE
    - Conselho Restrito
    - Conselho Alargado
- Composição dos órgãos
    - Conselho Restrito
    - Conselho Alargado
- Competências
    - Conselho Restrito
    - Conselho Alargado

PLANO DE AÇÃO

- Enquadramento
- Anexo A – Modelo conceptual e tabelas de planeamento

CONTACTOS

INTRODUÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CMM/PRESIDENTE DO CMGRMSE

As ondas constituem, pela sua diversidade, qualidade e consistência, um inequívoco fator distintivo do nosso território. Tal como têm esculpido na rocha o passar do tempo, elas têm influenciado as vivências da comunidade, moldando a personalidade das gentes. Em suma, para além de um valioso património ambiental, com evidente potencial desportivo, turístico e económico, as ondas são um elemento da nossa cultura.

Por isso, a consagração deste valioso recurso como Reserva Mundial de Surf, em 14 de outubro de 2011, representou não só uma homenagem a uma longa linhagem de homens e mulheres que desafiam o mar, seja para garantir o seu sustento, seja pelo prazer de "apanhar" a vaga perfeita, mas também a assunção de uma responsabilidade coletiva na sua preservação. Porque só assim podemos garantir que aqueles que vierem depois de nós podem usufruir deste património.

Com este reconhecimento internacional, a atividade socioeconómica da Ericeira tem-se materializado no aumento do número de praticantes, na criação de escolas de surf ou no desenvolvimento dos mais variados negócios associados à modalidade, como também no próprio dinamismo do setor do turismo. Neste cenário, importa assegurar que esta comunidade cresce à medida que a consciência ambiental também cresce, levando as gerações do presente e do futuro a desenvolver uma comunhão harmoniosa com o mar.

Desde a referida consagração, os denominados "guardiões" – entidades que hoje integram o Conselho Municipal de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira (CMGRMSE), entretanto constituído – têm vindo a comungar deste pressuposto de proteção da natureza, desenvolvendo atividade em áreas como o planeamento e ordenamento do território, a educação ambiental ou a oferta desportiva e turística sustentável.

O presente plano pretende contribuir para sistematizar e reforçar esta dinâmica, definindo objetivos para uma gestão sustentável da Reserva Mundial de Surf da Ericeira. Para cada objetivo foram identificadas as ameaças à sua concretização e as consequentes estratégias para mitigação, as quais integram, por sua vez, medidas que se materializam em ações, as quais serão desenvolvidas e suportadas financeiramente pelos vários parceiros, de acordo com os respetivos orçamentos anuais ou com a sua cultura e experiência de surf.

Previsto para horizonte temporal de 2018 a 2020, este é um documento dinâmico, não só porque se pretende assegurar a sua monitorização e atualização regular em sede do CMGRMSE, mas também porque se ambiciona o envolvimento dos diversificados *stakeholders* institucionais, associativos e empresariais e, em última instância, dos próprios cidadãos.

Afinal, todos somos "guardiões" da Reserva Mundial de Surf da Ericeira!

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra,

Hélder Sousa Silva

RESERVA MUNDIAL DE SURF DA ERICEIRA
(RMSE)

APRESENTAÇÃO DA RESERVA MUNDIAL DE SURF

Para a apresentação da Reserva Mundial de Surf da Ericeira recorreu-se à informação disponibilizada pela organização ambiental "Save The Waves", pioneira na definição e implementação do conceito de Reserva Mundial de Surf (www.worldsurfingreserves.org). Adicionalmente, foram também integrados os conteúdos da candidatura da Ericeira ao estatuto de Reserva.

- **Apresentação do conceito e mais-valias da zona costeira da Ericeira dignas do estatuto de Reserva**

  As Reservas Mundiais de Surf são um conceito pro-ativo de identificação, designação e preservação de ondas únicas para o surf abrangendo a zona costeira envolvente. À semelhança do conceito implementado pela UNESCO para a preservação do património cultural como herança da Humanidade, as Reservas Mundiais procuram criar um mecanismo de proteção para os locais de surf mais emblemáticos que, por sua vez, se encontram inseridos em zonas de elevado valor ambiental e cultural. Este modelo de proteção procura também preservar a cultura surfista local e constituir-se como um incentivo ao desenvolvimento económico e social da região.

  No caso concreto da Ericeira, a sua zona costeira apresenta características únicas do ponto de vista geológico e ambiental e não só na área consignada como Reserva de Surf. A área entre "Pedra Branca" e "Ribeira D'Ilhas" apresenta falésias de beleza excecional, onde três das ondas existentes nesta zona de costa são de classe mundial. A geografia do vale de Ribeira D'Ilhas torna este local um "anfiteatro" natural desenhado pelas arribas, com uma área de praia dividida pelo canal da ribeira. A natureza e história da onda de Ribeira D'Ilhas e as condições já existentes em termos de equipamentos de praia (incluindo uma zona de estacionamento) fazem desta praia um local privilegiado para a realização de eventos de surf.

  Os surf spots a Norte de Ribeira de ilhas, quatro dos quais de qualidade mundial, têm um valor natural enorme pelo seu ambiente e paisagem ainda selvagens. Este conjunto de sete ondas da Reserva mundial de Surf têm um valo mítico para o surf. Pretendemos preservar a pureza original deste património natural para benefício eterno das gerações futuras.

VISÃO ESTRATÉGICA PARA A RESERVA MUNDIAL DE SURF

A Reserva Mundial de Surf permite não só preservar para as gerações futuras o património natural e ambiental do município de Mafra, onde as ondas para a prática do surf surgem destacadas, como também permite potenciar a indústria do turismo nacional.

A Ericeira tem uma grande vantagem: possui tantas ondas de qualidade mundial, que pode criar uma oferta muito diversificada para os turistas. Possui ainda praias adjacentes que podem acolher não só banhistas como surfistas iniciados.

O surf já é encarado como um eixo estratégico para o desenvolvimento de turismo sustentável em Portugal (https://portuguesewaves.com/).

Assim a Reserva Mundial de Surf, que tem sete ondas de qualidade mundial e várias praias adjacentes, dispõe de recursos preciosos para o desenvolvimento sustentável da região e do país.

Destacamos que, para valorizar o turismo, é crucial que os visitantes sintam, realmente, que estão numa Reserva Mundial de Surf. É importante que a Reserva, e que o sentimento de comunhão com a natureza e com as ondulações que emana, sejam não só mantidos como melhorados ao longo dos anos.

A preservação e a valorização da Reserva são assim estratégicas para a região e para Portugal.

É importante preservar o valor mítico do surf na Reserva Mundial de Surf da Ericeira, baseado na qualidade mundial e natural das suas ondas, única na Europa.

Para guiar em detalhe o planeamento estratégico da gestão da Reserva, realizámos a análise SWOT ilustrada na Tabela 1.

Strenghts	Weaknesses
Criação de uma ferramenta de protecção do mar/praia/orla costeira	Ausência de estatuto legal do conceito de Reserva
Associação da prática do surf à protecção do ambiente	Ausência de financiamento específico para a implementação e manutenção da Reserva
Preservação da cultura surf e ligação à comunidade não surfista	Criação da Reserva depende do interesse e apoio da administração local e grupos/associações locais
Garantia da qualidade e consistência das ondas para a prática de surf	
Criação da Reserva reconhecida pela administração local e pelo Presidente da República	
Opportunities	**Threats**
Vai permitir a criação de parcerias locais entre grupos, associações, universidades, surfistas e população com o objectivo comum de protecção das ondas e da orla costeira	Ausência de coordenação/interesse da comunidade local/associações/administração local para a manutenção da Reserva
Implementação da Reserva cria condições para promover projectos de requalificação ambiental relacionados com a fauna/flora local; melhoria da qualidade da água; enquadramento paisagístico; ordenamento da zona de costa	Aumento da pressão urbanística e turística na área classificada como Reserva
Potenciação da prática do surf com impactes directos no crescimento económico das actividades relacionadas com a modalidade(escolas, marcas, fabricantes,...)	Implementação deficiente ou inexistente de projectos de requalificação ambiental que possam conduzir, por exemplo, à deterioração da qualidade da água ou afectação da fauna/flora local
Associação do conceito de Reserva à região podendo contribuir para o desenvolvimento do turismo	Ausência de um modelo de gestão local que considere a existência da Reserva
Implementação da Reserva cria condições para promover estudo sócio económico das "ondas" para sustentar um modelo de gestão turística de desenvolvimento local	Ausência da integração da Reserva com os planos de ordenamento da orla costeira
Implementação da Reserva cria condições para a requalificação ambiental das zonas envolvente da área da Reserva	Crescimento desenfreado de escolas de surf sem qualquer. regulamentação
Vai permitir a criação de um modelo de gestão das praias que contemple a sua utilização por banhistas e surfistas	
Pode ser utlizada para condicionar o desenvolvimento/crescimento urbanístico	
Pode potenciar a integração do Surf como desporto escolar e projectos de educação ambiental	
Oportunidade de desenvolvimento do Eco- Turismo	
Associação a outras modalidades recreativas sustentáveis (caminhadas/trekking; bird-watching; escalada...)	
Ericeira como exemplo para outras potenciais reservas do país	
Criação de um sistema de monitorização da qualidade das águas balneares (todo o ano)	

Tabela 1 - Análise SWOT da Reserva, mostrando as respetivas potencialidades a aproveitar e as dificuldades a vencer (SOS2011).

LOCALIZAÇÃO DA RESERVA MUNDIAL DE SURF DA ERICEIRA E DAS SUAS ONDAS



Figura 1 – Limite geográfico da Reserva Mundial da Ericeira, a Oeste o Oceano Atlântico, a Norte a onda de São Lourenço (inclusive), a Sul a onda da Pedra Branca (inclusive), a Leste a Estrada Nacional 147.

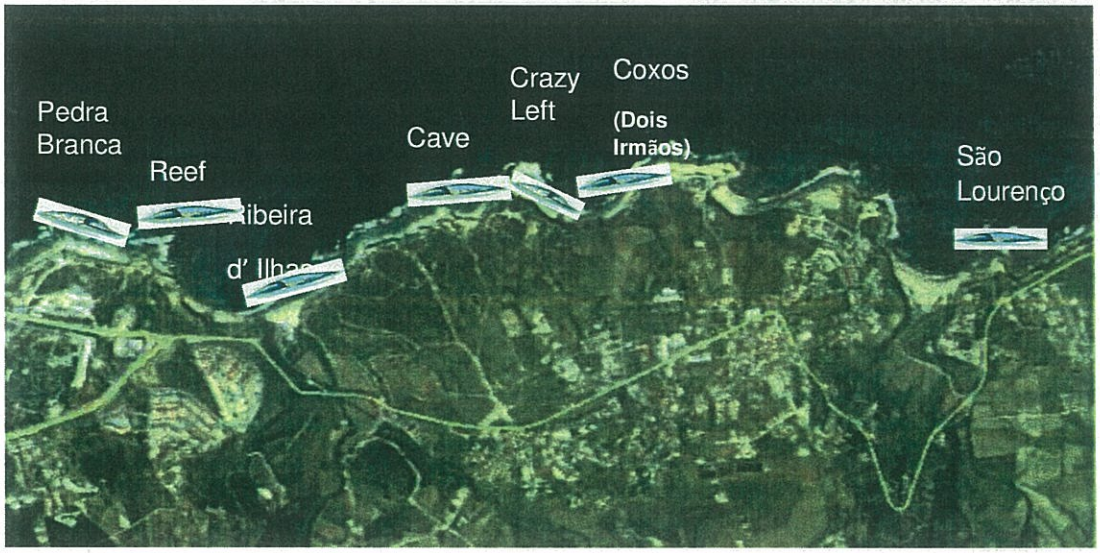


Figura 2 - As sete ondas para a prática de surf de qualidade mundial, todas quebrando sobre perfeitas e muito raras lajes de pedra, que potenciaram a Reserva Mundial de Surf. Estas ondas devem ser preservadas em todos os fatores possíveis. São destinadas apenas a praticantes muito experientes ou profissionais.

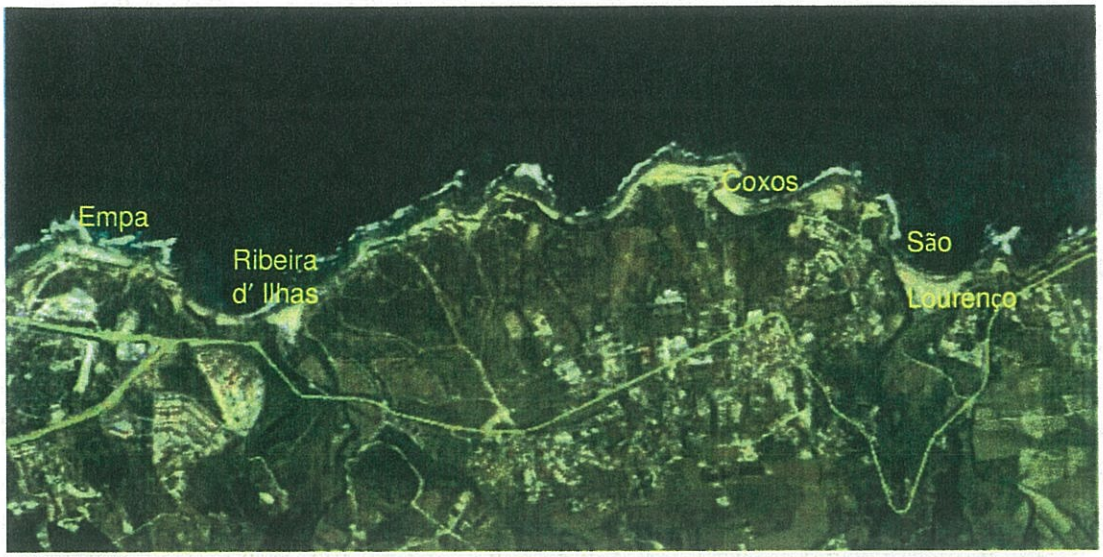


Figura 3 - As praias mais próximas da Vila da Ericeira, no Sul da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, são os locais tradicionais para banhos, e para a realização de campeonatos de surf.

Nota-se que apenas a areia permite a frequência de muito público e banhistas, sendo de evitar o uso massificado de troços costeiros de pedra e arenito.



Figura 4 - Centro e norte da Reserva Mundial de Surf, são as zonas mais selvagens, ricas e naturais. A fim de oferecer uma oferta turística diversificada recomendamos que as atividades massificadoras (acesso motorizado, campeonatos de surf, aulas de surf), mesmo regulamentadas, sejam fortemente restringidas..

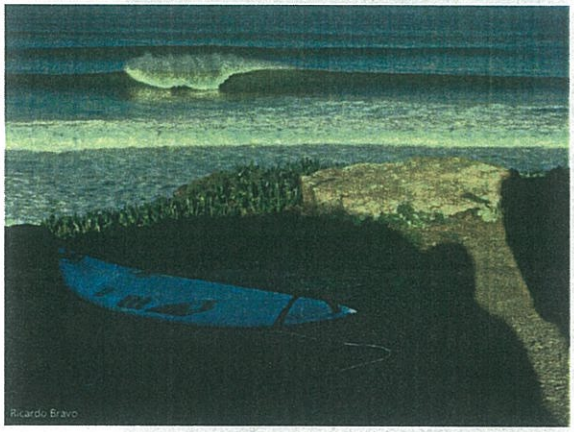
Identificação descritiva da qualidade e consistência das ondas da Reserva

Apresenta-se, de seguida, a caracterização das sete ondas de classe mundial da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, recorrendo aos parâmetros descritos na Tabela 2.

ONDAS	Tipo de Onda	Tipo de Fundo	Condições de mare	Condições de ondulação	Condições de vento	Consistência	Ângulo de Rebentação	Comprimento da linha de rebentação	Altura das ondas	Tipo de rebentação	Nivel de Surfista – Hutt et al.(2001) – de 1 a 10	Nivel de Surfista – Livro 7 – João Macedo – de 1 a 7
Pedra Branca	Esquerda rápida, potente e tubular	Recife	De meia maré a encher	Desde SW a WNW	Desde SE a NE	●●●○○	40º	De 50 a 10 metros	De 0,5 a 2,5 metros	Mergulhante	6 – Surfistas que executam as manobras *standard* de surf consecutivamente	**Nível 6** – Surfistas com capacidade de completar com controlo as 7 manobras e estar à vontade debaixo de água em ondas poderosas até pelo menos dois metros.
Reef	Direita rápida, potente e tubular	Rochas, areia e recife	Todas as marés	Todas as ondulações – perfeitas condições com WNW	Todos os ventos – perfeitas condições desde SE a NE	●●○○○	35º	De 30 a 70 metros	De 0,5 a 1,5 metros	Mergulhante	6 – Surfistas que executam as manobras *standard* de surf consecutivamente	**Nível 6** – Surfistas com capacidade de completar com controlo as 7 manobras e estar à vontade debaixo de água em ondas poderosas até pelo menos dois metros.
Ribeira D'Ilhas	Direita comprida	Rochas, areia e recife	Todas as marés	Todas as ondulações – perfeitas condições com WNW	Todos os ventos – perfeitas condições desde SE a NE	●●●●●	55º	De 150 a 300 metros	De 0,5 a 3,5 metros	Progressiva / Mergulhante	5 – Surfistas que executam as manobras *standard* de surf numa só onda	**Nível 5** – Surfista capaz de executar curvas "S" e *Floaters* na junção e de aguentar cair em ondas poderosas até metro e meio
Cave	Direita rápida, tubular, rasa e muito perigosa	Recife	Maré cheia	Desde NW a N	Desde SE a NE	●○○○○	27º	De 30 a 70 metros	De 1 a 2,5 metros	Mergulhante / De fundo	8 – Surfistas Profissionais	**Nível 7** – Surfista com capacidade de completar com controlo e fluidez diferentes combinações das 7 manobras, na mesma onda e estar à vontade debaixo de água em ondas poderosas até pelo menos quatro metros
Crazy Left	Esquerda rápida comprida e tubular	Recife	De meia maré a encher	Desde N a NW	Desde SE a NE	●●○○○	40º	De 80 a 120 metros	De 0,5 a 2,5 metros	Mergulhante	6 – Surfistas que executam as manobras *standard* de surf consecutivamente	**Nível 6** – Surfistas com capacidade de completar com controlo as 7 manobras e estar à vontade debaixo de água em ondas poderosas até pelo menos dois metros.
Coxos	Direita comprida, potente com várias seções tubulares	Recife	Maré vazia	Todas as ondulações – perfeitas condições com W/NW -	Desde SE a NE	●●●●○	40º	De 150 a 300 metros	De 0,5 a 3,0 metros	Mergulhante	6 – Surfistas que executam as manobras *standard* de surf consecutivamente	**Nível 6** – Surfistas com capacidade de completar com controlo as 7 manobras e estar à vontade debaixo de água em ondas poderosas até pelo menos dois metros.
São Lourenço	Direita potente com várias seções que recebe ondulações maiores	Rochas, areia e recife	Meia maré	N ou NW	Desde SE a NE	●●●●○	50º	De 50 a 150 metros	De 0,5 a 4,5 metros	Progressiva / Mergulhante	5 – Surfistas que executam as manobras *standard* de surf numa só onda	**Nível 5** – Surfista capaz de executar curvas "S" e *Floaters* na junção e de aguentar cair em ondas poderosas até metro e meio

Tabela2 - Parâmetros que utilizamos para caracterizar a qualidade das ondas para a prática do surf.

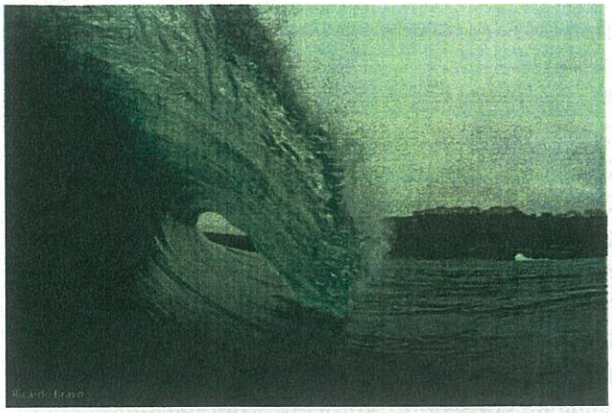
Onda 1 – Pedra Branca



Tipo de onda: Esquerda rápida, potente e tubular
Tipo de fundo: Recife
Condições de maré: De meia maré a encher
Condições de ondulação: Desde SW a W/NW
Condições de vento: Desde SE a NE
Consistência: ●●●○○
Ângulo de rebentação: 40º
Comprimento da linha de rebentação: 50 a 100 metros
Altura das ondas: De 0,5 a 2,5 metros
Tipo de rebentação: Mergulhante
Nível de Surfista Hutt et al: 6 - Surfistas que executam as manobras *standard* de surf consecutivamente
Nível de Surfista LIVRO 7 João Macedo: Nível 6

A primeira onda que encontramos mesmo em frente ao Parque de Campismo da Ericeira é a "Pedra Branca". Uma esquerda muito rápida de fundo de recife que recebe ondulações desde o quadrante SW ao quadrante W/NW. Devido à rasa bancada do recife que fica exposto durante a maré vazia, é normalmente surfada desde a meia maré a encher até à maré cheia. Regular e perigosa esta onda é caracterizada como uma onda de "take off" rápido seguido de um tubo até ao "inside".

Onda 2 – Reef



Tipo de onda: Direita rápida, potente e tubular
Tipo de fundo: Recife
Condições de maré: De meia maré
Condições de ondulação: Desde NW a N
Condições de vento: Desde SE a NE
Consistência: ●●○○○
Ângulo de rebentação: 35º
Comprimento da linha de rebentação: 30 a 70 metros
Altura das ondas: De 0,5 a 1,5 metros
Tipo de rebentação: Mergulhante
Nível de Surfista: 6 - Surfistas que executam as manobras *standard* de surf consecutivamente
Nível de Surfista LIVRO 7 João Macedo: Nível 6

Continuando pela praia, que faz fronteira por uma pequena falésia encontramos a 300 metros para Norte a irmã gémea da "Pedra Branca", uma onda que se chama de "Reef". Esta onda é formada a partir de uma placa de recife muito plana que se desenvolve em terra e vai ficando mais funda no seu desenvolvimento na direção de NW. Esta é outra onda regular e perigosa que tem uma zona muito curta e rápida de "take off" seguida de um tubo cilíndrico que acaba exatamente na placa exposta no "inside". Só trabalha com ondulações de N a NW w de meia maré.

Onda 3 – Ribeira d`Ilhas



Tipo de onda: Direita comprida
Tipo de fundo: Rochas e recife
Condições de maré: Todas as marés
Condições de ondulação: Todas as ondulações – perfeitas condições com W/NW
Condições de vento: Todos os ventos – perfeitas condições desde SE a NE
Consistência: ●●●●●
Ângulo de rebentação: 55º
Comprimento da linha de rebentação: 150 a 300 metros
Altura das ondas: De 0,5 a 3,5 metros
Tipo de rebentação: Progressiva / Mergulhante
Nível de Surfista: 5 - Surfistas que executam as manobras *standard* de surf numa só onda
Nível de Surfista LIVRO 7 João Macedo: Nível 5

Andando 500 metros para Norte temos a onda mais mediática e cosmopolitana de todas as ondas que podemos encontrar nesta zona de Costa, Ribeira d`Ilhas. Situada num vale com uma praia de areia no centro, esta localização tornou-se num anfiteatro natural perfeito que tem sido bem aproveitado para a realização de inúmeros eventos nacionais e internacionais de surf. Ribeira d`Ilhas é uma direita de "point break" longa que recebe todo o tipo de ondulações e funciona em todos os tipos de maré, sendo a onda mais consistente da Ericeira. Com ondulações de W/NW esta onda pode proporcionar direitas até 300 metros de comprimento. Esta onda é muito valiosa e competitiva pois permite diferentes tipos de aproximação por parte dos surfistas, sendo que para surfistas experientes permite alguns tubos e paredes para variadíssimos tipos de manobras.

Onda 4 – Cave



Tipo de onda: Direita rápida, tubular, rasa e muito perigosa
Tipo de fundo: Recife
Condições de maré: Maré cheia
Condições de ondulação: Desde NW a N
Condições de vento: Desde SE a NE
Consistência: ●○○○○
Ângulo de rebentação: 27º
Comprimento da linha de rebentação: 30 a 70 metros
Altura das ondas: De 1,0 a 2,5 metros
Tipo de rebentação: Mergulhante / De Fundo
Nível de Surfista: 8 - Surfistas profissionais
Nível de Surfista LIVRO 7 João Macedo: Nível 7

Depois de 10 minutos a andar pela ribanceira em direção a Norte chegamos à Baía dos 2 Irmãos. No fim da caminhada e à chegada da Baía dos 2 Irmãos, encontramos três ondas que podem satisfazer os desejos dos surfistas mais exigentes. No lado Sul da Baía dos 2 Irmãos, ainda virado a Sul, encontramos a "Cave". Esta direita poderosa só começou a ser surfada recentemente e tem ganho notoriedade nos últimos anos. É uma onda extremamente radical, tubular e perigosa. Quebra numa placa de recife que não conecta com terra numa explosão vertical contra a placa com cerca de dois metros de profundidade no início e acaba com uma profundidade de 20 centímetros de água. Esta direita mutante começa como acaba, abaixo da linha de água onde o tubo se vai tornando mais oco e plano à medida que chega ao fim. É uma onda apenas utilizada por surfistas experientes que tenham a necessidade de mediatismo. Não é uma onda recomendada para outro tipo de surfista.

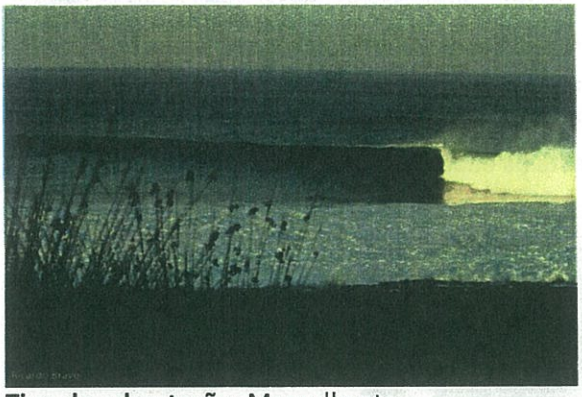
Onda 5 – Crazy Left



Tipo de onda: Esquerda rápida, comprida e tubular
Tipo de fundo: Recife
Condições de maré: De meia maré a encher
Condições de ondulação: Desde N a NW
Condições de vento: Desde SE a NE
Consistência: ●●○○○
Ângulo de rebentação: 40º
Comprimento da linha de rebentação: 80 a 120 metros
Altura das ondas: De 0,5 a 2,5 metros
Tipo de rebentação: Mergulhante
Nível de Surfista: 6 - Surfistas que executam as manobras *standard* de surf consecutivamente
Nível de Surfista LIVRO 7 João Macedo: Nível 6

Não existem estradas de acesso entre a Baía de Ribeira d`Ilhas e a Baía dos 2 Irmãos, sendo que o acesso é apenas feito pedonalmente por uma zona virgem que separa as duas baías. A única estrada de acesso dá-se por de trás das falésias numa zona menos montanhosa afastada do litoral. A Baía dos 2 irmãos fica sob um uma falésia de cerca de 60 metros de altura. É uma baía não muito larga com cerca de 630 metros entre as margens. Continuando para norte para dentro da Baía temos a "Crazy Left". É um "point reef break" que apenas quebra bem com ondulações de N e NW. Sendo uma onda que está exposta predominantemente ao vento norte, não é muito consistente, mas quando reúne as condições perfeitas converte-se numa esquerda rápida e tubular com várias secções que proporcionam grandes velocidades.
Trabalha bem desde a meia maré a encher, só recebe em condições perfeitas ondas acima dos dois metros. Isto por esta onda estar localizada numa zona de escoamento de água da Baía da sua irmã mais velha, a onda dos "Coxos".

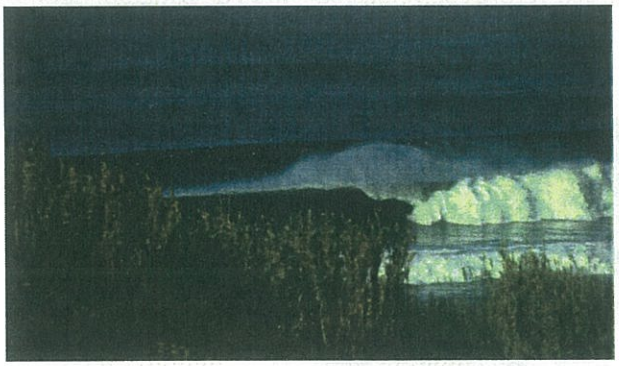
Onda 6 – Coxos



Tipo de onda: Direita comprida, potente com várias secções tubulares
Tipo de fundo: Recife
Condições de maré: Maré Vazia
Condições de ondulação: Todas as ondulações – perfeitas condições com W/NW
Condições de vento: Desde SE a NE
Consistência: ●●●●○
Ângulo de rebentação: 40º
Comprimento da linha de rebentação: 150 a 300 metros
Altura das ondas: De 0,5 a 3,0 metros
Tipo de rebentação: Mergulhante
Nível de Surfista: 6 - Surfistas que executam as manobras *standard* de surf consecutivamente
Nível de Surfista LIVRO 7 João Macedo: Nível 6

A onda dos Coxos é, sem nenhuma dúvida a onda que mais reflete o estado de espírito dos surfistas locais e que congrega as maiores paixões e fidelidade. É formada por um recife com uma batimetria suave até meio da baía. É uma onda muito difícil de classificar pois depende da direção da ondulação, que pode presenciar desde características de um "point break" perfeito, como pode assumir uma característica de um recife, com tubos do início ao fim. É sempre uma onda forte, com vários tipos de secções que trabalha com diferentes tipos de ondulações, mas as ondulações mais perfeitas são as de W/NW. Quando isto acontece, associado a uma brisa de vento de Este, é possível ver tubos de vários segundos, como ver também algumas pranchas partidas. É uma onda que pode ser surfada com a maré vazia e aguenta ondulações de até três metros e meio.

Onda 7 – São Lourenço



Tipo de onda: Direita potente com várias secções que recebe ondulações maiores
Tipo de fundo: Rochas, areia e recife
Condições de maré: Meia Maré
Condições de ondulação: N ou NW
Condições de vento: Desde SE a NE
Consistência: ●●●●○
Ângulo de rebentação: 50º
Comprimento da linha de rebentação: 50 a 150 metros
Altura das ondas: De 0,5 a 4,5 metros
Tipo de rebentação: Progressiva / Mergulhante
Nível de Surfista: 5 - Surfistas que executam as manobras standard de surf numa só onda
Nível de Surfista LIVRO 7 João Macedo: Nível 5

Deixando a Baía dos 2 Irmãos para trás e andando alguns minutos na direção norte encontramos a Baía de São Lourenço. Esta é uma baía larga com cerca de 1,2 km de largura. Perto do centro da baía a cerca de 300 metros da praia temos a onda de São Lourenço, por vezes chamada como o "Sunset Português".
Esta onda quebra sobre um planalto rochoso, sendo uma direita rápida e com muita massa de água que recebe normalmente qualquer ondulação por quebrar longe da praia. É normalmente surfada na meia maré e precisa de ondulações de N ou NW, associado a vento vindo de Este.

IDENTIFICAÇÃO DESCRITIVA DA QUALIDADE E CONSISTÊNCIA DAS ONDAS DA RESERVA

Ângulo de rebentação

O ângulo de rebentação é definido como ângulo entre a crista da onda e a linha de rebentação, Walker (1974), ver Figura A.

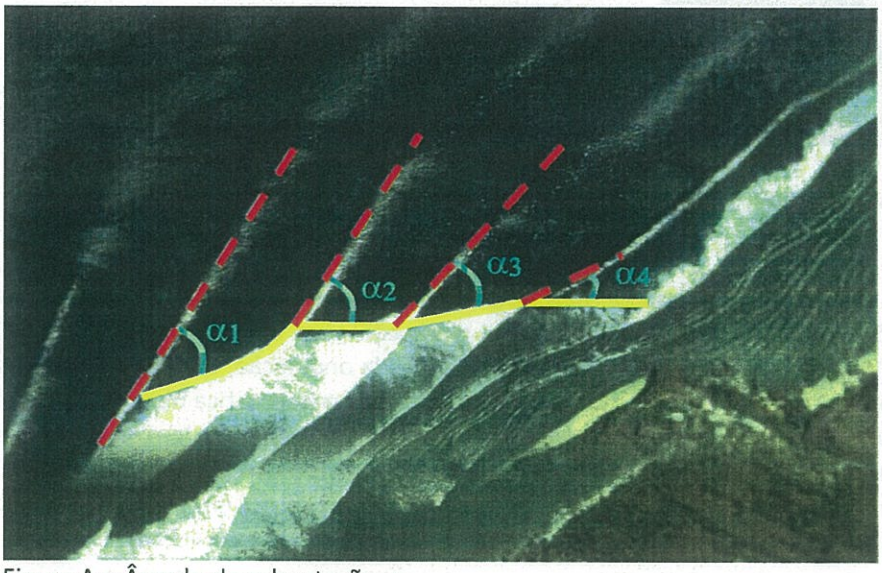


Figura A – Ângulo de rebentação, α

Também é possível definir o ângulo de rebentação segundo vetores de velocidade. Para uma melhor definição deste conceito, pode-se observar na Figura .

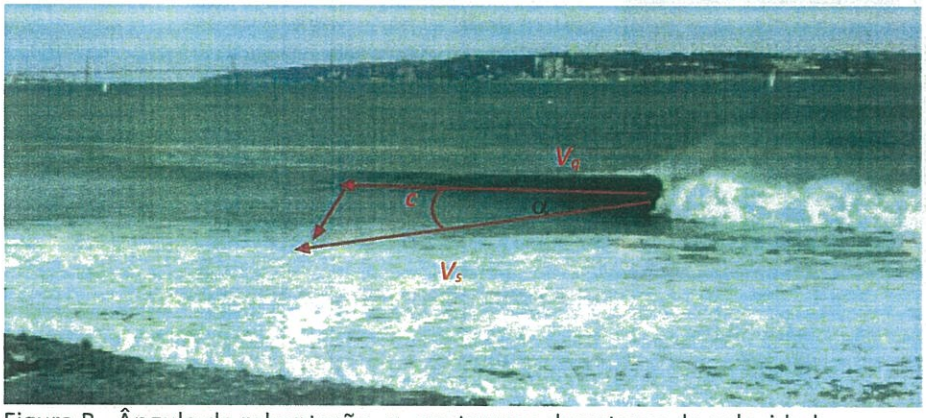


Figura B –Ângulo de rebentação, α, em termos de vetores de velocidade.

Nesta figura estão representados os vetores da velocidade de propagação da onda (c) e a velocidade de rebentação (V_q), isto é, a velocidade ao longo da crista da onda, com que se dá a rebentação. O valor absoluto do vetor soma destas duas velocidades é a velocidade do surfista (V_s). O ângulo de rebentação, α, pode ser calculado por:

$$\sin \alpha = \frac{c}{V_s} \qquad (1)$$

Para um ângulo de rebentação reduzido o surfista necessitará de uma velocidade extremamente elevada, o que significa que as cristas das ondas estão quase alinhadas com a linha de costa, não sendo por isso uma onda adequada à prática do surf. Se o ângulo for elevado, o surfista deslocar-se-á com uma velocidade inferior à que seria necessária para efetuar manobras. A capacidade de adquirir velocidade numa onda depende ainda da habilidade do surfista, daí se relacionar frequentemente este ângulo com o nível do surfista.

Como foi referido anteriormente, embora as diferentes classificações para o nível dos surfistas sejam subjetivas, existem várias propostas. Walker (1974) apresentou uma classificação baseada na velocidade que o surfista pode ter como função do ângulo de rebentação, dividindo em três níveis: iniciados, intermédios e avançados. Mais recentemente, Hutt *et al.* (2001) apresentaram outra classificação também em função do ângulo de rebentação constituída por 10 níveis (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação do nível dos surfistas proposta por Hutt *et al.* (2001).

Nível	Descrição	? (°)
1	Iniciados	90
2	Iniciados capazes de fazer surf ao longo da crista da onda	70
3	Surfistas que conseguem ganhar velocidade na crista da onda	60
4	Surfistas que estão a aprender a executar as manobras *standard* de surf	55
5	Surfistas que executam as manobras standard de surf numa só onda	50
6	Surfistas que executam as manobras *standard* de surf consecutivamente	40
7	Surfistas que executam as manobras avançadas	29
8	Surfistas profissionais	27
9	Top 44 de surfistas profissionais	-
10	Surfistas no futuro	-

Baseado nesta classificação, o ângulo de rebentação induzido por um recife deve situar-se entre os 30º e 60º, Muilwijk (2005), que corresponde a surfistas iniciados até surfistas que conseguem efetuar manobras avançadas.

Hutt *et al.* (2001) apresenta um gráfico que relaciona o ângulo de rebentação (*Peel angle*) com a altura de rebentação (*wave height*) e o nível de desempenho do surfista, ver Figura

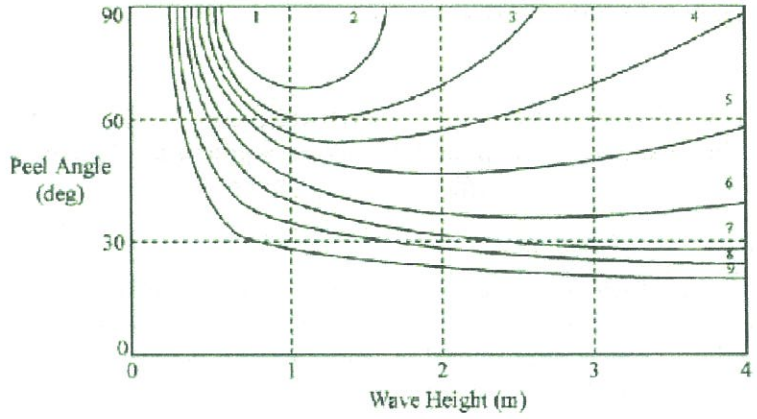


Figura C – Ângulo de rebentação, α, em função da altura de rebentação e do nível de desempenho do surfista, retirado de Hutt *et al.* (2001).

No Quadro 2 apresenta-se uma classificação do tipo de rebentação em função do número de Iribarren, Battjes (1974).

Quadro 2 -Tipos de rebentação.

Tipo de Rebentação	Número de Iribarren
Progressiva	$\xi_b < 0.4$
Mergulhante	$0.4 < \xi_b < 2.0$
De fundo	$\xi_b > 2.0$

Em geral, pretende-se obter um número de Iribarren entre 0.5 e 1.5, indicado para surfistas de nível médio a avançado.

Outros parâmetros

Ainda no que respeita às características do surf, um parâmetro que importa analisar é a dimensão da parede da onda de surf. Por parede da onda, entende-se neste estudo o troço ao longo da crista da onda perto do ponto de rebentação mas onde ainda não se iniciou a rebentação. Esta é a zona que o surfista utiliza para efetuar manobras. Idealmente, a parede deve ser alta e inclinada.

A declividade da parede pode ser medida pela relação entre a altura e o comprimento de onda. Assim, a parede é melhor quanto mais declivosa for e quanto menor diminuição apresentar ao longo da crista. A análise deste parâmetro pode ser feita qualitativamente, comparando-se a largura da parede de diferentes geometrias do recife.

Finalmente, o efeito do vento pode também afetar as condições de agitação marítima que se verificam nas imediações do recife e principalmente o tipo de rebentação. As condições mais propícias correspondem à situação em que o vento sopra da costa para o mar. Nestas condições o vento tem o efeito de um filtro, reduzindo as componentes espectrais de curto período (inferior a 3 s ou 4 s), e tornando o mar "mais alisado", permitindo que as ondas se tornem mais "declivosas" antes de se dar a rebentação e, portanto, assistindo-se a rebentações mais intensas e a melhores paredes de onda. Note-se que a intensidade do vento nunca deverá ser muito elevada sob pena de dificultar as condições de surf, nomeadamente afetando a rebentação e a segurança dos surfistas.

7 Níveis de Ensino definidos pela Surf Academia

Nível 1: Pranchinha
Avaliação do mar (foco na avaliação da maré); reconhecimento do equipamento base para o surf, incidindo mais no tamanho das pranchas; ambientação às ondas e ao *crowd*: remar, virar a prancha sem pés na areia, apanhar espumas e respeitar os outros surfistas.

Nível 2: Prancha 5"0
Avaliação do mar (foco na avaliação dos ventos e das correntes); reconhecimento do equipamento base para o surf, incidindo mais no *shape* base das pranchas (largura x grossura x tamanho); aperfeiçoamento da ambientação às ondas: bicos de pato e *take-offs* num só movimento.

Nível 3: Prancha 5"10
Avaliação do mar (foco na avaliação do tamanho das ondas); reconhecimento do equipamento base para o surf, incidindo mais na escolha de prancha consoante o mar: iniciação à utilização do *quiver*; continuação do aperfeiçoamento da ambientação às ondas: bicos de pato, *take-offs* num só movimento e descer ondas não arrebentadas (iniciação ao **"feeling"**)

Nível 4: Prancha 6"0
Avaliação do mar (utilização consistente dos conceitos de maré, ventos e correntes, e tamanho das ondas); aprofundamento dos conhecimentos sobre pranchas (*rockers, tails, rails* e fundos); aperfeiçoamento técnico: *take-offs* logo de lado, num só movimento, para a direita e para e esquerda: o **"feeling"**

Nível 5: Prancha 6"6
Avaliação do mar (utilização consistente dos conceitos de maré, ventos e correntes, e tamanho das ondas); aprofundamento dos conhecimentos sobre pranchas (*rockers, tails, rails* e fundos); iniciação ao método 7 e aperfeiçoamento técnico do *take-off* logo de lado, num só movimento, para a direita e para e esquerda; curvas S e *floaters* na junção.

Nível 6: Prancha 7"0
Avaliação do mar (iniciação à avaliação da qualidade e potencial das ondas, em *beachbreaks, pointbreaks* e *reefbreaks*); iniciação à utilização avançada e aperfeiçoamento de *quiver*, experimentação sistemática de pranchas; utilização avançada do método 7: *cutbacks roundhouse, bottom-turns, snaps*, aéreos e tubos.

Nível 7: Prancha 9"6

Avaliação do mar (avaliação da qualidade e potencial das ondas, em *beachbreaks, pointbreaks e reefbreaks*); utilização avançada e aperfeiçoamento de *quiver*, experimentação sistemática de pranchas; treino de sequências do 7 para competição ou *free-surf*: *cutbacks roundhouse-snap*, *tubo-roundhouse*, curvas S-tubo, *floater-snap*, etc.

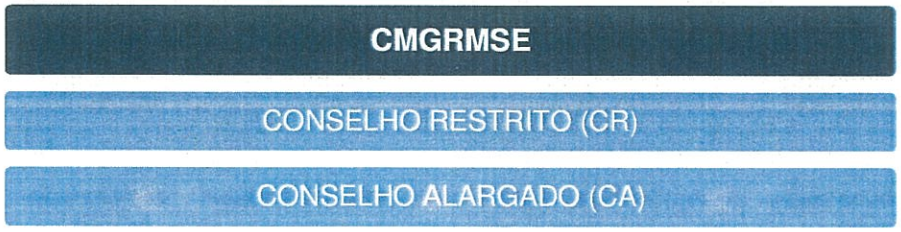
CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO DA RESERVA MUNDIAL DE SURF DA ERICEIRA (CMGRMSE)

A Câmara Municipal de Mafra criou o CMGRMSE para gerir os meios e competências que entende dedicar à Reserva Mundial de Surf da Ericeira (RMSE), partilhando decisões com os representantes dos surfistas, sem prejuízo de poderem ser celebrados protocolos de cooperação com outras entidades públicas ou privadas, nomeadamente para a dinamização da respetiva zona costeira.

OBJETIVOS

- Apoio ao desenvolvimento de planos e projetos municipais de gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira, adiante designada RMSE;
- Articulação entre os vários agentes de dinamização públicos e privados, com incidência nesta área;
- Concertação de ações e iniciativas de interesse municipal e acompanhamento da execução de projetos comuns às várias entidades;
- Acompanhamento de processos decisórios, tendentes à salvaguarda da paisagem natural protegida da RMSE

ÓRGÃOS DO CMGRMSE



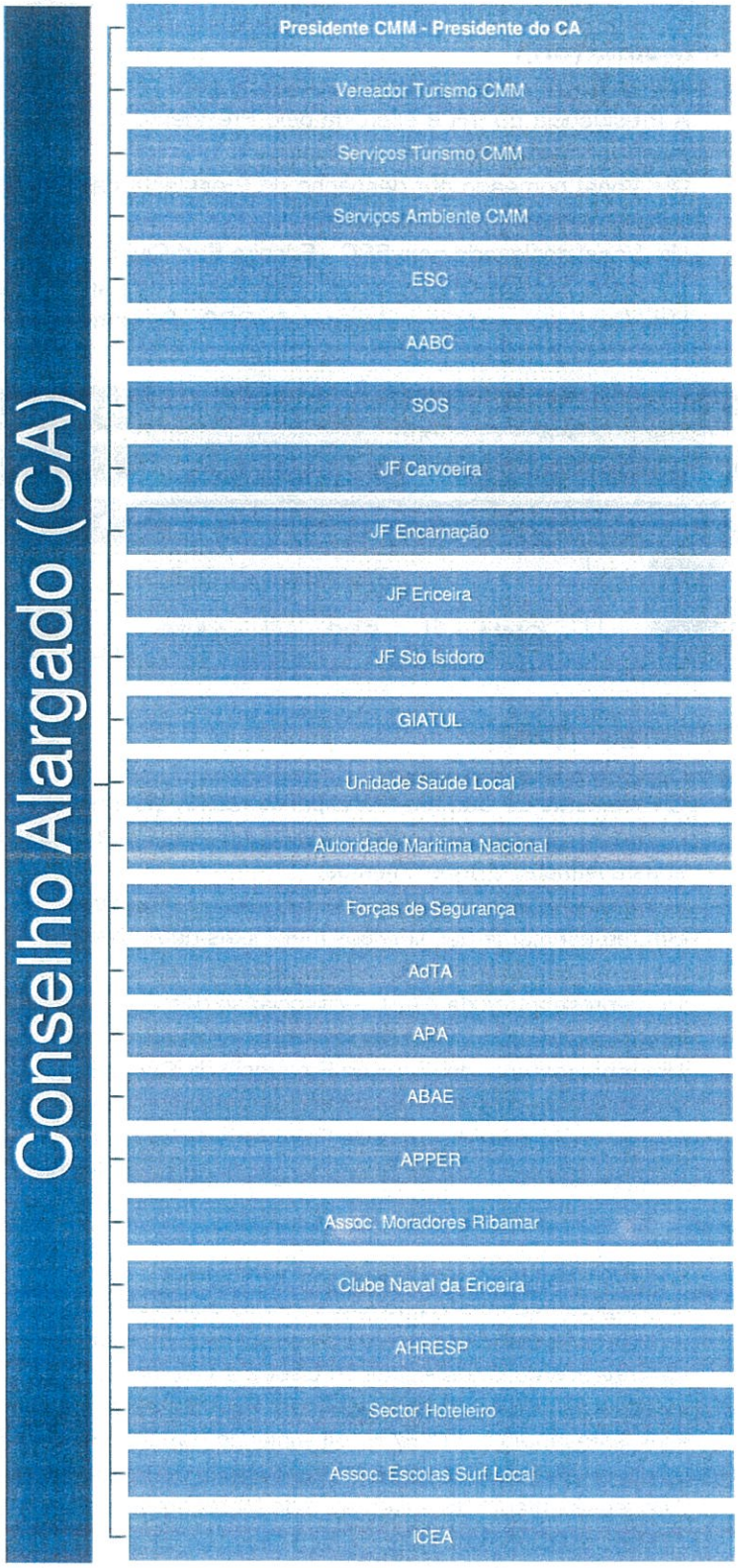
- O **Conselho Restrito (CR)**, que constitui o órgão de apoio ao planeamento e ao acompanhamento da situação da RMSE;
- O **Conselho Alargado (CA)**, que constitui o órgão de natureza consultiva da RMSE.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS

- Do **Conselho Restrito (CR):**
  - O CR é composto por um Presidente e quatro Vogais:
    - A Presidência do CR é exercida pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, ou por quem este nomear por despacho;
    - Um Vogal nomeado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Mafra de entre os membros do CMGRMSE;
    - Um Vogal designado pelo ESC - Ericeira Surf Clube;
    - Um Vogal designado pela AABC - Associação dos Amigos da Baia dos Coxos;
    - Um Vogal designado pela Associação SOS - Salvem o Surf.



- Do **Conselho Alargado (CA):**
  - O CA é composto por 25 membros:
    - O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, que preside;
    - O Vereador responsável pelo Turismo, que assegura a substituição do Presidente, nas suas ausências e impedimentos;
    - Um representante dos serviços municipais de Turismo;
    - Um representante dos serviços municipais de Ambiente;
    - Um representante do ESC - Ericeira Surf Clube;
    - Um representante da AABC - Associação dos Amigos da Baía dos Coxos;
    - Um representante da Associação SOS - Salvem o Surf;
    - Um representante da Junta de Freguesia da Carvoeira;
    - Um representante da Junta de Freguesia da Encarnação;
    - Um representante da Junta de Freguesia da Ericeira;
    - Um representante da Junta de Freguesia de Santo Isidoro;
    - Um representante da GIATUL - Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.;
    - Um representante da Unidade Local de Saúde;
    - Um representante da Autoridade Marítima Nacional;
    - Um representante das Forças de Segurança do Concelho;
    - Um representante da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA (AdTA);
    - Um representante da APA - Agência Portuguesa do Ambiente;
    - Um representante da ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa;
    - Um representante da APPER - Associação de Pescadores Profissionais da Ericeira;
    - Um representante da Associação de Moradores de Ribamar;
    - Um representante do CNE - Clube Naval da Ericeira;
    - Um representante da AHRESP - Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal;
    - Um representante do setor de hotelaria;
    - Um representante da Associação de Escolas de Surf local;
    - Um representante do ICEA – Instituto de Cultura Europeia e Atlântica.
  - De acordo com a especificidade das matérias a discutir no CA, pode o Presidente deliberar a integração, por convite, de representantes de outras entidades ou personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise.


Conselho Alargado (CA)
Presidente CMM - Presidente do CA
Vereador Turismo CMM
Serviços Turismo CMM
Serviços Ambiente CMM
ESC
AABC
SOS
JF Carvoeira
JF Encarnação
JF Ericeira
JF Sto Isidoro
GIATUL
Unidade Saúde Local
Autoridade Marítima Nacional
Forças de Segurança
AdTA
APA
ABAE
APPER
Assoc. Moradores Ribamar
Clube Naval da Ericeira
AHRESP
Sector Hoteleiro
Assoc. Escolas Surf Local
ICEA

COMPETÊNCIAS:

- Do **Conselho Restrito (CR):**

Compete ao CR, em geral, a salvaguarda dos interesses específicos da RMSE, tendo por base as medidas contidas nos instrumentos de gestão, assim como as normas legais e regulamentares em vigor.

  - Compete, em especial, ao **Presidente do CR**:
    - Representar a RMSE;
    - Submeter anualmente ao CA um relatório sobre o estado da RMSE;
    - Enviar ao CA todos os documentos por si produzidos e que se julguem relevantes para a sustentabilidade da RMSE.
  - Compete, em especial, ao **Conselho Restrito (CR):**
    - Preparar planos, programas e projetos de gestão e valorização da RMSE, submetendo-os à apreciação do CA;
    - Contribuir para a preservação do equilíbrio ecológico num contexto de valorização da paisagem, garante da sustentabilidade da RMSE;
    - Promover a divulgação do património paisagístico e cultural da RMSE;
    - Contribuir para a consolidação de uma visão estratégica para aumentar a dignificação da RMSE, no contexto nacional e internacional;
    - Elaborar propostas de pareceres sobre atos ou atividades condicionados na RMSE, tendo em atenção o plano de ordenamento, submetendo-os à apreciação do CA;
    - Propor a criação de grupos de trabalho setoriais para estudar matérias específicas relacionadas com a RMSE.

- Do **Conselho Alargado (CA):**
  - Compete ao **Presidente do CA**:
    - Representar o CA e presidir aos seus trabalhos;
    - Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
    - Dirigir os trabalhos e manter a disciplina nas reuniões;
    - Assegurar o envio de propostas, pareceres e recomendações emitidas pelo CA para os respetivos destinatários;
    - Dirigir os convites às entidades para designarem e substituírem os seus representantes no CA;
    - Assegurar, através de um secretariado, a elaboração das atas das reuniões.
  - Compete **ao Conselho Alargado (CA)**, em geral, a apreciação das atividades desenvolvidas na RMSE e, em especial:
    - Promover o diálogo e a concertação entre os diversos agentes relacionados com a RMSE;
    - Pronunciar-se sobre as políticas de gestão da RMSE, bem como sobre a sua execução;
    - Pronunciar-se sobre as propostas de planos e programas setoriais de âmbito municipal e, em geral, sobre as propostas que o CR, a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal entenda submeter-lhe;
    - Elaborar ou apreciar os relatórios científicos e culturais sobre o estado da RMSE;

- Elaborar estudos, bem como apresentar propostas ou recomendações, ao CR, à Câmara Municipal ou à Assembleia Municipal, no que diz respeito à valorização da RMSE;
- Acompanhar a elaboração e/ou a atualização dos documentos estratégicos, suscetíveis de garantir a adequada sensibilização da comunidade para as boas práticas ambientais na área da RMSE.

PLANO DE AÇÃO

ENQUADRAMENTO

METODOLOGIA ADOPTADA

Foram definidos **6 objetivos** para uma gestão sustentável da RMSE.

Para cada objetivo, foram identificadas pelos parceiros as ameaças à sua prossecução.

Em função das **22 ameaças**, foram definidas **25 estratégias** para as debelar e/ou erradicar.

Cada estratégia conduz a **medidas** (**45**) que se materializam em **ações** (**95**).

No "**Anexo A – Modelo Conceptual e Tabelas de Planeamento**", apresenta-se o modelo conceptual (gráfico) do plano de ação e as tabelas onde são aditadas as datas de execução das ações bem como os executores das mesmas.

REVISÃO DO PLANO

Pretende-se que o presente plano seja dinâmico e que a atualização de objetivos alcançados e ações realizadas seja feita nas reuniões do Conselho Restrito (CR) e presentes anualmente ao Conselho Alargado (CA), acompanhado do calendário de ações para o ano em questão.

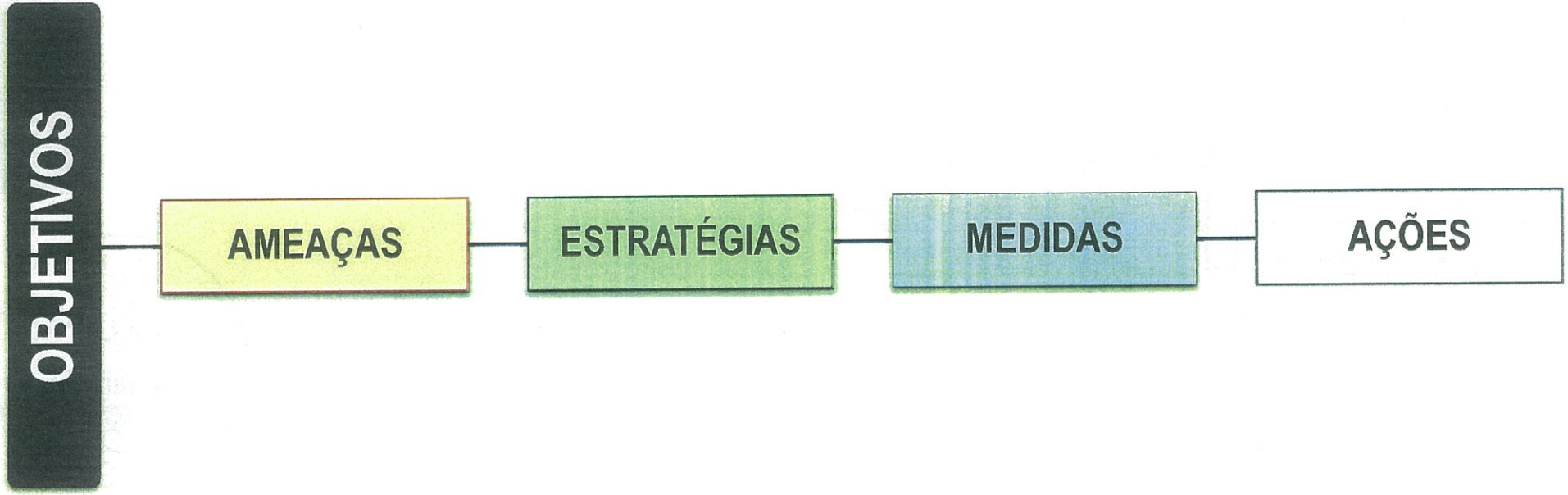
ANEXO A

MODELO CONCEPTUAL E TABELAS DE PLANEAMENTO

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

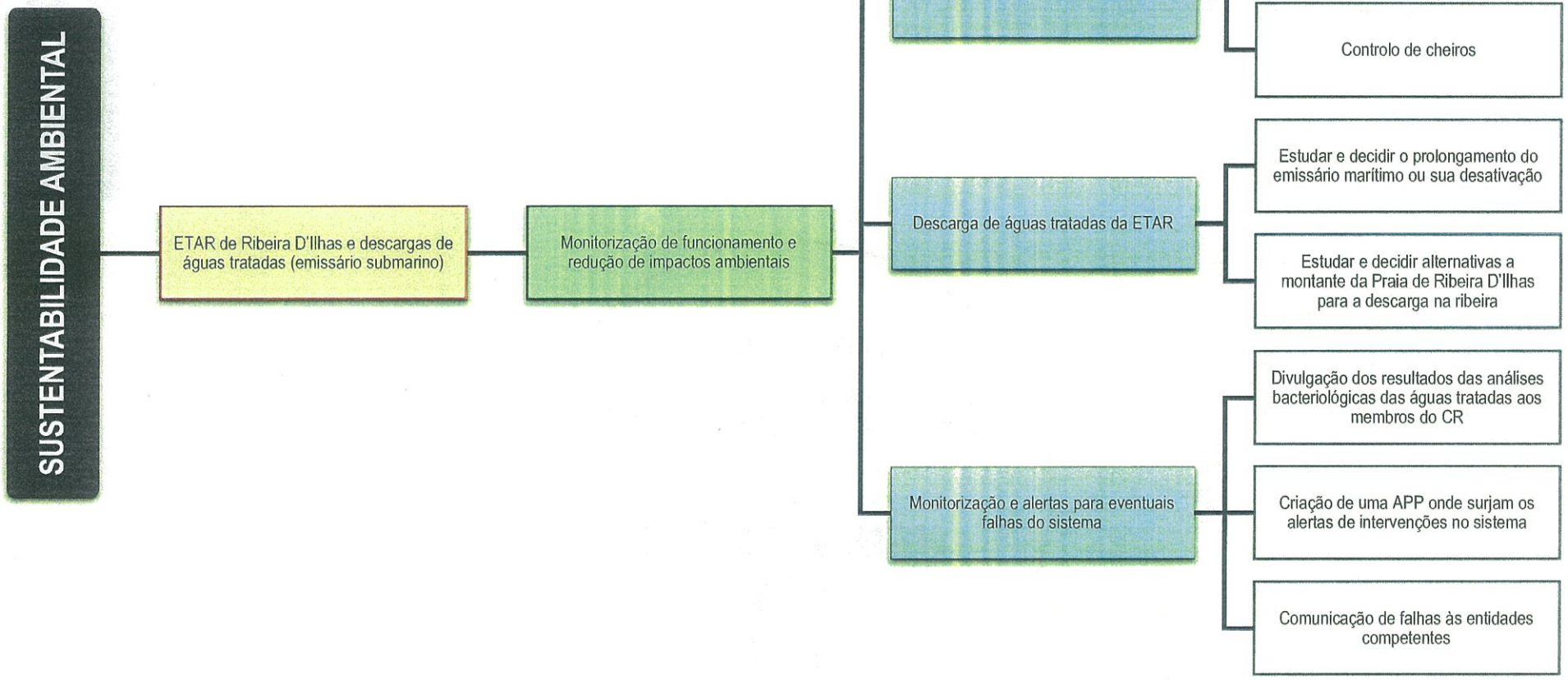
PLANO AÇÃO

MODELO CONCEPTUAL



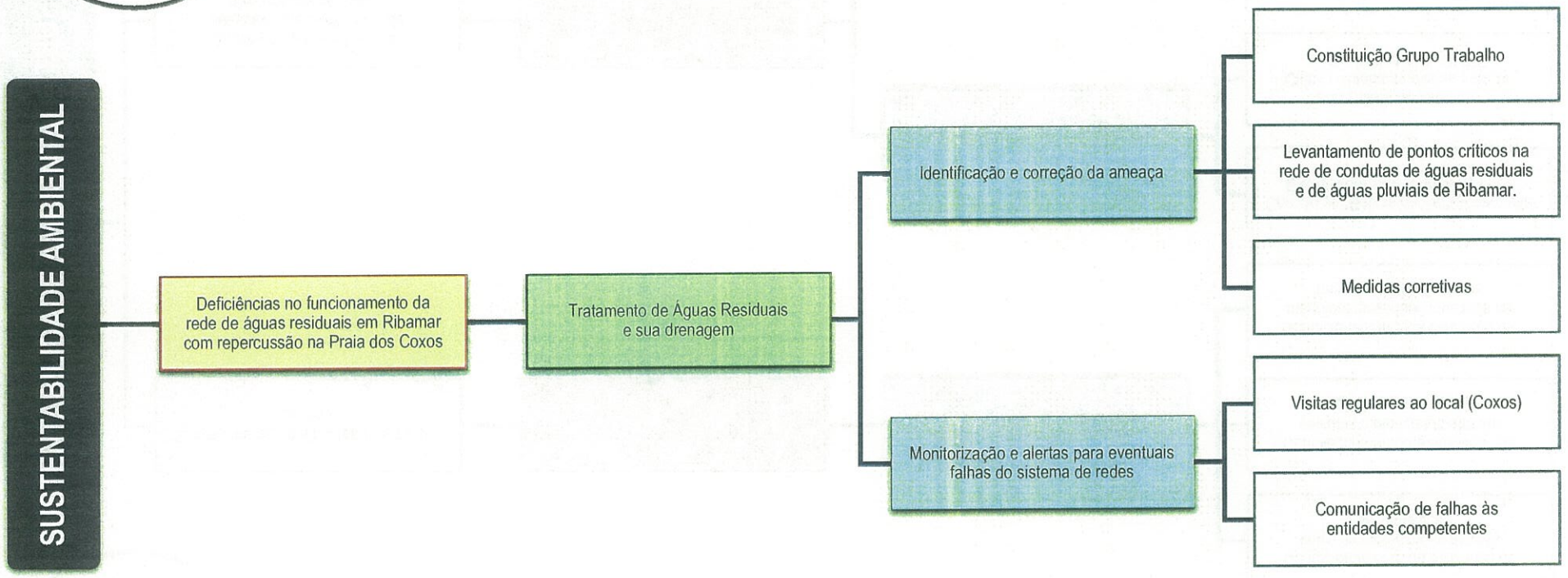
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 1



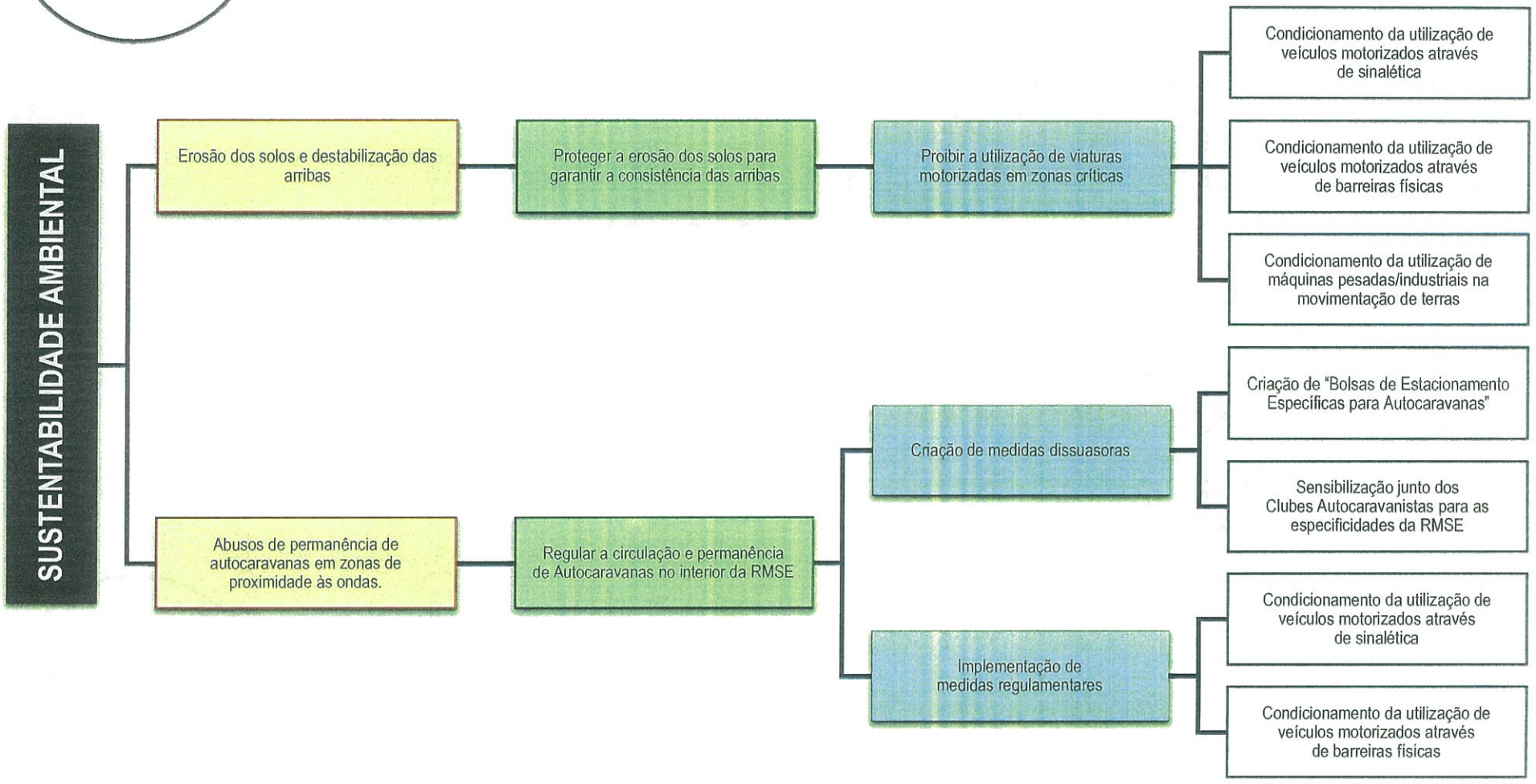
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 1



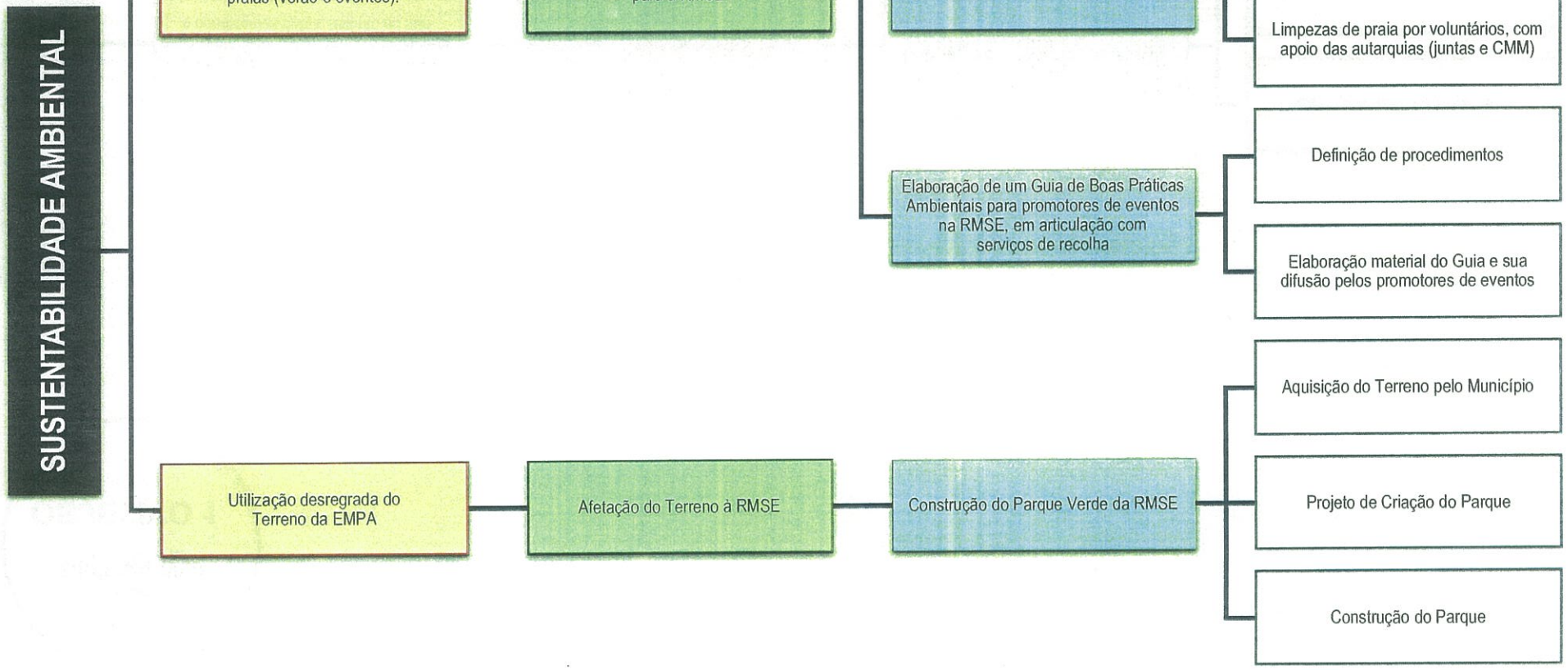
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 1



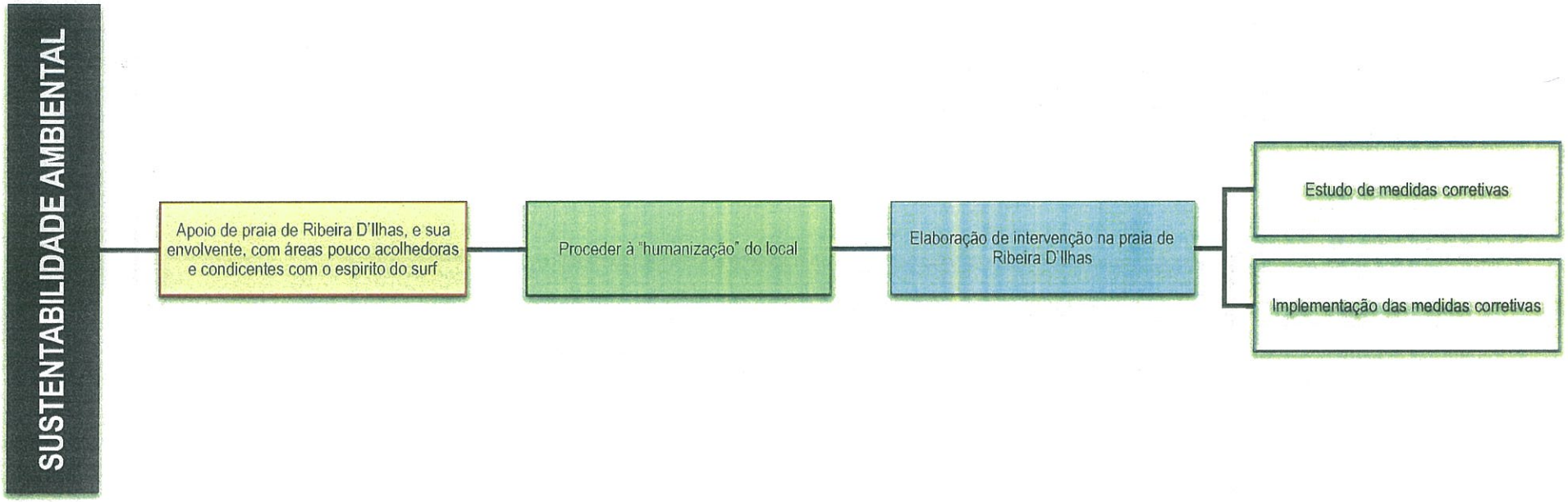
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 1



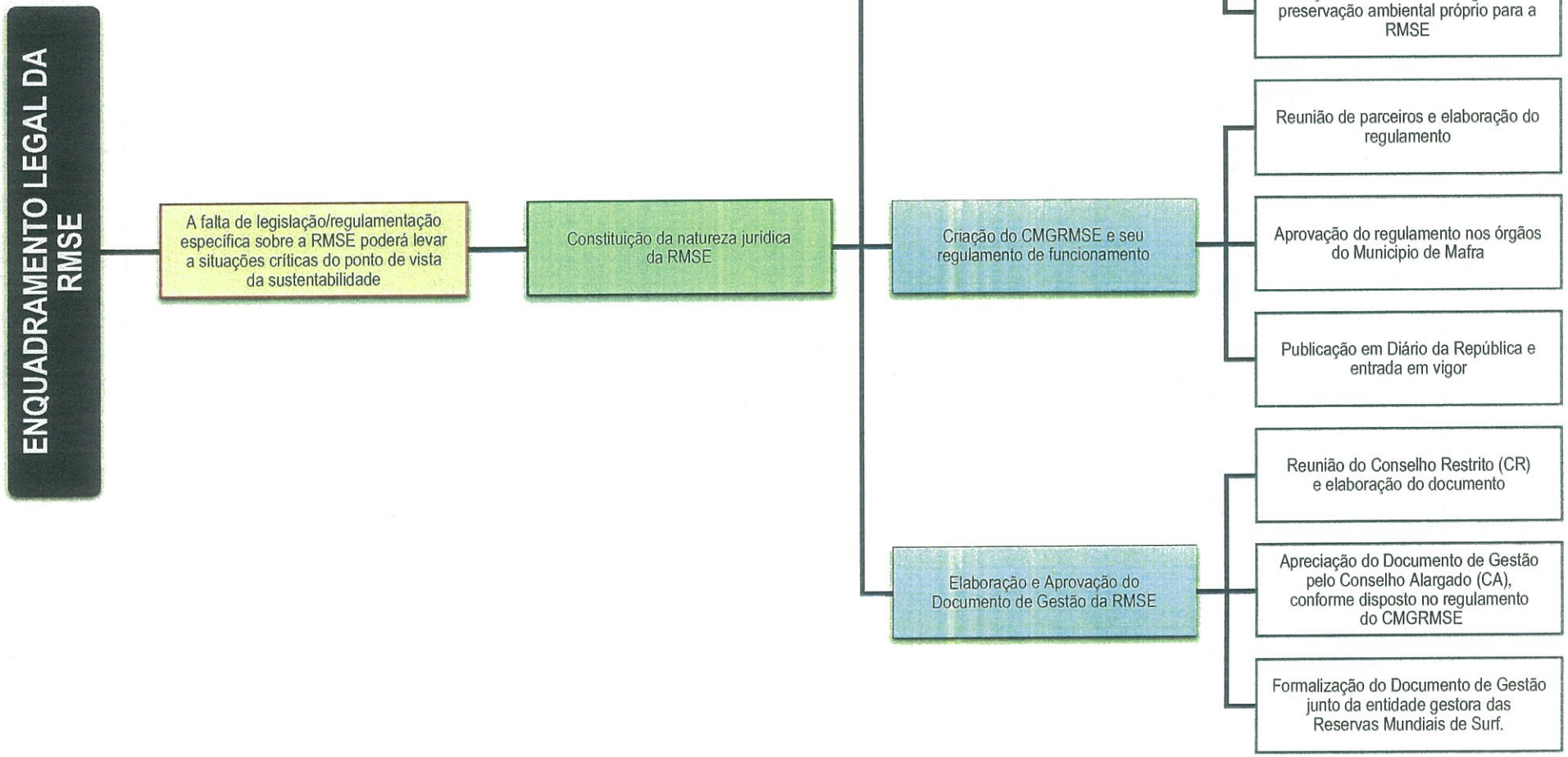
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 1



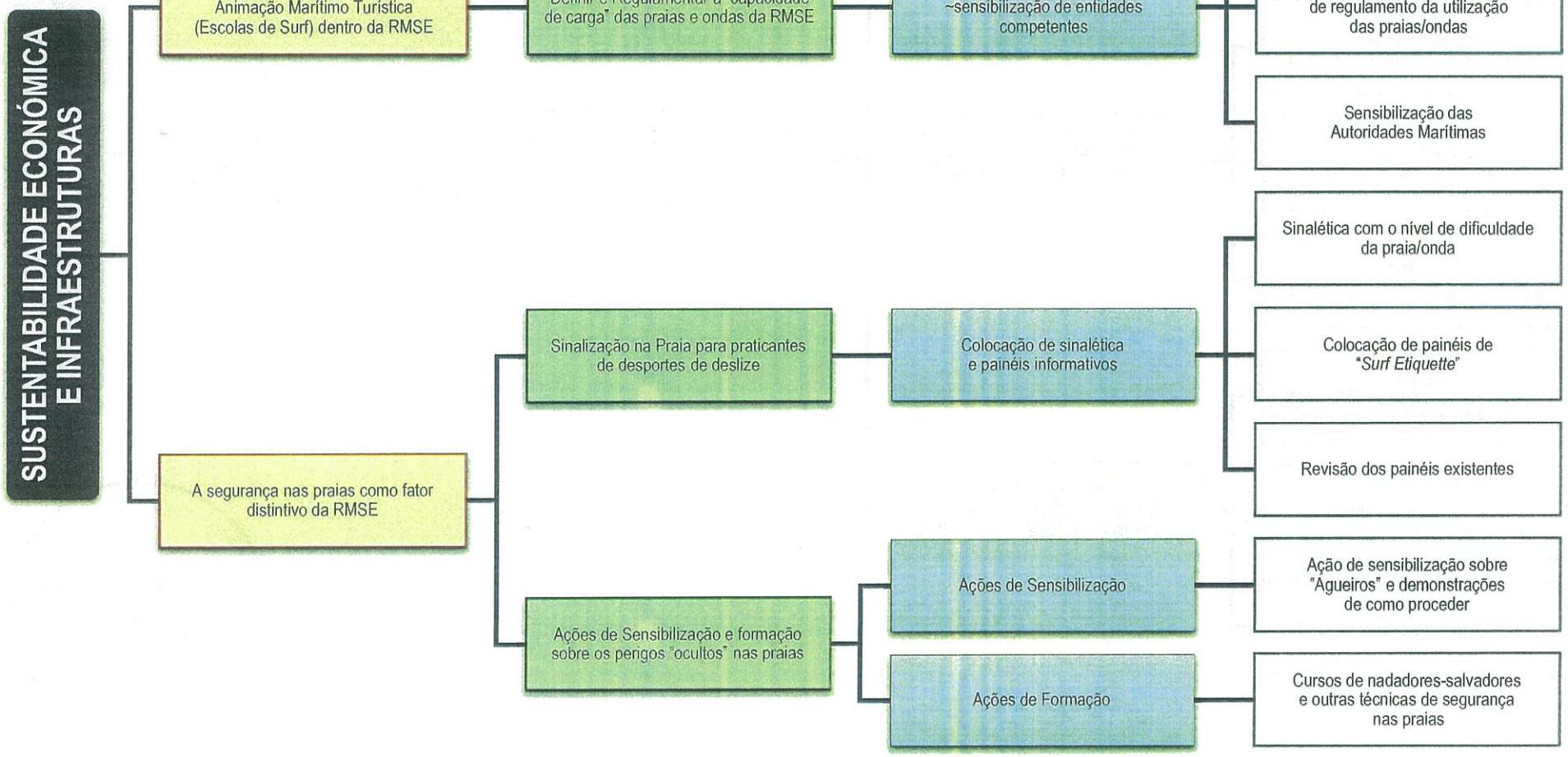
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 2



ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

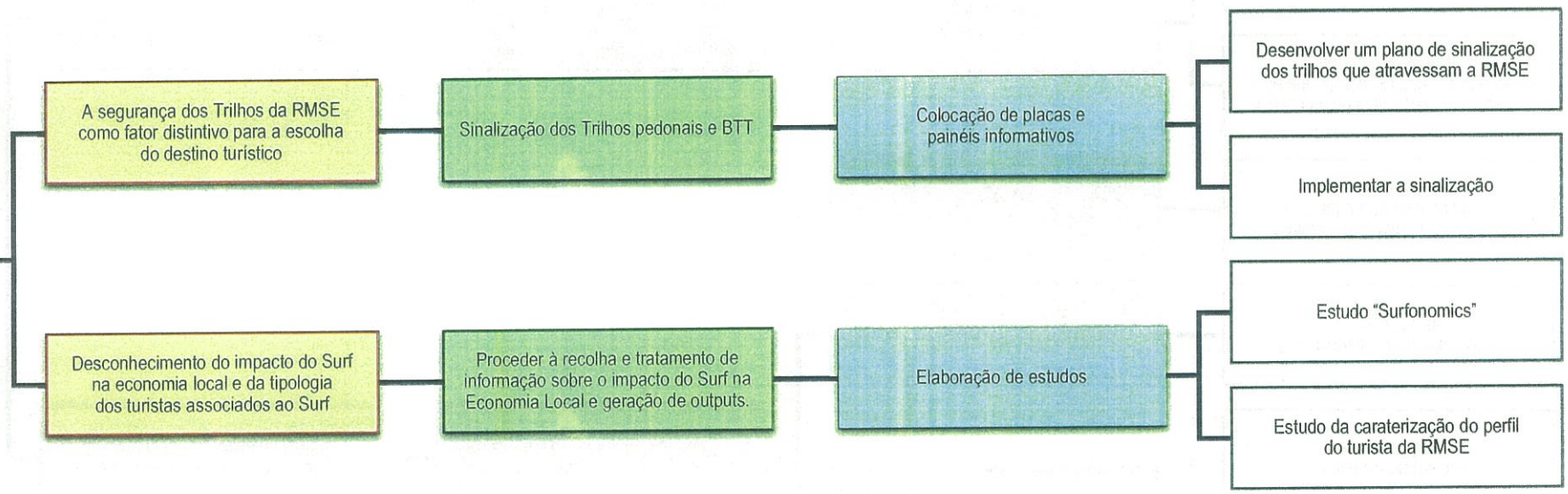
OBJETIVO 3



ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 3

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E INFRAESTRUTURAS



ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

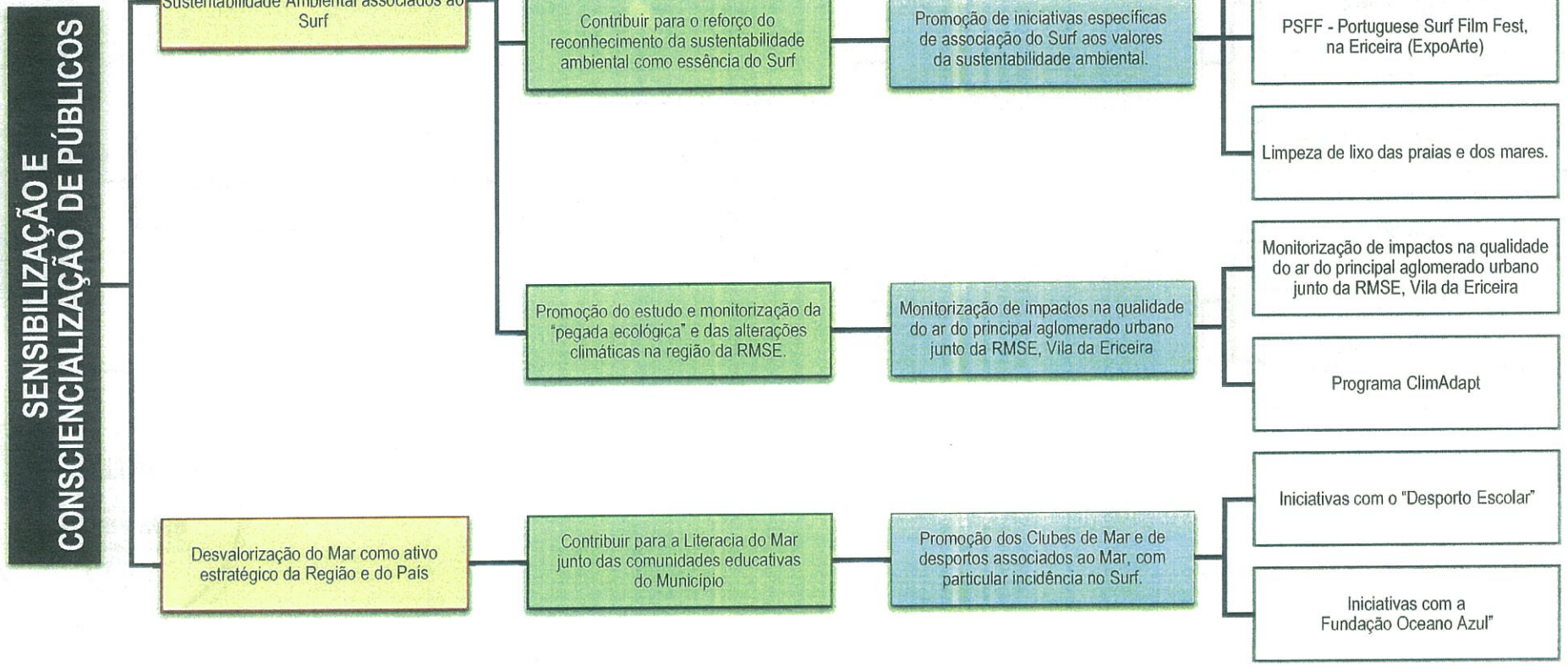
OBJETIVO 4

IDENTIDADE E CULTURA LOCAL

- Perda da História e Identidade cultural da comunidade surfista na RMSE
  - Criação de suportes físicos e digitais que perpetuem a memória do Surf na RMSE
    - Centro de Interpretação da RMSE
      - Atualização de conteúdos do acervo multimédia
    - Promoção da realização de filmes envolvendo a RMSE (documentários, promocionais, etc)
      - Filme sobre os Fundos Marinhos da RMSE
      - Desenvolver outros filmes ~sobre a RMSE
    - Estudos Técnicos sobre RMSE
      - Desenvolver estudos técnicos sobre a RMSE
    - História do "Surfing" na Ericeira, em Ribeira D'Ilhas
      - Perpetuar a memória dos campeões de Ribeira D'Ilhas e de outros momentos marcantes
- Entradas da RMSE e rotunda do Surfista com "peça de arte" em plástico e degradada
  - As entradas da RMSE deverão ser assinaladas e a Rotunda do Surfista deverá ser requalificada e substituída a peça de arte existente
    - Concurso de ideias ou proposta de artista local.
      - Concurso de ideias para nova peça de arte alusiva a RMSE a colocar na rotunda surfista
      - Desenvolver estudo para 2 pórticos gigantes/totens a colocar na estrada ER 247, nas entradas da RMS
- Descaracterização dos aglomerados urbanos da Ericeira e Ribamar e perda de referências arquitetónicas destas zonas
  - Afirmar os valores patrimoniais e promoção identidade urbana local
    - Requalificação Urbana
      - Programa MafraRequalifica
      - Combate ao abandono de prédios/prédios degradados e em ruínas

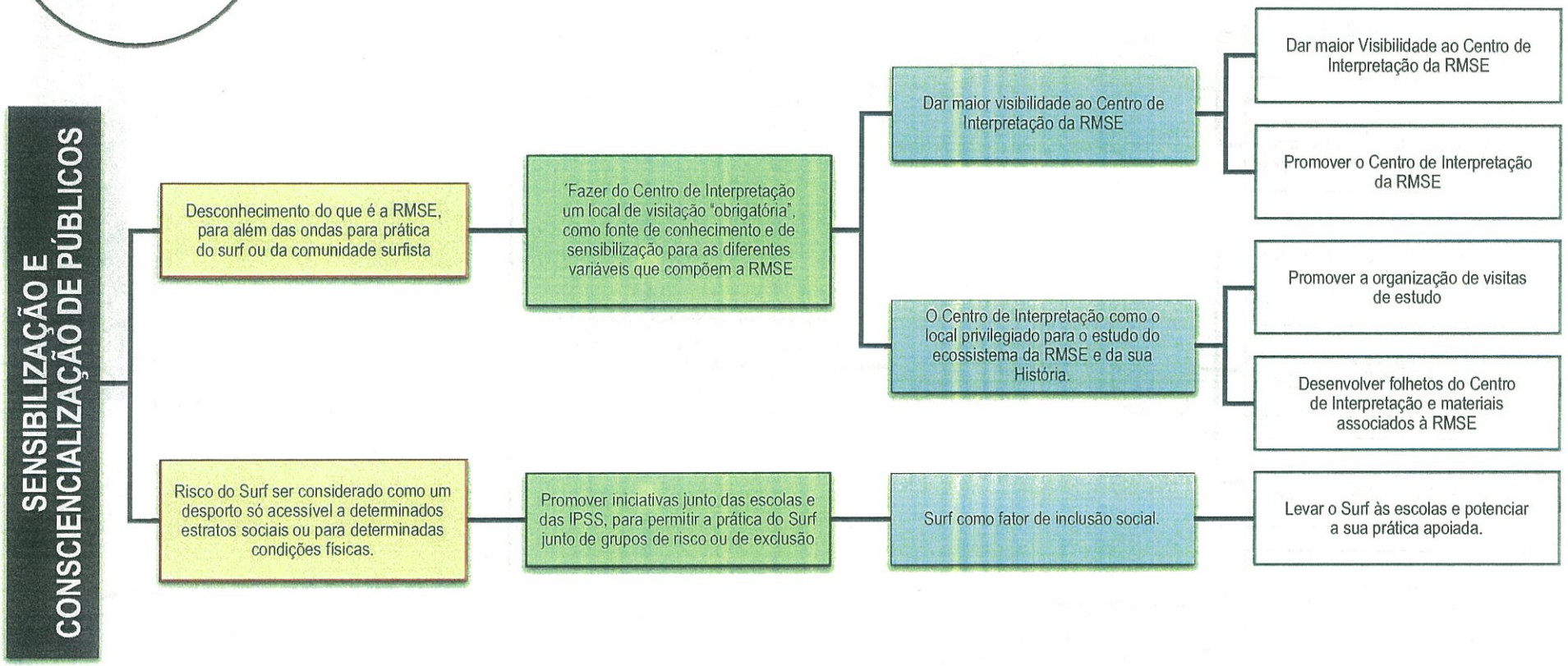
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 5



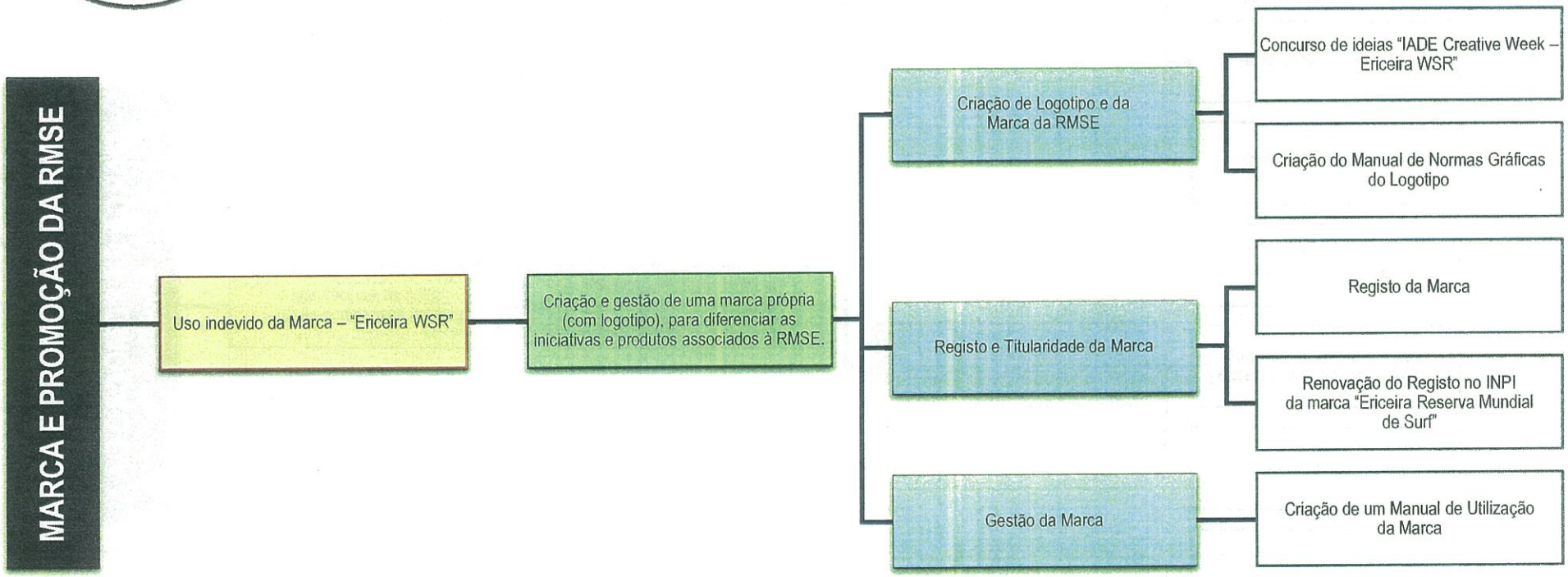
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 5



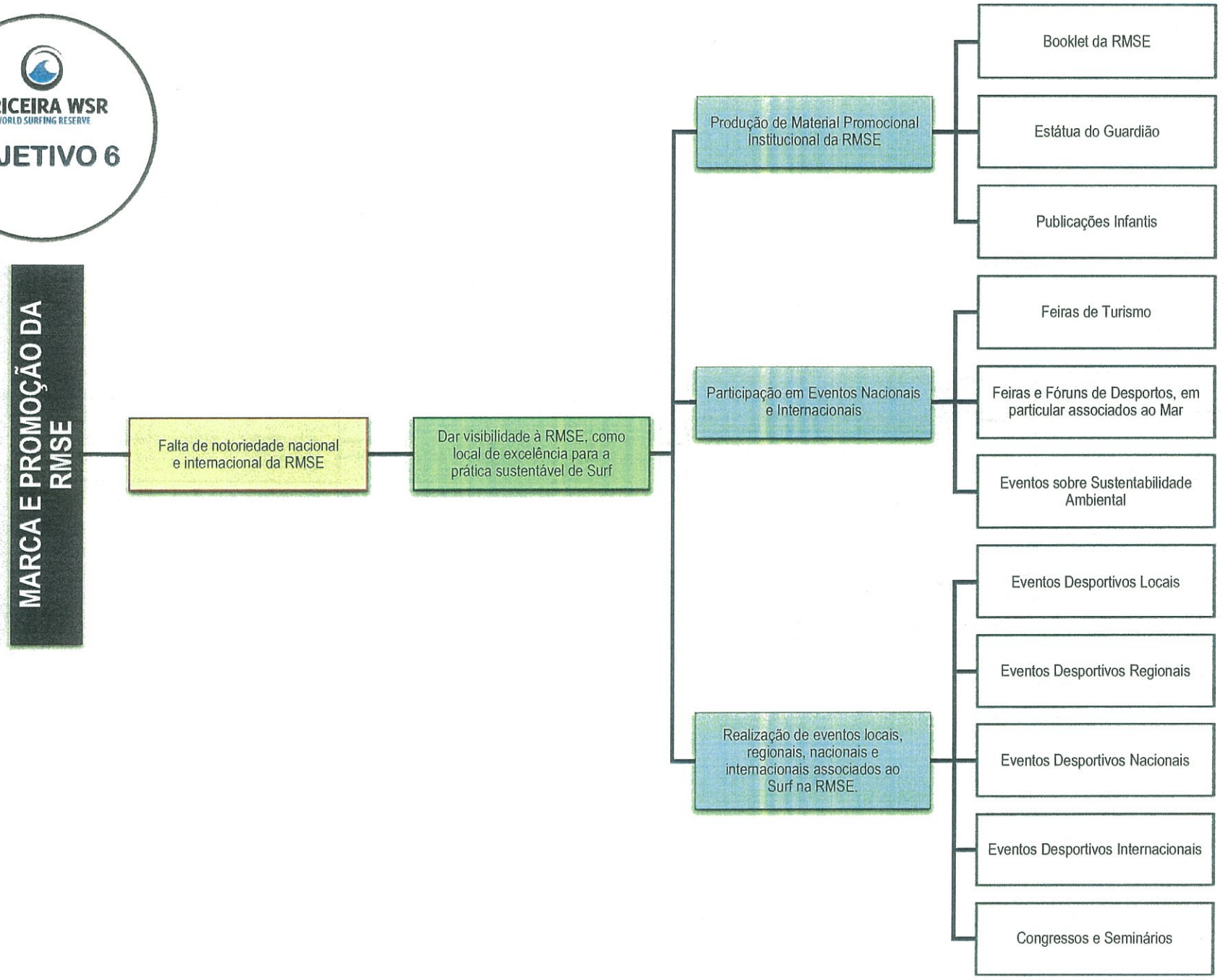
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 6



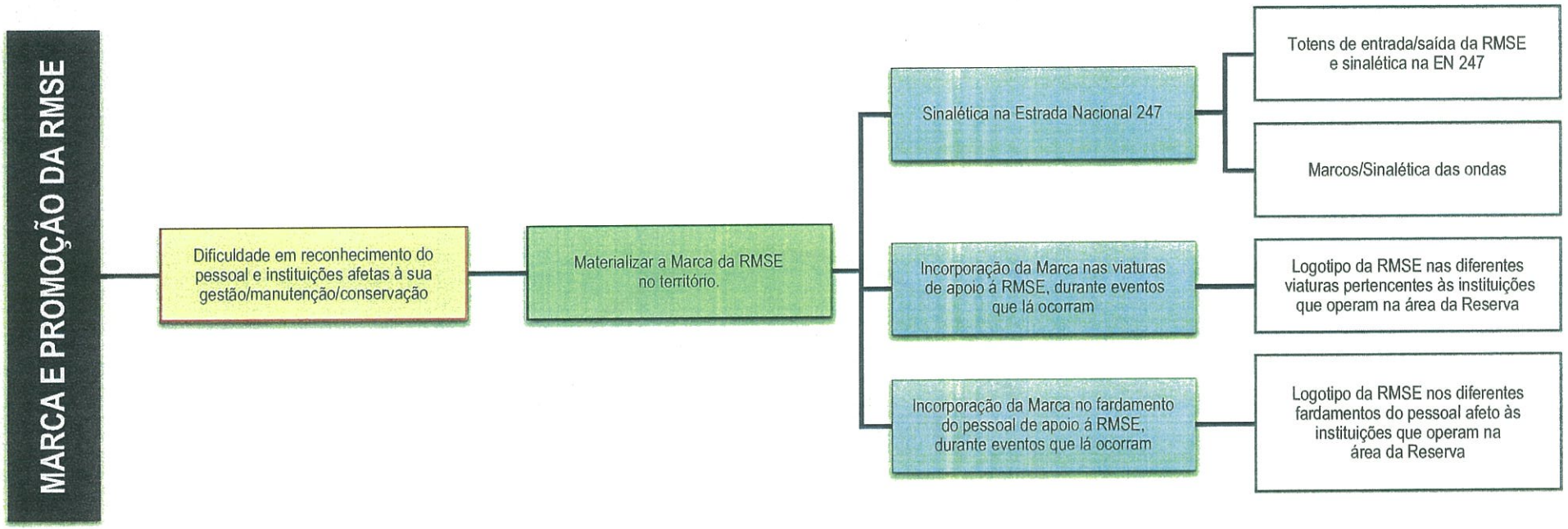
ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 6



ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 6



ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

PLANO AÇÃO

TABELAS DE PLANEAMENTO

× AMEAÇA

✓ ESTRATÉGIA

MEDIDA

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1					
2					

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 1

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

× **AMEAÇA 1: ETAR de Ribeira D'Ilhas e descargas de águas tratadas (emissário submarino)**

✓ **ESTRATÉGIA:** Monitorização de funcionamento e redução de impactos ambientais

MEDIDA 1 – Funcionamento da ETAR

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Controlo de funcionamento dos equipamentos e sua capacidade	AdTA executa a exploração e manutenção da ETAR	AdTA	Perm	
2	Controlo de cheiros	AdTA desenvolve estudo para minimizar os Odores na zona da ETAR	AdTA	Jun.2019	

MEDIDA 2 – Descarga de águas tratadas da ETAR

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Estudar e decidir o prolongamento do emissário marítimo ou sua desativação	AdTA realiza estudo e apresenta para decisão de opção final	AdTA	Dez.2018	
2	Estudar e decidir alternativas a montante da Praia de Ribeira D'Ilhas para a descarga na Ribeira	AdTA realiza estudo e apresenta para decisão de opção final	AdTA	Dez.2018	

MEDIDA 3 – Monitorização e alertas para eventuais falhas do sistema

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Divulgação dos resultados das análises bacteriológicas das águas tratadas aos CR RMSE	AdTA envia periodicamente as analises à CMM e esta difunde pelo CRGRMSE	AdTA; CR RMSE	Perm	
2	Criação de uma APP onde surjam os alertas de intervenções no sistema	AdTA desenvolve a App	AdTA; CR RMSE	Dez.2018	
3	Comunicação de falhas às entidades competentes	AdTA envia à CMM as falhas e esta difunde pelo CR RMSE	AdTA; CR RMSE	Perm	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 1

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

× **AMEAÇA 2: Deficiências no funcionamento da rede de águas residuais em Ribamar com repercussão na Praia dos Coxos**

✓ **ESTRATÉGIA:** Tratamento de águas residuais e sua drenagem

MEDIDA 1 – Identificação e correção da ameaça

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Constituição Grupo Trabalho	Membros do CR e do CA.	CMM; ESC; AABC; AdTA; BeWater	Fev.2018	Deslocação ao terreno para monitorização
2	Levantamento de pontos críticos na rede de condutas de águas residuais e de águas pluviais de Ribamar.	Visita aos locais críticos e utilização de equipamentos (robot) da BeWater, com acompanhamento técnico da CMM	CMM; BeWater	Fev.2018	Foram encontradas ligações irregulares de esgotos aos coletores de águas pluviais
3	Medidas corretivas	Realização de obras de reencaminhamento de esgotos particulares para a rede correta.	CMM; BeWater	Jun.2018	

MEDIDA 2 – Monitorização e alertas para eventuais falhas do sistema de redes

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Visitas regulares ao local (Coxos)	Plano de visitas	CMM; ESC; AABC; AdTA; BeWater	Perm	
2	Comunicação de falhas às entidades competentes	Via CMM para AdTA	CR e CA RMSE	Perm	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 1

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

× **AMEAÇA 3: Erosão dos solos e destabilização das arribas**

✓ **ESTRATÉGIA:** Proteger a erosão dos solos para garantir a consistência das arribas

MEDIDA – Proibir a utilização de viaturas motorizadas em zonas críticas

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Condicionamento da utilização de veículos motorizados através de sinalética	Colocação de sinalética	CMM; CR RMSE	Jun.2018	
2	Condicionamento da utilização de veículos motorizados através de barreiras físicas	Colocação de pórticos	CMM; CR RMSE	Jun.2018	
3	Condicionamento da utilização de máquinas pesadas/industriais na movimentação de terras	Colocação de sinalética e fiscalização municipal de obras	CMM; CR RMSE	Jun.2018	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 1

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

× **AMEAÇA 4: Abusos de permanência de autocaravanas em zonas de proximidade às ondas**

✓ **ESTRATÉGIA:** Regular a circulação e permanência de autocaravanas no interior da RMSE

MEDIDA 1 – Criação de medidas dissuasoras

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Criação de "Bolsas de Estacionamento Específicas para Autocaravanas"	Criação de bolsas na região da Ericeira – Exemplos: junto bombas da BP e Foz do Lizandro.	CMM; Clube Autocaravanista Saloio	Jun.2019	
2	Sensibilização junto dos Clubes Autocaravanistas para as especificidades da RMSE	Produção de materiais de comunicação com "Boas Práticas" e locais de estacionamento	CMM; Clube Autocaravanista Saloio	Perm	

MEDIDA 2 – Implementação de medidas regulamentares

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Condicionamento da utilização de autocaravanas e similares através de sinalética	Colocação de sinalética	CMM	Jun.2018	
2	Condicionamento da utilização de autocaravanas e similares através de barreiras físicas	Colocação de pórticos: a) Identificação locais b) Conceção e colocação	a) CR RMSE b) CMM	Jun.2018	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 1

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

× **AMEAÇA 5: Lixo gerado em picos de utilização das praias (verão e eventos)**

✓ **ESTRATÉGIA:** Recolha de lixo com plano específico para a RMSE

MEDIDA 1 – Avaliação da necessidade de instalação de pontos de recolha adicionais e circuitos de recolha

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Levantamento dos pontos de recolha existentes e circuitos de recolha	Efetuar em articulação com as Juntas de Freguesia	CMM e JFs	Mai.2018	
2	Instalação de novos equipamentos de recolha em zonas de risco detetadas pelo levantamento da ação 1	Executar a instalação dos equipamentos que se julguem necessários	CMM e JFs	Jun.2018	

MEDIDA 2 – Limpezas do areal

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Limpezas mecanizadas em zonas com acesso de máquinas	Plano de Limpeza	CMM, JFs	Perm	
2	Limpezas de praia por voluntários, com apoio das autarquias (juntas e CMM)	Plano de Limpeza	CA RMSE	Perm	

MEDIDA 3 – Elaboração de um Guia de Boas Práticas Ambientais para promotores de eventos na RMSE, em articulação com serviços de recolha.

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Definição de procedimentos	Membros do CR desenvolvem proposta	CR RMSE	Nov.2018	
2	Elaboração material do Guia e sua difusão pelos promotores de eventos	CA analisa e aprova	CA, RMSE	Dez 2018	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 1

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

× **AMEAÇA 6: Utilização desregrada do Terreno da EMPA.**

✓ **ESTRATÉGIA:** Afetação do Terreno à RMSE

MEDIDA – Construção do Parque Verde da RMSE

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Aquisição do terreno pelo Município	Terreno para o Domínio Privado Municipal	CMM	2017	Executado
2	Projeto de criação do Parque	a) Elaboração do Estudo para o Parque b) Aprovação do Estudo	CMM; CR RMSE; CA, RMSE	Jun.2018	Em início de execução do Estudo prévio
3	Construção do Parque	Lançamento do concurso e execução da obra	CMM	2019/20	

× **AMEAÇA 7: Apoio de praia de Ribeira D'Ilhas, e sua envolvente, com áreas pouco acolhedoras e condicentes com o espirito do surf**

✓ **ESTRATÉGIA:** Proceder à "humanização" do local

MEDIDA – Elaboração de intervenção na praia de Ribeira D'Ilhas

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Estudo de medidas corretivas	A elaborar pelo CR RMSE, com apoio da equipa de projeto do Parque da EMPA	CR RMSE	Dez.2018	
2	Implementação das medidas corretivas	Tomar o usufruto da praia, e sua envolvente, mais acolhedor	CMM	Jun.2019	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 2

ENQUADRAMENTO LEGAL DA RMSE

× **AMEAÇA: A falta de legislação/regulamentação específica sobre a RMSE poderá levar a situações críticas do ponto de vista da sustentabilidade**

✓ **ESTRATÉGIA:** Definição da natureza jurídica da RMSE

MEDIDA 1 – Incorporação da RMSE em instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Contributos para POC – SOS + AABC	Envio de contributos para a APA	SOS + AABC	2017	Aguarda publicação do POC
2	Contributos para POC – CMM	Envio de contributos para a APA	CMM	Set.2017	Aguarda publicação do POC
3	Criação de instrumento de gestão e preservação ambiental próprio para a RMSE	Em função das diretivas do POC, avaliar e propor a implementação de uma área protegida, de acordo com tipologias do ICNF	CR RMSE	Dez.2018	

MEDIDA 2 – Criação do CMGRMSE e seu regulamento de funcionamento

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Reunião de parceiros e elaboração do regulamento	Reunião	Todos os parceiros	2016	Executado
2	Aprovação do regulamento pelos órgãos do Municipio de Mafra	Cumprimento dos formalismos legais para um regulamento municipal	CMM; Autoridade Marítima (AM)	2017	Executado
3	Publicação em Diário da República e entrada em vigor	Dar pública forma ao regulamento	CMM	2017	Executado

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 2

ENQUADRAMENTO LEGAL DA RMSE

× **AMEAÇA: A falta de legislação/regulamentação específica sobre a RMSE poderá levar a situações críticas do ponto de vista da sustentabilidade**

✓ **ESTRATÉGIA:** Definição da natureza jurídica da RMSE

MEDIDA 3 – Elaboração e aprovação do Documento de Gestão da RMSE

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Reunião do Conselho Restrito (CR) e elaboração do documento	Recolha de contributos dos membros do CR RMSE e elaboração da proposta pela CMM	CR RMSE	Fev.2018	Realizado
2	Apreciação do Documento de Gestão pelo Conselho Alargado (CA), conforme disposto no regulamento do CMGRMSE	Envio do documento aprovado em CR ao CA para a sua apreciação	CA RMSE	Abr.2018	Em curso
3	Formalização do Documento de Gestão junto da entidade gestora das Reservas Mundiais de Surf.	Envio do Documento de Gestão, com parecer do CA para a "Save The Waves"	CR RMSE	Mai.2018	Em curso

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 3

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E INFRAESTRUTURAS

× **AMEAÇA 1: Excesso de operadores de animação marítimo turística (Escolas de Surf) dentro da RMSE**

✓ **ESTRATÉGIA:** Definir e regulamentar a "capacidade de carga" das praias e ondas da RMSE

MEDIDA – Elaboração de estudo para sensibilização de entidades competentes

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Estudo da capacidade de carga	Elaboração de estudo	CR RMSR (SOS; AABC; ESC)	Mar.2019	
2	Apresentação e implementação de projeto de regulamento da utilização das praias/ondas	Proposta de Regulamento, com base em estudo da ação 1	CR RMSR, AM	Jun.2019	
3	Sensibilização das Autoridades Marítimas	Regulamento como resposta à necessidade disciplinar a utilização das praias/ondas pelas empresas Marítimo Turísticas	CA RMSE	Jun.2019	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 3

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E INFRAESTRUTURAS

× **AMEAÇA 2: A segurança nas praias como fator distintivo da RMSE**

✓ **ESTRATÉGIA 1:** Sinalização na praia para praticantes de desportes de deslize

MEDIDA – Colocação de sinalética e painéis informativos

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Sinalética com o nível de dificuldade da praia/onda	Plano de sinalização	AABC, ESC e SOS	2017	Executado
2	Colocação de painéis de "*Surf Etiquette*"	Promoção das boas práticas dentro das normas da comunidade surfista	CMM; CR RMSE	2018	
3	Revisão dos painéis existentes	Avaliar os painéis existentes e colocação de placas informativas (Grau dificuldade e do ecossistema natural)	CMM; CR RMSE	Jun.2018	

× **AMEAÇA 2: A segurança nas praias como fator distintivo da RMSE**

✓ **ESTRATÉGIA 2:** Ações de sensibilização e formação sobre os perigos "ocultos" nas praias.

MEDIDA 1 – Ações de sensibilização

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Ação de sensibilização sobre agueiros e demonstrações de como proceder	Programa "DESAfogar" do Instituto Hidrográfico (IH) e Instituto Socorros a Náufragos (ISN)	IH + ISN + Parceiros do projeto; CMM;	2018-20	

MEDIDA 2 – Ações de Formação

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Cursos de nadadores-salvadores e outras técnicas de segurança nas praias	Ações de formação	Predominante Azul; B.V.Ericeira; CMM	Perm	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 3

SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E INFRAESTRUTURAS

× **AMEAÇA 3: A segurança dos trilhos da RMSE como fator distintivo para a escolha do destino turístico**

✓ **ESTRATÉGIA:** Sinalização dos trilhos pedonais e BTT

MEDIDA – Colocação de placas e painéis informativos

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Desenvolver um plano de sinalização dos trilhos que atravessam a RMSE	Elaborar estudo com apoio das Federações respetivas	CR RMSE	2019/20	
2	Implementar a sinalização	Colocar no terreno a sinalização	CR RMSE	2019/20	

× **AMEAÇA 4: Desconhecimento do impacto do surf na economia local e da tipologia dos turistas associados ao surf**

✓ **ESTRATÉGIA:** Proceder à recolha e tratamento de informação sobre o impacto do surf na economia local e geração de outputs

MEDIDA – Elaboração de estudos

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Estudo "Surfonomics"	A elaborar com apoio da SOS	CR RMSE	Dez.2020	
2	Estudo da caraterização do perfil do turista da RMSE	Estudo com características académicas (Tese ou Dissertação)	CMM e CA RMSE	Perm	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO
4

IDENTIDADE E CULTURA LOCAL

× **AMEAÇA 1: Perda da história e identidade cultural da comunidade surfista na RMSE**

✓ **ESTRATÉGIA:** Criação de suportes físicos e digitais que perpetuem a memória do surf na RMSE

MEDIDA 1 – Centro de Interpretação da RMSE

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Atualização de conteúdos do acervo multimédia	Manter atualizado o Centro de Interpretação da RMSE	CMM e CA RMSE	Perm	

MEDIDA 2 – Promoção da realização de filmes envolvendo a RMSE (documentários, promocionais, etc).

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Filme sobre os Fundos Marinhos da RMSE	Protocolo entre ICEA e a FC UL	ICEA	2017	Executado
2	Desenvolver outros filmes sobre a RMSE	A definir em função das propostas	A definir	Perm	

MEDIDA 3 – Estudos técnicos sobre RMSE.

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Desenvolver estudos técnicos sobre a RMSE	A definir em função das propostas	A definir	Perm	

MEDIDA 4 – História do "surfing" na Ericeira, em Ribeira D'Ilhas.

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Perpetuar a memória dos campeões de Ribeira D'Ilhas e de outros momentos marcantes.	Colocação de painéis alusivos – Campeões e momentos marcantes, no edifício de Ribeira D'Ilhas. Em articulação com estratégia à ameaça 7, objetivo1	ESC e CMM	2018	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 4

IDENTIDADE E CULTURA LOCAL

× **AMEAÇA 2: Entradas da RMSE e rotunda do surfista (com "peça de arte" em plástico e degradada).**

✓ **ESTRATÉGIA:** As entradas da RMSE deverão ser assinaladas e a rotunda do surfista deverá ser requalificada e substituída a peça de arte existente.

MEDIDA – Concurso de ideias ou proposta de artista local

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Concurso de ideias para nova peça de arte alusiva a RMSE a colocar na rotunda do surfista	Lançar concurso de ideias	CR RMSE	Dez 2018	
2	Desenvolver estudo para 2 pórticos gigantes/totens a colocar na estrada ER 247, nas entradas da RMSE	Lançar concurso de ideias	CR RMSE	Dez 2018	

× **AMEAÇA 3: Descaracterização dos aglomerados urbanos da Ericeira e Ribamar e perda de referências arquitetónicas destas zonas..**

✓ **ESTRATÉGIA:** Afirmar os valores patrimoniais e promoção identidade urbana local

MEDIDA – Requalificação Urbana

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Programa MafraRequalifica	Programa de incentivos à requalificação de património arquitetónico privado.	CMM	Perm	Em execução
2	Combate ao abandono de prédios/prédios degradados e em ruínas	Penalização no IMI	CMM	Perm	Em execução

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE

OBJETIVO 5

SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DE PÚBLICOS

× **AMEAÇA 1: Perda da transmissão dos valores da sustentabilidade ambiental associados ao surf**

✓ **ESTRATÉGIA 1:** Promoção de atividades de sensibilização ambiental..

MEDIDA 1 – Atividades junto da comunidade educativa do Município

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Acão de sensibilização nas escolas sobre a RMSE	Programa RMSE	CMM, Agrupamentos de Escolas	Perm	

MEDIDA 2 – Iniciativas com associações ambientalistas na orla costeira.

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Programa anual das Bandeiras Azuis	Atividades integradas na atribuição das "Bandeiras Azuis"	CMM, ABAE	Perm	
2	Limpeza e monitorização do lixo marítimo	Programa CoastWatch (GEOTA)	CMM, GEOTA	2019	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 5

SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DE PÚBLICOS

× **AMEAÇA 1: Perda da transmissão dos valores da sustentabilidade ambiental associados ao surf**

✓ **ESTRATÉGIA 2:** Contribuir para o reforço do reconhecimento da sustentabilidade ambiental como essência do surf

MEDIDA – Promoção de iniciativas específicas de associação do surf aos valores da sustentabilidade ambiental

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	PSFF - Portuguese Surf Film Fest, na Ericeira	Apoio e inclusão no "PSFF", da categoria de filmes de promoção da sustentabilidade, bem como, de uma seleção de filmes em parceria com a "Save The Waves"	CMM, PSFF	Anual	
2	PSFF - Portuguese Surf Film Fest, na Ericeira	Exposição de Surf Art	Comunidade Surfista; CRRMSE	Anual	
3	Limpeza de lixo das praias e dos mares.	Iniciativas com a "Skeleton Sea",	CR RMSE, Skeleton Sea	Perm	

× **AMEAÇA 1: Perda da transmissão dos valores da sustentabilidade ambiental associados ao surf**

✓ **ESTRATÉGIA 3:** Promoção do estudo e monitorização da "pegada ecológica" e das alterações climáticas na região da RMSE.

MEDIDA – Monitorização de impactos na qualidade do ar do principal aglomerado urbano junto da RMSE, Vila da Ericeira.

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Monitorização de impactos na qualidade do ar do principal aglomerado urbano junto da RMSE, Vila da Ericeira	Laboratório Vivo para a Descarbonização no Parque de Santa Marta	CMM	2019	
2	Programa ClimAdapt	Colocação de central meteorológica no Parque Verde da RMSE	CMM	2020	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO
5

SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DE PÚBLICOS

× **AMEAÇA 2: Desvalorização do mar como ativo estratégico da região e do país**

✓ **ESTRATÉGIA:** Contribuir para a literacia do mar junto das comunidades educativas do Município

MEDIDA – Promoção dos Clubes de Mar e de desportos associados ao mar, com particular incidência no surf

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Iniciativas com o "Desporto Escolar"	Desenvolver ações da RMSE no âmbito do Desporto Escolar	CMM, CR RMSE	2019	
2	Iniciativas com a "Fundação Oceano Azul"	Desenvolver ações da RMSE no âmbito da Fundação Oceano Azul	CMM, CR RMSE	2019	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO
5

SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DE PÚBLICOS

× **AMEAÇA 3: Desconhecimento do que é a RMSE, para além das ondas para prática do surf ou da comunidade surfista**

✓ **ESTRATÉGIA:** Fazer do Centro de Interpretação da RMSE um local de visitação "obrigatória", como fonte de conhecimento e de sensibilização para as diferentes variáveis que compõem a RMSE

MEDIDA 1 – Dar maior visibilidade ao Centro de Interpretação da RMSE

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Dar maior Visibilidade ao Centro de Interpretação da RMSE	Colocação de sinalética na Vila da Ericeira alusiva ao Centro de Interpretação	CMM e CR RMSE	Jun.2018	
2	Promover o Centro de Interpretação da RMSE	Desenvolver campanhas e recursos digitais que promovam o Centro de Interpretação	CMM e CR RMSE	Perm	

MEDIDA 2 – O Centro de Interpretação como o local privilegiado para o estudo do ecossistema da RMSE e da sua História

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Promover a organização de visitas de estudo	Envolver professores e surfistas, para as escolas do município e do país.	CA RMSE	Perm	
2	Desenvolver folhetos do Centro de Interpretação e materiais associados à RMSE	Para integração em atividades de Clubes Escolares	CA RMSE	Perm	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO
5

SENSIBILIZAÇÃO E CONSCIENCIALIZAÇÃO DE PÚBLICOS

× **AMEAÇA 4: Risco do surf ser considerado como um desporto só acessível a determinados estratos sociais ou para determinadas condições físicas**

✓ **ESTRATÉGIA:** Promover iniciativas junto das escolas e das IPSS, para permitir a prática do surf junto de grupos de risco ou de exclusão

MEDIDA – Surf como fator de inclusão social

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Levar o surf às escolas e potenciar a sua prática apoiada.	Projeto Surf2Win – Integração social	ESC; CMM; Agrupamentos de Escolas	Perm.	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 6

MARCA E PROMOÇÃO DA RMSE

× **AMEAÇA 1: Uso indevido da Marca – "Ericeira WSR"**

✓ **ESTRATÉGIA:** Criação e gestão de uma marca própria (com logótipo), para diferenciar as iniciativas e produtos associados à RMSE

MEDIDA 1 – Criação de logotipo e da marca da RMSE

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Concurso de ideias "IADE Creative Week – Ericeira WSR"	Realizar um concurso de ideias	CMM e IADE	2012	Executado
2	Criação do Manual de Normas Gráficas do Logótipo	Elaborar o Manual de Normas	CR RMSE	2018	Em atualização

MEDIDA 2 – Registo e titularidade da marca

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Registo da marca	Registar a marca no INPI	CMM	2012	Executado
2	Renovação do registo no INPI da marca "Ericeira Reserva Mundial de Surf"	Renovar o registo junto do INPI	CR RMSE	Perm	

MEDIDA 3 – Gestão da marca

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Criação de um Manual de Utilização da Marca	Diferenciando a sua utilização por membros do CMGRMSE e entidades externas (singulares ou coletivas).	CR RMSE	Dez 2018	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 6

MARCA E PROMOÇÃO DA RMSE

× **AMEAÇA 2: Falta de notoriedade nacional e internacional da RMSE**

✓ **ESTRATÉGIA:** Dar visibilidade à RMSE, como local de excelência para a prática sustentável de surf

MEDIDA 1 – Produção de material promocional institucional da RMSE

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Booklet da RMSE	Papel/Digital; Português/Inglês	CMM, João Valente, SOS	2012	Executado
2	Estátua do Guardião	Instalação da peça de arte	CMM, AABC, SOS, José Queiroz	Mar.2017	Executado
3	Publicações infantis	Livros sobre a RMSE	CMM	2019	

MEDIDA 2 – Participação em eventos nacionais e internacionais

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Feiras de turismo	A definir	CMM, CA RMSE	Perm	
2	Feiras e fóruns de desportos, em particular associados ao mar	A definir	CMM, CA RMSE	Perm	
3	Eventos sobre sustentabilidade ambiental	A definir	CMM, CA RMSE	Perm	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 6

MARCA E PROMOÇÃO DA RMSE

× **AMEAÇA 2: Falta de notoriedade nacional e internacional da RMSE**

✓ **ESTRATÉGIA:** Dar visibilidade à RMSE, como local de excelência para a prática sustentável de Surf

MEDIDA 3 – Realização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais associados ao surf na RMSE

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Eventos desportivos locais	Intersócios do Ericeira Surf Clube	ESC e CMM	Perm	
2	Eventos desportivos regionais	Circuitos regionais	ESC e CMM	Perm	
3	Eventos desportivos nacionais	Campeonatos e taças	ESC e CMM	Perm	
4	Eventos desportivos internacionais	World Surf League	CMM e WSL	Perm	
5	Congressos e seminários	Surf Summit; Conferência Internacional do Turismo Outdoor; ...	CMM e Outros parceiros	Perm	

ERICEIRA WSR
WORLD SURFING RESERVE
OBJETIVO 6

MARCA E PROMOÇÃO DA RMSE

× **AMEAÇA 3: Dificuldade em reconhecimento do pessoal e instituições afetas à sua gestão, manutenção e conservação**

✓ **ESTRATÉGIA:** Materializar a marca da RMSE no território

MEDIDA 1 – Sinalética na Estrada Nacional 247

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Totens de entrada/saída da RMSE e sinalética na EN 247	Igual ao Obj. 4, ameaça2, medida 1, ação 2	CMM	2019	
2	Marcos/sinalética das ondas	Instalação de sinalética à entrada de todos os spots/praias	CMM, AABC e SOS	2017	Executado

MEDIDA 2 – Incorporação da Marca nas viaturas de apoio à RMSE, durante eventos que lá ocorram

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Logótipo da RMSE nas diferentes viaturas pertencentes às instituições que operam na área da Reserva	Plano de distribuição dos autocolantes com o logótipo da RMSE	CMM, JF´s e todos os outros intervenientes	2019	

MEDIDA 3 – Incorporação da marca no fardamento do pessoal de apoio à RMSE, durante eventos que lá ocorram

	Ação	Solução	Execução	Prazo	Resultado
1	Logótipo da RMSE nos diferentes fardamentos do pessoal afeto às instituições que operam na área da Reserva	Plano de distribuição dos autocolantes com o logótipo da RMSE	CMM, JF´s e todos os outros intervenientes	2019	

CONTACTOS

CMGRMSE

Presidente do Conselho – Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Hélder Sousa Silva

Morada: Praça do Município, Mafra

Email: presidente@cm-mafra.pt

Site: www.cm-mafra.pt

221

ERICEIRA SURF CLUBE

Nome:

Morada:

Email:

Site:

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA BAÍA DOS COXOS

Nome:

Morada:

Email:

Site:

ASSOCIAÇÃO SOS SALVEM O SURF

Nome:

Morada:

Email:

Site:

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

222

DESPACHO

Assunto: Protocolo de Colaboração entre o Município de Mafra e o GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Considerando que:

1. O mar e o litoral representam para o Portugal contemporâneo e para o concelho de Mafra um conjunto de oportunidades, desafios e projetos;
2. O desenvolvimento de atividades económicas no litoral e no ambiente marinho podem originar conflitos, e que diversidade de atividades humanas não ordenadas tem vindo a causar danos nos ecossistemas marinhos e do litoral;
3. O ordenamento do litoral e do espaço marítimo, não concorrem, apenas para resolver conflitos de usos, mas também para potenciar as vantagens que o uso racional do território pode trazer para a sociedade e comunidades locais;
4. O lixo marinho e costeiro está a tomar-se uma ameaça global para os ecossistemas e para as áreas costeiras, constituindo uma perda de valor para o turismo e para outras atividades económicas, pela degradação dos ecossistemas e perceção dos visitantes e residentes relativamente à qualidade ambiental dos espaços, sendo na sua maioria de origem antrópica e com uma forte componente de resíduos de embalagens e outros objetos de plástico depositados indevidamente;
5. Torna-se cada vez mais necessário tomar medidas urgentes a todos os níveis para a minimização deste grave problema ambiental;
6. O turismo é uma atividade económica com forte impacte ambiental e territorial e é também um fator importante de alteração da relação das comunidades com o ambiente, o território e ao nível sociocultural;
7. A monitorização e proteção do ambiente marinho constituem compromissos internacionais assumidos por Portugal no contexto das Nações Unidas e da União Europeia;
8. A consciencialização social sobre a importância do mar é essencial para se alterar comportamentos;
9. A dimensão marítima do nosso país é fundamental mobilizar as novas gerações para as oportunidades e desafios nos mais diversos setores, nomeadamente nos

Anexo XIII

setores do ambiente, economia, emprego, saúde, ciência e tecnologia, contribuindo para a valorização do oceano enquanto fator diferenciador do nosso país;

10. A promoção de futuras gerações de empreendedores do mar, implica que tenham consciência do seu papel individual e coletivo na sustentabilidade do oceano. Esta consciência e compreensão da relação biunívoca entre o Homem e o Oceano designa-se por literacia do oceano;

11. O Coastwatch é um projeto europeu, coordenado a nível nacional, há quase três décadas, pelo GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, que promove a cidadania ativa e consiste na monitorização e caracterização ambiental do litoral através de campanhas anuais de monitorização, em que qualquer pessoa individualmente ou em grupo pode participar, promovendo, desta forma, um maior conhecimento da situação ambiental das zonas costeiras, uma maior sensibilização para a proteção das zonas costeiras e a literacia do oceano;

12. O projeto Sustenturis tem como objetivo promover a sustentabilidade do turismo, através do apoio ao desenho e à visibilidade dos produtos turísticos que contribuam para a retenção de valor económico, social, ambiental e autenticidade para as comunidades locais. Este projeto tem duas vertentes principais:

O i-Sustenturis que consiste num sistema de certificação composto por indicadores de desempenho ambiental, social e do destino; e

A e-Sustenturis que consiste numa plataforma na nuvem, usando exclusivamente tecnologia *open-source* e integrando características de *e-marketplace business to business* (B2B), *content management system* (CMS) e *customer relationship management* (CRM) cujo objetivo é dar visibilidade e competitividade aos produtos turísticos certificados pelo i-Sustenturis;

13. Este projeto é inovador a vários níveis, designadamente (i) pela sua capacidade de concretizar as preocupações com a sustentabilidade da oferta e a retenção de valor para as comunidades locais em ferramentas de gestão que possam ser usadas pelo setor privado, (ii) pela avaliação de indicadores de sustentabilidade calculados com uma abordagem de ciclo de vida, de forma transparente e rastreável, (iii) bem como na promoção ativa de parcerias entre os participantes na plataforma e-Sustenturis, com vista a construir uma oferta turística mais sustentável;

14. O projeto Sustenturis é de âmbito nacional, privilegiando, porém, nesta primeira fase da sua implementação, zonas com maiores níveis de procura turística, ou seja, zonas cujo nível de maturidade mais influencia a perceção do valor do turismo por parte das comunidades, como é o caso do município de Mafra;

15. O Município de Mafra aposta na promoção de um turismo sustentável, capturando o capital natural e cultural do concelho, por forma a que possa ser explorado de forma duradoura, contribuindo para a promoção da qualidade ambiental e do património cultural, bem como para um ordenamento do território inteligente;

16. Em respeito aos Art.º 2.º e 23.º, n.º 2, al. e), f), g), k), m) e n) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações, nomeadamente em matérias de património, cultura, tempos livres e desporto, saúde, ambiente, promoção do desenvolvimento e ordenamento do território, domínios que o Município vê refletidos, designadamente no projeto Sustenturis;

17. Podem ser praticados quaisquer atos da competência da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL, sem prejuízo de os mesmos ficarem sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, salientando-se, no caso concreto, a disponibilidade das representantes do GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, para se deslocarem a Mafra, para efeitos de assinatura do Protocolo, em 12 de julho de 2018,

DETERMINO, atentas as atribuições da Câmara Municipal de Mafra, previstas nos Art.ºs 2.º e 23.º, n.º 2, al. e), f), g), k), m) e n), ambos do RJAL, conjugados com o Art.º 35.º, n.º 3, do mesmo diploma legal, **que seja celebrado o Protocolo de Colaboração com o GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, NIPC 501716610, de acordo com a minuta de Protocolo em anexo ao presente Despacho, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, através do qual são estabelecidos o âmbito e os**

objetivos da colaboração a concretizar, entre as partes, em vários domínios, nomeadamente, entre outras ações de mútuo interesse:

I. Nos projetos Coastwatch e Sustenturis;
II. No desenvolvimento ativo de procura de financiamentos de projetos conjuntos e na colaboração nas candidaturas a esses financiamentos, de modo a que os mesmos sirvam a prossecução da sustentabilidade do turismo no concelho de Mafra;
III. Na prossecução de objetivos e atividades de gestão sustentável das paisagens enquanto reflexos da identidade e diversidade nacional e enquanto património vivo natural e cultural;
IV. Na gestão sustentável de bacias hidrográficas, com vista à sua gestão e proteção;
V. Em matérias de manutenção e proteção da biodiversidade dos ecossistemas;
VI. Na mitigação e adaptação às alterações climáticas;
VII. Na promoção do turismo sustentável na área do concelho de Mafra;
VIII. No combate ao lixo marinho e costeiro.

MAIS DETERMINO, nos termos do Art.º 35.º, n.º 3, do RJAL, **que o presente Despacho seja submetido a reunião de Câmara, para efeitos de ratificação.**

Paços do Município, em 10 de julho de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

ENTRE:

O **Município de Mafra**, adiante designado por Município, pessoa coletiva nº 502177080, com sede na Praça do Município, 2644-001 Mafra, neste ato representado por Hélder António Guerra de Sousa Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal.

E

O **GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente**, adiante designado por GEOTA, pessoa coletiva nº 501716610, com sede na Travessa do Moinho de Vento nº 17 cave direita, Lisboa, neste ato representado por Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques na qualidade de Presidente da Comissão Executiva e Olga Alexandra Romão Branco, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Executiva,

adiante conjuntamente designados por "Partes".

Considerando que:

1. O mar e o litoral representam para o Portugal contemporâneo e para o concelho de Mafra um conjunto de oportunidades e de desafios.
2. O desenvolvimento de atividades económicas no litoral e no ambiente marinho podem originar conflitos, e que a diversidade de atividades humanas não ordenadas tem causado danos nos ecossistemas marinhos e do litoral.
3. O ordenamento do litoral e do espaço marítimo não concorrem, apenas para resolver conflitos de usos, mas também para potenciar as vantagens que o uso racional do território pode trazer para a sociedade e as comunidades locais.
4. O lixo marinho e costeiro está a tomar-se uma ameaça global para os ecossistemas e para as áreas costeiras e também constitui uma perda de valor para o turismo e outras atividades económicas, pela degradação dos ecossistemas e da perceção dos visitantes e residentes relativamente à qualidade ambiental dos espaços, sendo na sua maioria de origem antrópica e com uma forte componente de resíduos de embalagens e outros objetos de

plástico depositados indevidamente, sendo necessário a tomada de medidas urgentes a todos os níveis para a minimização desse grave problema ambiental.

5. O turismo é uma atividade económica com forte impacte ambiental e territorial e é um fator importante de alteração da relação das comunidades com o ambiente e o território e ao nível sociocultural
6. A monitorização e proteção do ambiente marinho constituem compromissos internacionais assumidos por Portugal no contexto das Nações Unidas e da União Europeia.
7. A consciencialização social sobre a importância do mar é essencial para se alterarem comportamentos. Dada a dimensão marítima do nosso país, é fundamental mobilizar as novas gerações para as oportunidades e desafios nos mais diversos setores: ambiente, economia, emprego, saúde, ciência e tecnologia contribuindo para a valorização do oceano enquanto fator diferenciador do país. A promoção de futuras gerações de empreendedores do mar implica que tenham consciência do seu papel individual e coletivo na sustentabilidade do oceano. Esta consciência e compreensão da relação biunívoca entre o Homem e o Oceano designa-se por literacia do oceano.
8. O Coastwatch é um projeto europeu, coordenado a nível nacional, há quase três décadas, pelo GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, que promove a cidadania ativa e consiste na monitorização e caracterização ambiental do litoral através de campanhas anuais de monitorização, em que qualquer pessoa individualmente ou em grupo pode participar, promovendo, desta forma, um maior conhecimento da situação ambiental das zonas costeiras, maior sensibilização para a proteção das zonas costeiras e a literacia do oceano.
9. O projeto SUSTENTURIS tem como objetivo promover a sustentabilidade do turismo, através do apoio ao desenho e à visibilidade dos produtos turísticos que contribuam para a retenção de valor económico, social, ambiental e autenticidade para as comunidades locais. Tem duas vertentes principais: i-SUSTENTURIS - sistema de certificação composto por indicadores de

desempenho ambiental, social e do destino; e-SUSTENTURIS - uma plataforma na nuvem, usando exclusivamente tecnologia open-source e integrando características de *e-marketplace business to business* (B2B), *content management system* (CMS) e *customer relationship management* (CRM) e visa dar visibilidade e competitividade aos produtos turísticos certificados pela outra vertente. É inovador a vários níveis: na sua capacidade de concretizar as preocupações com a sustentabilidade da oferta e a retenção de valor para as comunidades locais em ferramentas de gestão que possam ser usadas pelo setor privado; na avaliação de indicadores de sustentabilidade calculados com uma abordagem de ciclo de vida, de forma transparente e rastreável; e na promoção ativa de parcerias entre os participantes na plataforma e-SUSTENTURIS, para construir uma oferta turística mais sustentável. O projeto Sustenturis é de âmbito nacional, mas privilegia nesta primeira fase da sua implementação em zonas com maiores níveis de procura turística, ou seja, cujo nível de maturidade mais influencia a perceção do valor do turismo por parte das comunidades, sendo esse o caso do município de Mafra.

10. O Município de Mafra está a fazer uma grande aposta na promoção de um turismo sustentável no concelho, capturando o capital natural e cultural dessa área de um modo que possa ser explorado de forma duradoura, contribuindo para a promoção da qualidade ambiental e do património cultural dos espaços, e para um ordenamento do território inteligente.
11. Em respeito aos Art.º 2.º e 23.º, n.º 2, al. e), f), g), k), m) e n) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações, nomeadamente em matérias de património, cultura, tempos livres e desporto, saúde, ambiente, promoção do desenvolvimento e ordenamento do território, domínios que o Município vê refletidos, designadamente no projeto SUSTENTURIS.

Assim, as partes celebram entre si o presente protocolo composto pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objeto

O presente protocolo estabelece o âmbito e os objetivos da colaboração, a concretizar entre o Município de Mafra e o GEOTA em vários domínios discriminados a seguir, nomeadamente, nos projetos Coastwatch, Sustenturis e outras ações de mútuo interesse, a estabelecer futuramente em forma de adenda ao presente protocolo, caso se venha a entender necessário pelas partes.

Cláusula Segunda

Âmbito

O âmbito deste protocolo refere-se, nomeadamente, aos Projetos a desenvolver pelas partes.

I - No que concerne ao Projeto Coastwatch:

1. O GEOTA coordenará a nível nacional a sua implementação, e disponibilizando a metodologia, a plataforma digital para inserção de dados, bem como o respetivo tratamento dos dados recolhidos nas campanhas anuais de monitorização do litoral;
2. O Município coordenará, a nível concelhio, os participantes que realizarão as ações de monitorização do Coastwatch no litoral.
3. No âmbito deste Protocolo, quaisquer publicações, notas de imprensa ou demais divulgações deverão fazer referência ao GEOTA enquanto Coordenador Nacional do Coastwatch Europe.
4. Em todos os suportes de comunicação referentes ao Coastwatch deverá constar também o logótipo e o QRcode que se reproduz no Anexo I ao presente protocolo e que constitui parte integrante deste.

II - No que concerne ao Projeto Sustenturis:

1. O GEOTA coordena ao nível nacional o projeto Sustenturis, podendo estabelecer livremente os acordos, parcerias, contratos e candidaturas a qualquer nível e junto

de qualquer entidade para o seu desenvolvimento, e assegura o desenvolvimento da metodologia subjacente ao projeto, bem como o tratamento dos dados

2. O Município de Mafra facilitará o acesso a informação própria que seja necessária à implementação de alguns dos indicadores do projeto, sem prejuízo de eventuais limites ou imposições legais, nomeadamente no que concerne aos impostos pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.
3. As Partes aceitam desenvolver ativamente a procura de financiamentos de projetos conjuntos e colaborar na conceção de candidaturas a esses financiamentos de modo a que os mesmos sirvam a persecução da sustentabilidade do turismo no concelho de Mafra, em respeito às atribuições legais do Município de Mafra.
4. As Partes aceitam desenvolver em conjunto as ações que forem financiadas, nos termos constantes nas referidas candidaturas para a aplicação da metodologia do Projeto SUSTENTURIS.
5. O GEOTA compromete-se a dar conta da evolução científica do projeto SUSTENTURIS ao Município de Mafra e a participar em encontros, conferências, mostras ou outro tipo de eventos que o Município de Mafra considere pertinentes para a divulgação da atividade concelhia.
6. No âmbito deste protocolo, quaisquer publicações, notas de imprensa ou demais divulgações deverão fazer referência ao GEOTA enquanto Coordenador Nacional do Projeto SUSTENTURIS.
7. Em todos os suportes de comunicação referentes ao Projeto SUSTENTURIS deve constar o respetivo logótipo.

III - As partes assumem, ainda, o compromisso de colaborar na prossecução dos seguintes objetivos e atividades, sem prejuízo de outros que no futuro venham a ser identificados e consubstanciados em forma de projeto:

a) Gestão sustentável das paisagens enquanto reflexos da identidade e diversidade nacional e enquanto património vivo natural e cultural;
b) Gestão sustentável de bacias hidrográficas enquanto abordagem integrada, para a sua gestão e proteção;

c) Manutenção e proteção da biodiversidade inerente e dos ecossistemas;
d) Mitigação e adaptação às alterações climáticas;
e) Promoção do turismo sustentável na área do concelho de Mafra;
f) Combate ao lixo marinho e costeiro e, controlo das fontes ao nível do concelho de Mafra.

Cláusula Terceira

Vigência

O presente protocolo vigorará a partir do dia da sua assinatura, por um prazo de 12 meses, podendo ser renovado, de forma automática, por períodos sucessivos de igual duração.

Cláusula Quarta

Alteração e Adendas

1. O presente protocolo só pode ser alterado por documento escrito assinado pelas Partes, com expressa referência ao mesmo.
2. Podem ser celebradas adendas ao presente protocolo, sempre que tal se justifique pela natureza das atividades a desenvolver ou dos aspetos que lhes digam respeito, a regular nas próprias adendas.
3. Qualquer alteração que venha a ser introduzida ao presente protocolo nos termos do número anterior, e que respeite a qualquer uma das suas cláusulas considera-se parte integrante do presente protocolo.

Cláusula Quinta

Denúncia

1. O presente protocolo pode ser denunciado por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, mediante carta registada à outra Parte, a enviar para a respetiva sede, indicada no presente protocolo.
2. A denúncia do presente protocolo não poderá colocar em causa compromissos prévios que tenham sido assumidos por qualquer das partes no âmbito da sua estrita execução.

Feito a --- de ---- de 2018, em dois exemplares com --- páginas cada, valendo ambos como originais, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.

Pelo Município de Mafra

Hélder António Guerra de Sousa Silva
Presidente da Câmara Municipal

Pelo GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques
Presidente da Comissão Executiva

Olga Alexandra Romão Branco
Vice-Presidente da Comissão Executiva

Anexo I

(A que se refere a Cláusula Segunda, I, n.º 4, do protocolo)

Logótipo:

QRcode:

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Divisão de Segurança e Proteção Civil

DESPACHO

A reunir

05/07/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/10272

ASSUNTO: Comparticipação Financeira para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para Bombeiros

Considerando que os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) de Bombeiros constituem-se como uma linha de defesa e proteção dos mesmos perante situações de risco;

Considerando que, decorrente da sua utilização, este equipamento reduzirá, em muito, a possibilidade de ocorrência de danos físicos aos bombeiros;

Considerando que alguns do EPI's existentes nas corporações do nosso concelho já atingiram o seu prazo de validade não podendo, por isso, ser utilizados;

Considerando que, nos termos da alínea j), do N.º 2, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de atribuições no domínio da Proteção Civil.

Nestes termos, propõe-se a atribuição de um subsídio financeiro no valor de 30.000,00€ (trinta mil Euros) ao Agrupamento de Associações Humanitárias do Concelho de Mafra, para distribuição igualitária pelas Associações Humanitárias de Mafra, Ericeira e Malveira, com o objetivo de apoiar a aquisição de equipamentos de proteção individual para os seus bombeiros.

À Consideração Superior

O Chefe de Divisão

Rui Martins Rodrigues

Anexo XIV

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de	2018	
Classificação Orgânica	0102	CÂMARA MUNICIPAL
Classificação Económica	040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS Transferências Correntes
Classificação Funcional	1.2.1. 0102	Proteção civil e luta contra incêndios Correntes-Associações e Agrupamentos Humanitários
N.º Rubrica do Plano	2018 A 5	

		Ano Corrente	2019	2020	2021	Seguintes
1	Orçamento Inicial	380.000,00	380.000,00	380.000,00	380.000,00	
2	Reforços / Anulações	497.300,00	31.875,00	31.875,00	10.600,00	
3	Congel. / Descongel. (não aplicável)					
4 = 1 + 2 -3	Orçamento Corrigido	877.300,00	411.875,00	411.875,00	390.600,00	
5	Encargos Assumidos (a)	846.310,00				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	30.990,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	30.000,00				
8 = 6 - 7	Saldo Residual	990,00				

Data: 2018/07/03 Numero de lançamento no diário do orçamento: 7180

Proposta de Cabimento n.º 2018/2152
CABIMENTO PRÉVIO PARA "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE BOMBEIROS".

DULCE MARIA DUARTE LOURENÇO
2018.07.03 15:57:37 +01'00'